

**UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

DISSERTAÇÃO

**UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA CADEIA AVÍCOLA SOBRE O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE
DO RIO PRETO - RJ**

Juliana da Silva Virginio

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA CADEIA AVÍCOLA SOBRE O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE
DO RIO PRETO - RJ**

JULIANA DA SILVA VIRGINIO

Sob a Orientação do Professor
Marcio Silva Borges

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Área de concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Maio de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V817a VIRGINIO, Juliana da Silva, 1991-
Uma análise do impacto da cadeia avícola sobre o desenvolvimento territorial do Município de São José do Vale do Rio Preto - RJ / Juliana da Silva VIRGINIO. - SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2023.
170 f.: il.

Orientador: Marcio Silva Borges.
Coorientador: Gabriel Nava Lima.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2023.

1. Avicultura. 2. Economia. 3. Política Pública. 4. Desenvolvimento Territorial. I. Borges, Marcio Silva, 1976-, orient. II. Lima, Gabriel Nava, 1977-, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. IV. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**



TERMO Nº 698 / 2023 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.038758/2023-48

Seropédica-RJ, 19 de junho de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

JULIANA DA SILVA VIRGINIO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19/05/2023

**MARCIO SILVA BORGES. Dr. UFRRJ
(Orientador, Presidente da Banca)**

CEZAR AUGUSTO MIRANDA GUEDES. Dr. UFRRJ

ABEL PERINAZZO CASSOL. Dr. UFMA

(Assinado digitalmente em 22/06/2023 10:59)
MARCIO SILVA BORGES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 2692836

(Assinado digitalmente em 23/06/2023 10:18)
ABEL PERINAZZO CASSOL
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 014.871.840-00

(Assinado digitalmente em 20/06/2023 16:22)
CEZAR AUGUSTO MIRANDA GUEDES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 401.210.037-87

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **698**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **19/06/2023** e o
código de verificação: **eb41a42dee**

“Se partires um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.
Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o colérico Posídon te intimidem;
eles no teu caminho jamais encontrará
se altivo for teu pensamento, se sutil
emoção teu corpo e teu espírito tocar.
Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o bravio Posídon hás de ver,
se tu mesmo não os lebares dentro da alma,
se tua alma não os puser diante de ti.
[...] Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.”

Konstantinos Kaváfis

Dedico a concretização desse sonho à minha família, foi por vocês que cheguei até aqui e será por vocês que seguirei em frente.

Aos amigos, seja os que estão perto ou longe, que torceram por mim e celebram comigo essa vitória.

Aos mestres, hoje amigos, que me prepararam para alçar voo, deixando a zona de conforto para trás em busca da concretização do meu sonho: colocar em prática toda sabedoria, responsabilidade e ética que nossa amada profissão estima.

Enfim, dedico a todos aqueles que, sem medir esforços, estiveram prontos para me ajudar e apoiaram minhas decisões ao longo desses anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar meus passos e iluminar minha vida, bem como pela capacidade de pensar, amar e lutar pela conquista de meus ideais.

A minha família, meu porto seguro, que sempre me apoiou, especialmente meus pais, Manoel Luís e Maria das Graças, pelo incentivo em todas as decisões da minha vida.

Ao meu irmão, Samuel, por todo amor e carinho.

Ao Dr. Luiz Octavio Pires Leal, médico veterinário, e ao Dr. Leonardo Vicente da Silva, engenheiro agrônomo, por terem me incentivado a ingressar na vida acadêmica e por terem me dado todo suporte desde o primeiro momento desta decisão. Agradecendo a vocês, estendo minha gratidão a todos com que tive o privilégio de conviver durante toda trajetória acadêmica e profissional.

Ao querido doutor e orientador Prof. Marcio Silva Borges, por sua paciência, ensinamentos, convívio, amizade, confiança, exemplo de profissionalismo e amor à profissão.

Ao doutor e coorientador Prof. Gabriel Nava Lima, que mesmo em meio à distância se dedicou incansavelmente para que este projeto se tornasse realidade.

À banca examinadora minha eterna gratidão por terem aceitado este convite e por todas as contribuições que enriqueceram este trabalho.

À amiga, e hoje mestra, Michelle do Carmo Vieira, saiba que tê-la encontrado neste caminho tornou cada dia mais divertido, leve e produtivo. Seu senso de responsabilidade e excelência foram inspiradores e decisivos para meu sucesso. Agradecendo a ti demonstro minha gratidão a todos que comigo completam esta fase da jornada.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ter permitido que eu concluísse nesse espaço esta formação, mesmo em tempos difíceis de pandemia, e por me possibilitar lograr tanto desenvolvimento pessoal e profissional.

Enfim, quero que todos saibam: muitas pessoas foram imprescindíveis nas diversas etapas do meu trabalho e na conclusão deste curso, as colaborações, grandes ou pequenas, foram decisivas. A vocês deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

Este é o começo de uma nova jornada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

VIRGINIO, Juliana da Silva. Uma análise do impacto da cadeia avícola sobre o desenvolvimento territorial do Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. 2023. 73p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

A busca por fontes de proteína de alta qualidade e com valor acessível ao consumidor fez com que a avicultura se desenvolvesse expressivamente no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, o Município de São José do Vale do Rio Preto, composto por aproximadamente 22 mil habitantes, localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro, é o maior produtor avícola do estado. No início do século XX, o território que hoje compreende o município de São José do Vale do Rio Preto, era constituído por grandes fazendas de café, que estimularam a utilização da mão de obra escrava na região. Com a abolição da escravatura, as fazendas de café se tornaram a principal fonte econômica e geradora da maioria dos empregos no território. Contudo, a crise de 1929 e a queda dos preços de venda do café foram responsáveis pelo desenho de desestruturação econômica e miséria por um longo período. Assim, a necessidade de identificação de novas possibilidades e culturas para as fazendas da região serrana do Rio de Janeiro se fez necessária, sendo na década de 50 observado o crescimento exponencial da avicultura, trazendo grandiosas transformações econômicas e sociais, até mesmo possibilitando o título de “maior polo avícola da América do Sul”. Na atualidade, a cadeia produtiva municipal engloba dois incubatórios, dezenas de aviários, local onde os animais crescem e se desenvolvem, e seis abatedouros, os quais geram por si só mais de dois mil empregos diretos. A produção de frango é direcionada principalmente ao chamado “frango de padaria”, ou frango leve, que é vendido em pequenos estabelecimentos, como assadeiras e mercadinhos, abastecendo a região serrana e o Grande Rio. Dados do Censo Agropecuário de 2017 demonstram que a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, garantindo a renda de 40% da população economicamente ativa do país, e de mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo, logo, sendo garantidora da alimentação do brasileiro. Neste contexto, o objetivo deste estudo é identificar a importância da avicultura para a população valeriopretana, bem como verificar a existência de políticas públicas que viabilizem o crescimento da mesma, de forma a favorecer o desenvolvimento territorial sustentável. Metodologicamente optou-se por uma abordagem exploratória descritiva, baseada em pesquisas de campo e pesquisas bibliográficas a fim de alcançar o objetivo proposto. Ao final do trabalho se chegou à conclusão que há uma cadeia avícola que sustenta boa parte da economia do município, gerando emprego e renda, todavia, a inexistência de uma política pública específica voltada para o desenvolvimento do setor avícola no município impede a expansão do setor e, consequentemente, o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Avicultura. Economia. Política Pública. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

VIRGINIO, Juliana da Silva. An analysis of the impact of the poultry chain on the territorial development of the Municipality of São José do Vale do Rio Preto - RJ. 2023. 73p. Dissertation (Master Degree (MhD) in Territorial Development and Public Policies) at Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

The search for high quality protein sources at an affordable price for the Brazilian consumer has made poultry farming to significantly develop in Brazil. Located in the Mountain Region of Rio de Janeiro State, the Municipality of São José do Vale do Rio Preto, with approximately 22 thousand inhabitants, is the largest poultry producer in the state. By the beginning of the 20th century, the territory that presently comprises the municipality of São José do Vale do Rio Preto, was mainly occupied by large coffee farms, that, with intensive use of slave labor, were the main economic source in the region. In the year 1888, slavery abolition in Brazil, turned coffee farms as the main generator of jobs in the territory. However, the 1929 crisis brought a significant drop in coffee sales prices which was responsible for economic disruption and misery for a very long period. Thus, the need to identify new alternatives and cultures for the farms in the mountainous region of Rio de Janeiro state became necessary, and in the 50s the exponential growth of poultry farming was observed, bringing great economic and social transformations, even granting the municipality the title of "Latin America's largest poultry hub". Currently, the municipal production chain includes two hatcheries, dozens of aviaries, where animals grow and develop, and six slaughterhouses, which alone generate more than two thousand direct jobs. Chicken production is directed mainly at the so-called "bakery chicken", or light chicken, which is sold in small establishments, such as bakeries and grocery stores, supplying the mountain region and Greater Rio (the capital and surroundings). Data from the 2017 Agricultural Census shows that family farming is the basis of the economy of 90% of Brazilian municipalities with up to 20,000 inhabitants, guaranteeing the income of 40% of the country's economically active population, and of more than 70% of employed Brazilians in the field, therefore, being a guarantor of the Brazilian food safety. In this context, the objective of this study is to identify the importance of poultry farming for the Valeriopretan population, as well as to verify the existence of public policies that enable its growth, in order to favour sustainable territorial and environmental development. Methodologically, an exploratory descriptive approach was chosen, based on field research and literature review, in order to achieve the proposed objective. At the end of the study, it was concluded that there is a poultry chain that supports a significant portion of the local economy, generating employment and income. However, the absence of a specific public policy focused on the development of the poultry sector in the municipality hinders the sector's expansion and, consequently, regional development.

Key words: Poultry. Economy. Public policy. Territorial Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Despesas com alimentação (média mensal familiar).....	50
Tabela 2	Dados referentes à localidade e capacidade de alojamento de galinhas poedeiras por região (1950).....	64
Tabela 3	Produto Interno Bruto de São José do Vale do Rio Preto, no ano de 2020.....	86
Tabela 4	Estoque de empregos formais segundo setor de atividade, no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2019 a 2020.....	94
Tabela 5	Quantidade de estabelecimentos, por segmento, no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2010 a 2017.....	95
Tabela 6	Aspectos da economia do município frente aos demais municípios fluminenses, no período de 2014 a 2019.....	114
Tabela 7	Composição das receitas correntes, no período de 2015 a 2020.....	114
Tabela 8	Custo médio de produção por ave.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo da metodologia aplicada às amostras.....	83
Quadro 2	Análise S.W.O.T. da cadeia avícola valeriopretana.....	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Rio de Janeiro: municípios e regiões do governo.....	20
Figura 2	Composições do número de estabelecimentos, da área e do pessoal ocupado na agropecuária fluminense entre agricultura familiar e não familiar, no estado do Rio de Janeiro em 2017 (em %)......	23
Figura 3	Distribuição do percentual de contribuição das atividades agrícolas e pecuárias, no estado do Rio de Janeiro em 2017 (em %)......	24
Figura 4	Estrutura do agronegócio.....	25
Figura 5	Representação esquemática do conceito de cadeia do agronegócio.....	26
Figura 6	Esquema dos setores a montante e a jusante da fazenda.....	28
Figura 7	PIB do agronegócio do Rio de Janeiro, desagregado para os segmentos, em 2017 (em R\$ milhões de 2017)......	29
Figura 8	Composições do PIB do agronegócio do Rio de Janeiro e do PIB nacional em 2017 – segmentos (em %)......	30
Figura 9	Composição do PIB do agronegócio do Rio de Janeiro em 2017 – ramos (em R\$ milhões de 2017 e em %)......	30
Figura 10	Distribuição dos empregos na indústria do abate segundo municípios do estado do Rio de Janeiro em 2017 (em número de vínculos)......	32
Figura 11	Abate de frango por unidade federativa em 2021.....	33
Figura 12	Consumo interno e exportação de carne de frango em 2021.....	34
Figura 13	Organização da cadeia avícola no Município de São José do Vale do Rio Preto.....	35
Figura 14	Atividades relacionadas com a avicultura de corte.....	37
Figura 15	Decomposição das despesas de consumo em componentes agregados e por estratos de renda mensal familiar (em salário mínimo)......	50
Figura 16	Decomposição das despesas de consumo com alimentação dentro do domicílio entre os diferentes estratos de renda.....	51
Figura 17	Despesas (total e per capita) com carne bovina, suína, frango e peixes frescos.....	52
Figura 18	Fazenda de café em São José em meados do século XVIII.....	56
Figura 19	Começo do século XX de São José do Vale do Rio Preto. Atenta-se à posição central que a Igreja ainda tomava na cidade.....	58
Figura 20	Ilustração do livro “Johann Georg Grimm e as fazendas de café” de 1886 em que se vê representada a fazenda Belém, em São José do Vale do Rio Preto.....	60
Figura 21	Imagem célebre da queima de café no Brasil.....	61
Figura 22	Estagnação econômica da localidade após o esgotamento da lavoura cafeeira.....	63
Figura 23	Visita da Comissão Nacional de Avicultura.....	65

Figura 24	Visita da Comissão Nacional de Avicultura.....	66
Figura 25	Visita da Comissão Nacional de Avicultura.....	66
Figura 26	Visita da Comissão Nacional de Avicultura.....	67
Figura 27	Registro de casas de sapé em Águas Claras, 1943, bairro de São José do Rio Preto.....	69
Figura 28	Efetivo do rebanho avícola no período de 1973 a 1980 (galinhas, galos, frangas, frangos, pintos e codornas) no município de Petrópolis.....	71
Figura 29	Produção de ovos de galinha (mil dúzias) no período de 1973 a 1988, no município de Petrópolis.....	72
Figura 30	Efetivo do rebanho avícola com distinção entre galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, no período de 1981 a 1988, no município de Petrópolis.....	74
Figura 31	Produção de ovos de galinha (mil dúzias) no período de 1989 a 2011 no Município de São José do Vale do Rio Preto.....	76
Figura 32	Efetivo do rebanho avícola diferenciando a concentração de galinhas de postura e galos, frangos, frangas e pintos, no período de 1989 a 2011, no Município de São José do Vale do Rio Preto.....	77
Figura 33	Declive da produção de galinhas de postura em relação a galos, frangos, frangas e pintos, no período de 1989 a 2011, no Município de São José do Vale do Rio Preto.....	78
Figura 34	Produção de carne de frango no estado do Rio de Janeiro (mil/ton) no período de 2009 a 2020.....	79
Figura 35	Produção brasileira de carne de frango (milhões/ton) no período de 2000 a 2020.....	80
Figura 36	Consumo per capita (kg/hab.) de carne de frango, no Brasil, de 2000 a 2020.....	81
Figura 37	Produção de ovos no estado do Rio de Janeiro (mil/dz) no período de 2009 a 2020.....	82
Figura 38	Localização do município de São José do Vale do Rio Preto, na Região Serrana do RJ.....	83
Figura 39	Faixas de Desenvolvimento Humano de São José do Vale do Rio Preto nos anos 1991, 2000 e 2010.....	85
Figura 40	PIB <i>per capita</i> do Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2011 a 2020.	87
Figura 41	Índices de Gini do Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2000 e 2010.....	88
Figura 42	Participação da atividade da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro.....	89
Figura 43	Participação da atividade da indústria de transformação (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro.....	90
Figura 44	Participação da atividade de comércio (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro.....	90
Figura 45	Participação da atividade serviços (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro.....	91
Figura 46	Participação da atividade Administração Pública (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro.....	91

Figura 47	Contribuição no valor adicionado bruto do PIB estadual, segundo atividades econômicas selecionadas, no período de 2010 a 2019.....	93
Figura 48	Número de empregos formais, no período de 2002 a 2017.....	95
Figura 49	Localização do Município de São José do Vale do Rio Preto e identificação agropecuária.....	108
Figura 50	Evolução do desempenho do zootécnico do frango de corte comparando período de crescimento, ganho de peso e consumo de ração.....	110
Figura 51	Variação no preço da saca de 60kg do milho e da soja a partir dos indicadores CEPEA/ESALQ no período de 01/2018 a 03/2023.....	119
Figura 52	Evolução do custo médio de produção (em R\$) do quilo do frango de corte e o preço médio de venda, no Município, no período de 2019 a 2022.....	121
Figura 53	Histórico dos preços médios de venda do frango abatido praticados pelos abatedouros no Estado São Paulo.....	122
Figura 54	Gráfico da similitude a partir do <i>software</i> Iramuteq.....	132
Figura 55	Nuvem de palavras a partir do <i>software</i> Iramuteq.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
AFAS	Associação Fluminense de Avicultura de Suinocultura
AGROFUNDO	Programa Especial de Fomento Agropecuário e Tecnológico
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER-RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
GTA	Guia de Trânsito Animal
HAB	Habitante
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDAM	Índice de Desenvolvimento da Agropecuária Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires</i>
KG	Quilograma
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
M ²	Metro Quadrado
MIL/TON	Mil/tonelada
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEFATE	Programa Especial de Fomento Agropecuário e Tecnológico
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPGDT	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
PPP	<i>Purchasing Power Parity</i>
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RCL	Receita Corrente Líquida
RIISPOA	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
SIE	Selo de Inspeção Estadual
SIF	Selo de Inspeção Federal
SIM	Selo de Inspeção Municipal
SISBI	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SJVRP	São José do Vale do Rio Preto
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TON	Tonelada
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	19
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	19
1.2 OBJETIVOS	39
1.2.1 Objetivo geral	39
1.2.2 Objetivos específicos	39
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO	39
1.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	40
1.5 QUESTÕES NORTEADORAS	41
2 - REVISÃO DE LITERATURA.....	42
2.1 DEFINIÇÕES	42
2.1.1 Tipos de desenvolvimento	44
2.1.1.1 Desenvolvimento econômico	44
2.1.1.2 Desenvolvimento rural	45
2.1.1.3 Desenvolvimento sustentável	46
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	48
2.3 DICOTOMIA CAMPO-CIDADE: DESAFIOS À MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL RURAL	53
2.4 A QUEM PERTENCE O TERRITÓRIO?	56
2.5 RECONSTRUINDO A HISTÓRIA: ADVENTO DA CADEIA AVÍCOLA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	62
2.6 ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA: DESAFIOS ENCONTRADOS PELO NOVO MUNICÍPIO	70
2.7 DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO	84
3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	97
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	97
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA	98
3.3 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO E DE COLETA DE DADOS	99
3.4 LIMITAÇÃO DA PESQUISA	104

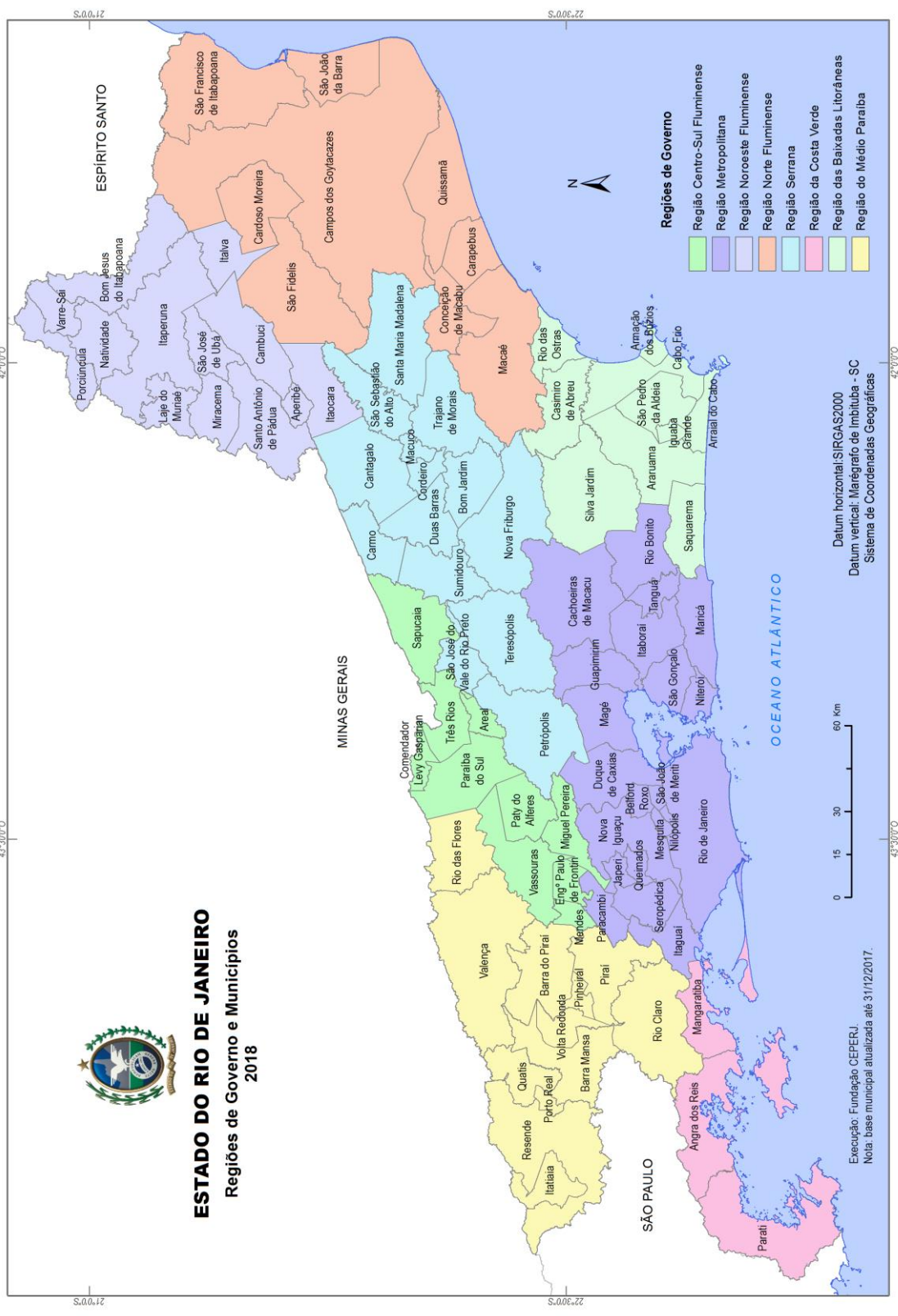
4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	105
4.1 ENTENDENDO A CADEIA PRODUTIVA: ÓTICA ESTADUAL	105
4.1.1 Escritório Local Emater-Rio	105
4.1.2 Fiscalização: Superintendência da Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura	111
4.2 VISÃO DO PODER PÚBLICO LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPANSÃO ECONÔMICA	103
4.3 CONTEXTO PRODUTIVO: AVICULTORES	118
4.4 (IN) EXISTÊNCIA DA COOPERAÇÃO: ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE AVICULTURA E SUINOCULTURA	126
4.5 CONTROLE DO COMEÇO AO FIM: ABATEDOURO	128
4.6 ANÁLISE IRAMUTEQ	130
4.7 ANÁLISE S.W.O.T.	133
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
APÊNDICES	151

1 – INTRODUÇÃO

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O estado do Rio de Janeiro situa-se na região sudeste, é um dos menores estados do país, com extensão territorial de 43.900 km², e apresenta uma das maiores densidades populacionais, 365,23 hab/km², a segunda maior do país, com população distribuída por 92 municípios, sendo o município de São José do Vale do Rio Preto objeto de análise deste estudo. Em termos político-administrativos, o estado é formado por oito grandes regiões, sendo elas: serrana, centro-sul fluminense, médio paraíba, costa verde, metropolitana, baixadas litorâneas, norte fluminense e noroeste fluminense (Figura 1). É caracterizado por elevado grau de urbanização, com forte concentração da distribuição populacional, sendo muito mais conhecido nacional e internacionalmente por suas atrações turísticas, que por sua representatividade agropecuária (IBGE, 2010; SOUZA, 2019; SOUZA *et al.*, 2019).

Figura 1 - Rio de Janeiro: municípios e regiões do governo



A agricultura no estado do Rio de Janeiro iniciou-se no século XVI com a produção da cana-de-açúcar nas baixadas da Guanabara, Paraty e Campos dos Goytacazes, destacando-se até a metade do século XIX como a região mais forte economicamente do estado (CASSERES *et al.*, 2006).

As diferentes condições ambientais existentes no estado propiciaram, no século XIX até início do século XX, seu ordenamento territorial, conduzindo para a formação de quatro grandes regiões no estado, sendo elas: a região do Vale do Paraíba, dominada pela oligarquia cafeeira; a região das baixadas situadas a leste da região da Baixada da Guanabara, estendendo-se até os limites com o Espírito Santo, dominada pela oligarquia canavieira e marcada pela existência de inúmeros engenhos de açúcar em meio aos amplos canaviais; a região da Baixada da Guanabara, dominada pelo capital comercial que organizava a agroexportação e a redistribuição interna dos bens e da riqueza; e a quarta região, caracterizada por sua topografia acidentada, de reprodução do campesinato, dentre eles, antigos escravos recém libertados e imigrantes alemães e suíços (ALENTEJANO, 2005).

Com esta leitura geohistórica, é possível perceber que as frações do capital agrário e comercial, organizavam o espaço a partir da combinação de seus interesses com as particularidades ambientais existentes no estado. Contudo, as primeiras décadas do século XX provocaram o impulso inicial da metropolização e da desruralização como consequência da decadência da oligarquia cafeeira, do encerramento dos ciclos de exportação de café e açúcar, respectivamente nas décadas de 1900-1930 e de 1970-1980, além da perda do dinamismo econômico, decorrente da crescente descapitalização, decadência das grandes lavouras e ascensão da burguesia industrial. Entre os anos de 1940 e 2000, a população rural no estado diminuiu em 830.000 habitantes, o que desencadeou a perda do espaço, da influência política e cultural do meio rural, convergindo para a inexpressiva participação no PIB (produto interno bruto) estadual (SOUZA *et al.*, 2019).

No Brasil, o processo de modernização agrícola teve início em meados do século XX, no entanto, para Casseres *et al.* (2006), a agricultura do Rio de Janeiro não se integrou plenamente a este processo, por vários fatores, dentre eles as características do relevo, acidentes topográficos e o clima, que dificultavam a implantação de culturas que demandam extensas áreas planas, outrossim, observou-se a ausência do Estado para no planejamento e implantação de outro “modelo” para o desenvolvimento do setor. Logo, tem-se que:

Nas primeiras décadas do século XX, a agricultura fluminense não se integrou ao movimento da “modernização agrícola” e entrou novamente em declínio: passou a ter pouca expressão na economia e a apresentar, entre os estados do Sudeste, as taxas mais baixas de produtividade no setor agropecuário (Casseres *et al.*, 2006, p. 26).

Em Alentejano (2005, p. 45), é possível compreender que “o espaço fluminense foi organizado a partir dos interesses do capital agrário e comercial, juntamente com as características ambientais das regiões”. Apesar da reduzida participação da agropecuária no PIB fluminense, especialmente se comparado com outros estados, não se pode negligenciar sua importância ao se observar o número significativo de famílias e estabelecimentos agrícolas existentes, seja do ponto de vista econômico, mas, sobretudo social, com a geração de emprego e renda. Pereira *et al.* (2013), afirmam que o potencial agrícola do estado não é utilizado e aproveitado como em outros estados brasileiros, sendo caracterizado como incipiente e desarticulado, e está voltado basicamente para o abastecimento do mercado de produtos *in natura* e as indústrias agroalimentares (bebidas, alimentos, entre outras).

Para Carneiro (1998 *apud* SOUZA *et al.*, 2019, p. 946), as políticas públicas aplicadas no estado do Rio de Janeiro “influenciaram radicalmente o seu desempenho agrícola, implicando uma heterogeneidade das formas de produção, crescimento das desigualdades entre as regiões e enfraquecimento da participação da atividade na economia fluminense”. Desta forma, refletem diferenças marcantes nas dinâmicas produtivas das regiões:

Essas dinâmicas vêm sendo caracterizadas por: uma produção mais dinâmica e tecnicamente modernizada na Região Serrana; presença de terras ociosas combinadas a uma produção agrícola mal articulada no Noroeste Fluminense; predomínio de uma pecuária extensiva no Vale do Paraíba; importância da cana-de-açúcar e do petróleo na região Norte Fluminense; e forte especulação imobiliária e os conflitos agrários, presentes na baía de Ilha Grande e nas baixadas Litorânea e Fluminense (PEREIRA *et al.*, 2013, p. 110).

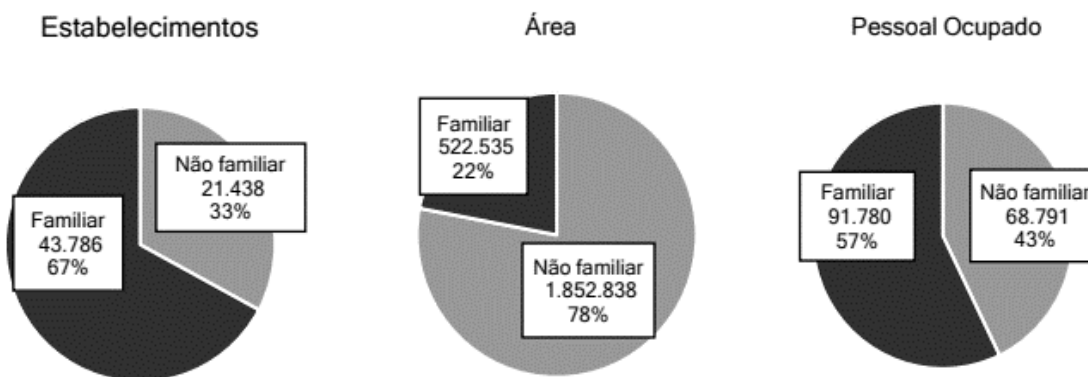
Em consequência da diversidade climática, o estado apresenta grande diversidade de produção agrícola, o que possibilita a presença de culturas historicamente associadas ao mesmo, desde culturas tradicionais como a cana-de-açúcar, cereais (milho, feijão e arroz), pecuária de leite e pescado, até “uma produção dinâmica em expansão como a olericultura, a fruticultura e a criação de pequenos animais (avicultura, suinocultura, entre outros)”. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 (última estatística disponibilizada até o presente), há 65.224 estabelecimentos agropecuários no estado, ocupando uma área de 2.375.373 hectares, empregando 160.571 indivíduos. Em 2017, o PIB do agronegócio do estado foi de R\$ 31,8 bilhões, representando 4,15% da economia do estado. Em 2020, o PIB do setor avançou para R\$ 32,5 bilhões, aumento real de 2,3% frente a 2017 (IBGE, 2017a; CEPEA, 2021).

Nesse sentido, é preciso destacar a participação da agricultura familiar, que de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization – FAO) inclui todas as atividades agrícolas de base familiar, sendo um meio de

organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, gerenciados e operados por uma família e predominantemente dependentes de mão de obra familiar. Por conseguinte, destaca-se sua importância como propulsora de economias locais, especialmente quando combinadas com políticas específicas destinadas a promover proteção social e o bem-estar das comunidades (GUANZIROLI; VINCHON, 2019).

De maneira a corroborar com tal afirmação, no ano de 2017, os dados do Censo Agropecuário mostraram que existia no estado do Rio de Janeiro o total de 65.224 estabelecimentos agropecuários registrados, sendo a grande maioria ocupados por agricultores familiares, distribuídos em 43.786 unidades registradas no estado (67% do total apresentado). Destaca-se o fato de que tais estabelecimentos ocupavam uma área que correspondia por apenas 22% dos 2,37 milhões de hectares destinados à agropecuária estadual, e acomodavam um total de 91.780 pessoas (57% do total de indivíduos), conforme Figura 2 (CEPEA, 2021).

Figura 2 - Composições do número de estabelecimentos, da área e do pessoal ocupado na agropecuária fluminense entre agricultura familiar e não familiar, no estado do Rio de Janeiro em 2017 (em %)



Fonte: CEPEA (2021).

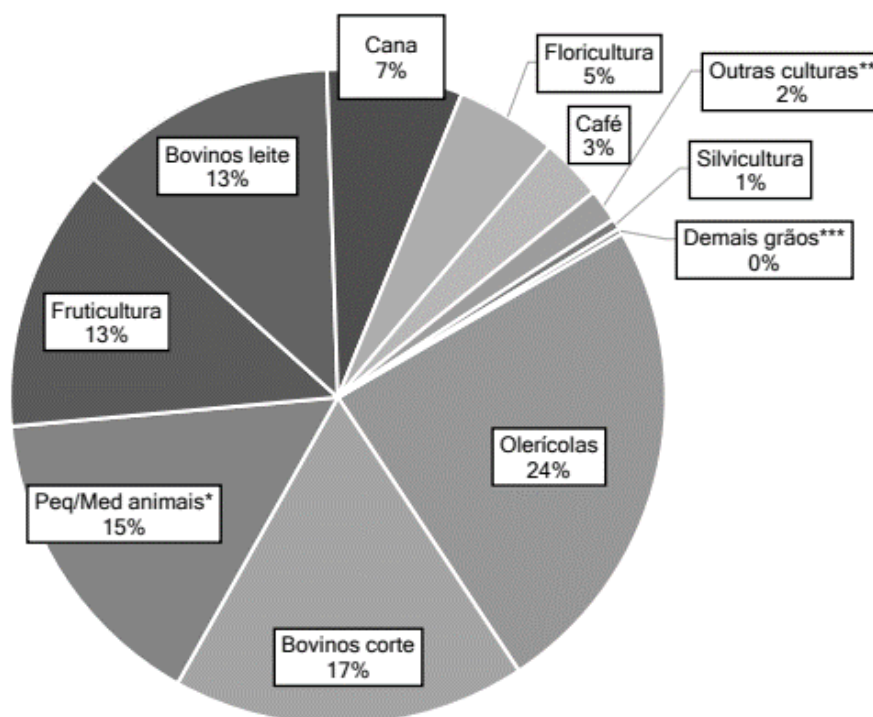
De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO, 2017), no relatório de Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA), este perfil de produção é predominante no estado e contribui para geração de renda e fixação de mão de obra no campo.

De caráter eminentemente familiar, a produção agrícola no Estado é realizada basicamente em pequenas propriedades distribuídas em todo território fluminense, contribuindo para fixação de mão de obra no campo e na geração de renda (EMATER-RIO, 2017, p.5).

Ainda em relação ao Censo Agropecuário de 2017, este demonstrou que a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, garantindo a renda de 40% da população economicamente ativa do país, e de mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017b).

Na Figura 3 é possível identificar a parcela de contribuição de cada atividade no PIB agropecuário do estado no ano de 2017 (CEPEA, 2021).

Figura 3 - Distribuição do percentual de contribuição das atividades agrícolas e pecuárias, no estado do Rio de Janeiro em 2017 (em %)

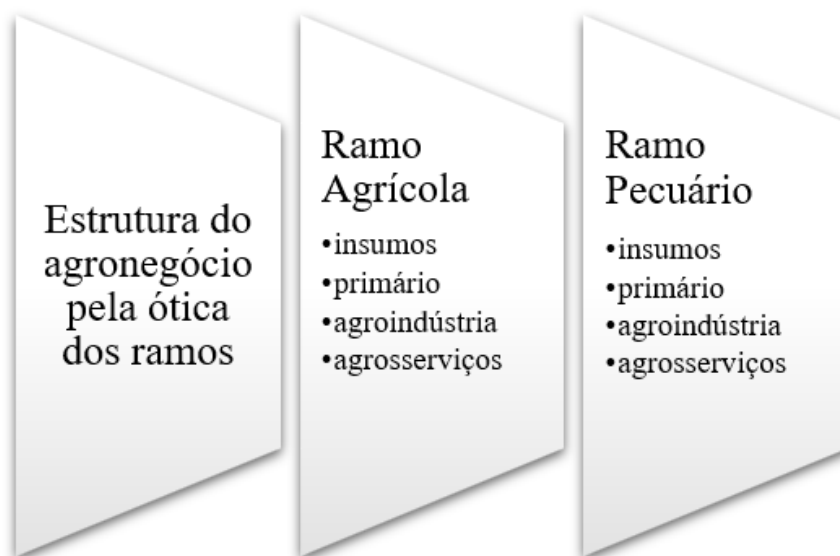


Fonte: CEPEA (2021).

Para fins de compreensão do leitor, define-se agronegócio a partir da “matéria-prima agropecuária que produz e transforma num processo de geração e agregação de valor por etapas sucessivas e interligadas”. Tem-se também o conceito sistêmico de agronegócio, que “captura as atividades econômicas não agropecuárias como um todo com ligações de diferentes intensidades com as atividades agropecuárias, tanto a montante quanto a jusante (CEPEA, 2021, p. 2).

No agronegócio é encontrado um conjunto de quatro segmentos: i) insumos para a agropecuária; ii) atividade agropecuária; iii) agroindústria de processamento; e iv) agrosserviços, que envolvem os setores transporte, comércio e demais serviços relacionados ao setor. E ainda pode ser dividido em dois grandes ramos produtivos: ramo agrícola, se refere ao conjunto das cadeias produtivas das lavouras e demais atividades vegetais e florestais; e ramo pecuário, que envolve o conjunto das cadeias produtivas de produtos de origem animal, conforme Figura 4 (CEPEA,2021):

Figura 4 - Estrutura do agronegócio



Fonte: adaptado de CEPEA (2021).

Desta forma, o agronegócio envolve a própria agropecuária (segmento primário), o segmento de insumos para a atividade agropecuária, o segmento de processamento (agroindústria) de produtos agropecuários e o segmento de agrosserviços, incluindo comércio, transporte e outros serviços necessários para a movimentação de produtos agropecuários *in natura* ou processados, tendo como finalidade atender à demanda final (Figura 5) (CEPEA, 2021).

Figura 5 - Representação esquemática do conceito de cadeia do agronegócio



Fonte: adaptado de CEPEA (2021).

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2002), a cadeia produtiva do agronegócio é um sistema integrado que abrange todas as etapas da produção agropecuária, desde a produção de insumos agrícolas até a distribuição dos produtos finais aos consumidores. Essa cadeia engloba diferentes setores, como agricultura, pecuária, agroindústria, serviços relacionados e logística. Em Silva (2005), compreende-se por cadeia produtiva, ou *supply chain*, um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor.

Para a EMBRAPA (2002), a cadeia produtiva do agronegócio geralmente envolve os seguintes estágios:

1- Insumos agrícolas: São os materiais utilizados na produção, como sementes, fertilizantes, agroquímicos, máquinas e equipamentos agrícolas.

2- Produção agrícola e pecuária: Nessa etapa, ocorre o cultivo de alimentos, fibras e outros produtos agrícolas, bem como a criação de animais para produção de carne, leite, ovos, entre outros. Inclui atividades como o plantio, tratos culturais, manejo de animais, colheita, entre outros.

3- Agroindústria: É o setor responsável pelo processamento dos produtos agrícolas, transformando-os em alimentos processados, ração animal, biocombustíveis, produtos têxteis, entre outros. Inclui indústrias de alimentos, frigoríficos, laticínios, usinas de açúcar e álcool, entre outras.

4- Distribuição e logística: Nessa etapa, os produtos são transportados das áreas de produção para os centros de distribuição e, posteriormente, aos pontos de venda. Envolve atividades como armazenagem, transporte, embalagem e comercialização.

5- Comercialização e consumo: É o estágio final da cadeia produtiva, onde os produtos chegam aos consumidores finais, seja por meio de mercados, supermercados, restaurantes, exportação, entre outros canais de venda.

Além desses estágios, a cadeia produtiva do agronegócio também envolve atividades de pesquisa e desenvolvimento, capacitação profissional, suporte técnico, assistência técnica rural, financiamento e seguro rural, entre outros serviços que auxiliam na produção agropecuária. É importante ressaltar que a cadeia produtiva do agronegócio pode variar de acordo com o tipo de produto, região geográfica e características específicas de cada país (EMBRAPA, 2002).

No Brasil é possível perceber a expansão do agronegócio a partir de diferentes perspectivas. Segundo o relatório 'Cenário do Agronegócio Brasileiro' publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), o crescimento da exportação de *commodities* agrícolas e o aumento da importação de insumos agrícolas são dois exemplos claros dessa tendência. O crescimento do financiamento público nos últimos anos também é um indicativo dessa expansão, entretanto, é necessário frisar que o Estado Brasileiro, desde o início do século XXI, concede incentivos fiscais para a produção de *commodities* do agronegócio voltado para a exportação. O grande agricultor e os grandes frigoríficos são os maiores beneficiados da política estatal, enquanto o pequeno e o médio produtor têm dificuldades de acesso a crédito a juros baixos que os incentive a ampliar a produção de alimentos para o mercado interno.

Especificamente, no que se refere à cadeia produtiva de frango, esta pode ser desmembrada em três importantes áreas: (1) produção de insumos, (2) industrialização, (3) comercialização e distribuição (VOILÀ; TRICHES, 2015).

A etapa inicial de produção, corresponde à etapa de produção de matéria-prima. Já que o produto final é o frango abatido, sua matéria-prima é o próprio frango na sua fase inicial da vida. Ademais, a produção de insumos, como ração, também é considerada nesta etapa do processo produtivo (VOILÀ; TRICHES, 2015).

A segunda etapa refere-se à industrialização, caracterizada pelos abatedouros, denominado também de frigoríficos, elo principal da cadeia (VOILÀ; TRICHES, 2015).

A etapa da comercialização/distribuição, representa as empresas que estão relacionadas diretamente com o consumidor final da cadeia, viabilizando comércio e o consumo dos produtos finais (VOILÀ; TRICHES, 2015).

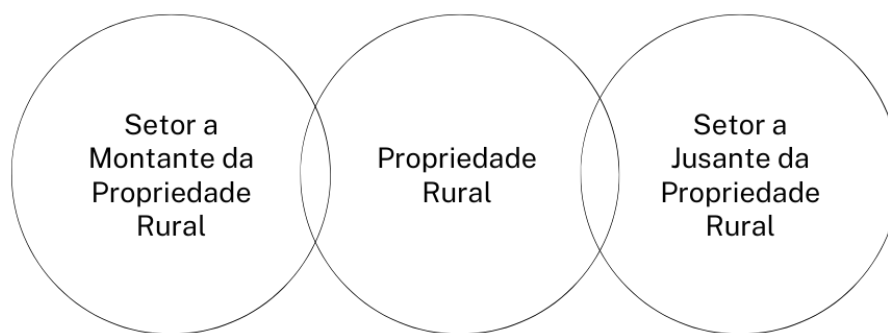
Em vista disso, dois conceitos devem ser considerados, o setor montante e o setor jusante. O setor à montante é composto pela cadeia retrospectiva da agropecuária, ou seja, as empresas que se incumbem da produção de bens de capital e de insumos industriais para o setor

rural, ou ainda, oferecem produtos e serviços para a agricultura (VIAL; SETTE; SELLITTO, 2009).

Já o setor a jusante é composto pelas empresas que adquirem suas matérias-primas da agricultura e constituem a cadeia prospectiva da agropecuária (VIAL; SETTE; SELLITTO, 2009).

Sendo assim, o setor a montante da propriedade rural são os bens de consumo e de capital para o campo, o setor a jusante são complexas redes de armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição, conforme apresentado na Figura 6 (VIAL; SETTE; SELLITTO, 2009).

Figura 6 - Esquema dos setores a montante e a jusante da fazenda

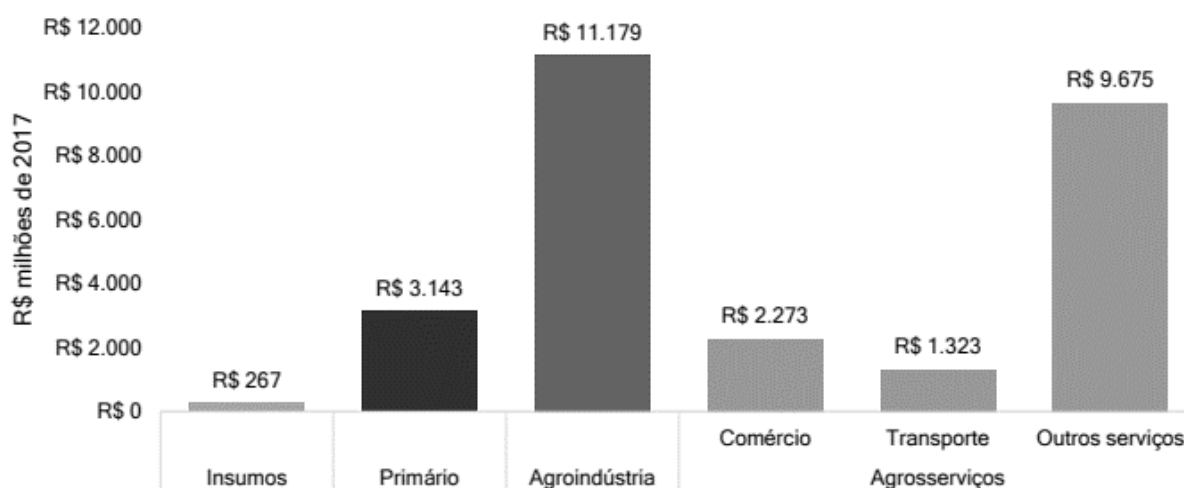


Fonte: adaptado de Vial, Sette e Sellitto (2009).

Caracterizado por ser altamente industrializado e urbanizado (o mais urbanizado do país), com elevada densidade populacional e concentração dos habitantes na região metropolitana, concentrando 8,2% da população brasileira, o estado do Rio de Janeiro foi responsável por 10,83% no PIB brasileiro. No que se refere à economia estadual, estudos do CEPEA (2021) destacam a mineração, o refino de petróleo e a geração de energia elétrica, enquanto a produção agropecuária tem baixa representatividade. Apesar disso, a agropecuária tem grande relevância para economias locais, representando em alguns municípios até 30% do PIB, além de ser importante para subsistência e para a manutenção das relações produtivas, históricas e culturais (IBGE, 2021).

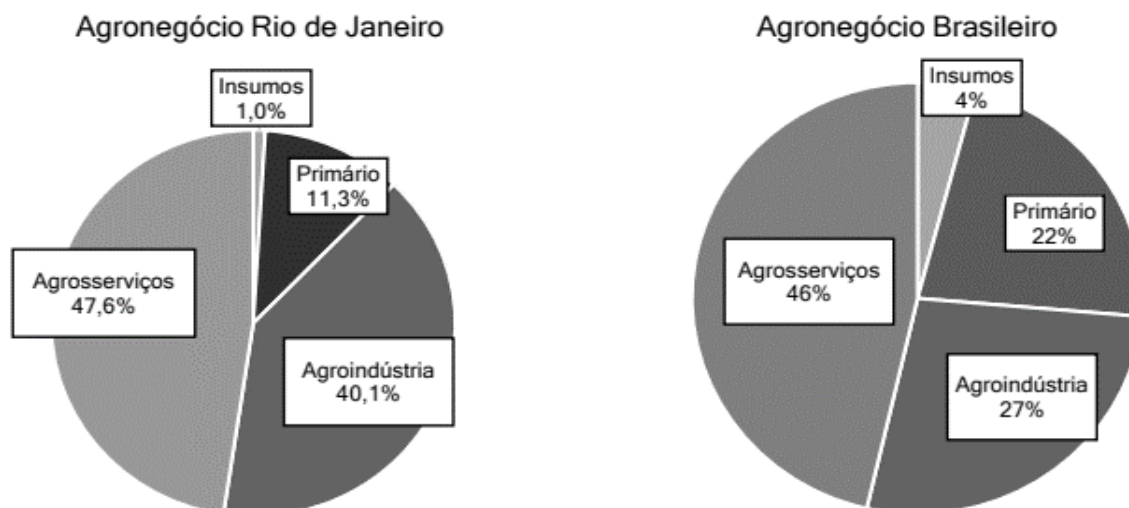
Nas Figuras 7 e 8 podemos ver a participação dos diferentes segmentos do agronegócio no PIB do estado do Rio de Janeiro e na esfera nacional no ano de 2017. Conclui-se que em nível estadual, 47,6% do PIB do setor foi gerado pelo segmento de agrosserviços; 40,1%, pelo agroindustrial; 11,3% pela agropecuária. Já no cenário nacional, a agropecuária participa em 22% e a agroindústria tem participação de 27%. Tal contraste de números pode ser correlacionado à influência dos aspectos geográficos, do relevo acidentado do estado, com áreas de difícil acesso que inviabilizam a atividade agropecuária. Destaca-se também a forte presença da agroindústria, o que se relaciona com o grande mercado consumidor estadual e a proximidade junto aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (CEPEA, 2021).

Figura 7 - PIB do agronegócio do Rio de Janeiro, desagregado para os segmentos, em 2017 (em R\$ milhões de 2017)



Fonte: CEPEA (2021).

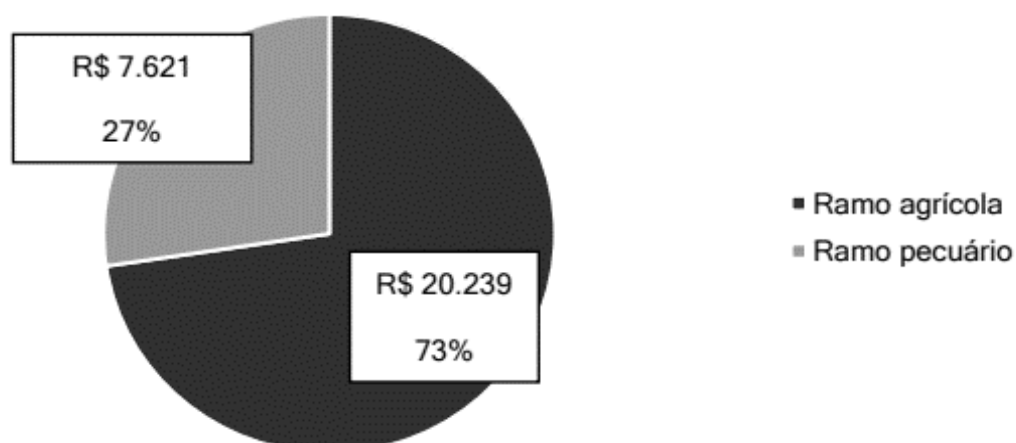
Figura 8 - Composições do PIB do agronegócio do Rio de Janeiro e do PIB nacional em 2017 – segmentos (em %)



Fonte: CEPEA (2021).

Outro marco na dinâmica agropecuária do estado de acordo com o CEPEA (2021) se dá pela perspectiva dos ramos (agrícola e pecuário), com alta representatividade do ramo agrícola, que gerou o PIB de R\$ 20,24 bilhões em 2017, respondendo por 73% do total do agronegócio. Enquanto isso, o ramo pecuário, gerou PIB de R\$ 7,62 bilhões, representando 27% do total (Figura 9).

Figura 9 - Composição do PIB do agronegócio do Rio de Janeiro em 2017 – ramos (em R\$ milhões de 2017 e em %)



Fonte: CEPEA (2021).

Quanto aos índices nacionais, a atividade produtiva familiar tem papel importante na geração de renda e emprego na economia brasileira. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017b) apontaram que existem no país 5,07 milhões de estabelecimentos rurais, dos quais cerca de 77% pertencem à agricultura familiar. Sua relevância é *mister* para o desenvolvimento socioeconômico onde parcela significativa dos estabelecimentos dessa categoria trabalhista dedica-se à produção de alimentos.

Os produtores rurais, de acordo com Buainain (2007, p. 223), são um grupo de alta diversidade dado a “formação histórica, heranças culturais, experiência e capacitação profissional, bem como de disponibilidade e acesso aos recursos produtivos”. Nestes termos, é possível identificar um sistema produtivo que articula diversas temporalidades e diversas espacialidades, em termos econômicos e culturais, com capacidade de transmissão de memórias e práticas culturais, materiais ou simbólicas, à família agrícola, construindo estratégias específicas de resistência frente às dinâmicas econômicas hegemônicas. Assim, estes saberes adquiridos e passados para as novas gerações “favorecem a continuidade de práticas agrícolas mais harmoniosas com o meio ambiente, legando à agricultura familiar um importante papel na preservação ambiental, mesmo nos estabelecimentos de produção mais modernizada” (IBGE, 2017c).

Por definição legal, encontrada na Lei n. 11.326 de 2006, o agricultor familiar é quem pratica atividades no meio rural, e que atende simultaneamente aos seguintes requisitos: possui área de até quatro módulos fiscais¹; utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tem percentual mínimo da renda familiar oriunda de atividades econômicas do seu empreendimento; e realiza o gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento com sua própria família (BRASIL, 2006).

Considerando que, em 2017, mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar, conclui-se que grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são oriundos da agricultura familiar. Nela estão englobados pequenos produtores rurais, povos, comunidades tradicionais, assentados, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Estes estabelecimentos se destacam pela produção de diversas culturas permanentes e temporárias, como o milho, raiz de mandioca, olerícolas, feijão,

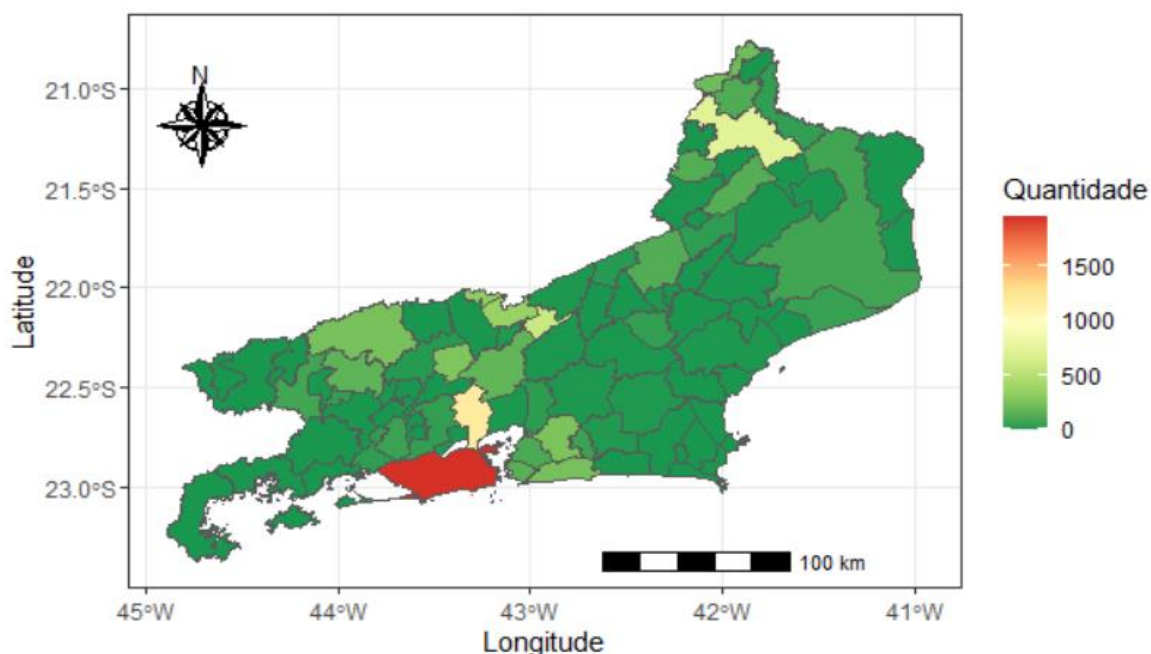
¹ Módulo fiscal é um conceito introduzida pela Lei n. 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/64), a norma que regula os direitos e obrigações relativos a imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional. Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município (BRASIL, 2006).

cana, arroz, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças, bem como a produção animal, com suínos, aves, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos e caprinos (BRASIL, 2019).

Em 2019, no pronunciamento da FAO em relação às metas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foi apresentado que mais de 78% do cumprimento das metas dependem de ações a serem tomadas em áreas rurais. A agricultura familiar desempenha um papel fundamental, onde sem o engajamento dos produtores rurais é impossível atingir a erradicação da pobreza extrema, fome e desnutrição (IPEA, 2018).

Neste contexto, a região serrana do Rio de Janeiro detém crescente relevância como área de reprodução do capital comercial, sendo fundamental para o abastecimento alimentício, uma vez que, como área de significativa presença de pequenos produtores, torna-se importante para o abastecimento da Região Metropolitana² do Rio de Janeiro. Outrossim, a agroindústria de base pecuária ganha destaque de geração de emprego e renda, como pode ser percebida a quantidade de empregos gerados no município de São José do Vale do Rio Preto, especialmente, pela avicultura de corte, em números entre 500 a 1000 (Figura 10) (EMATER-RIO, 2022).

Figura 10 - Distribuição dos empregos na indústria do abate segundo municípios do estado do Rio de Janeiro em 2017 (em número de vínculos)



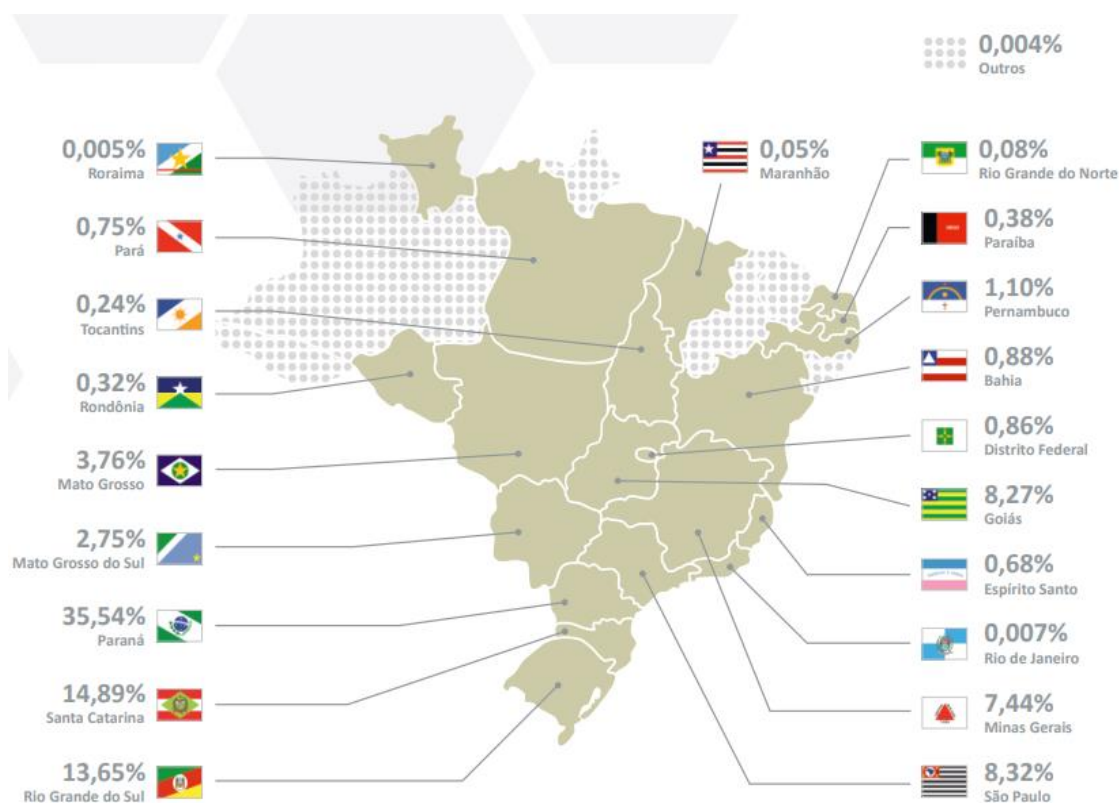
Fonte: CEPEA (2021).

² Região metropolitana: a região é composta por 21 municípios: Cachoeiras de Macacu, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (FNEM, 2018)

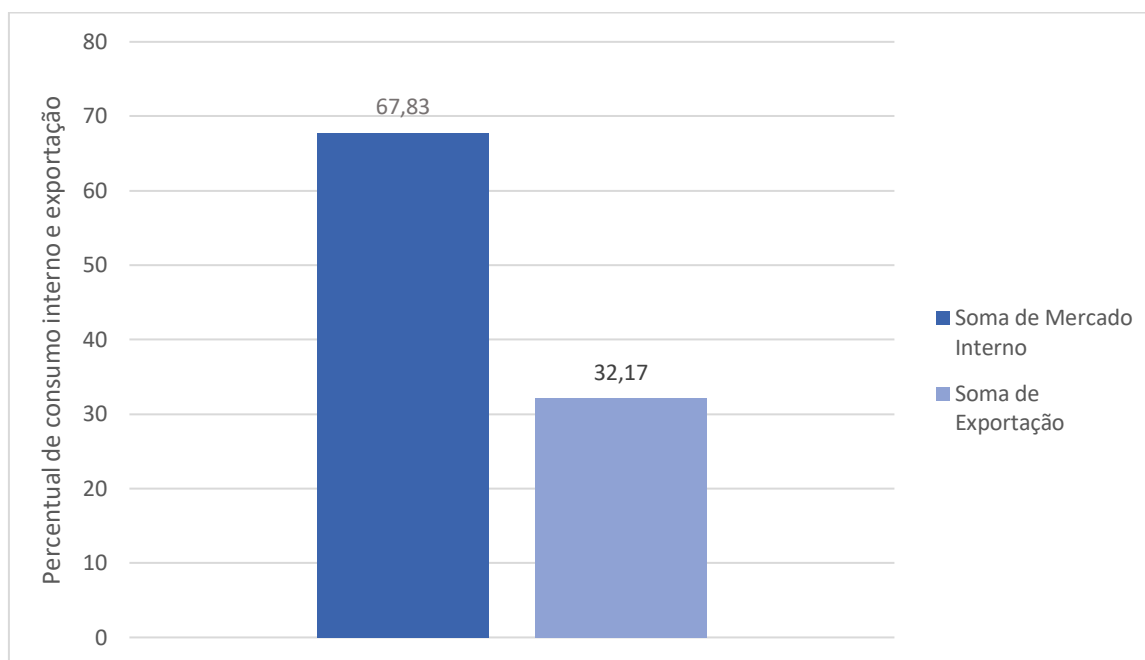
O Brasil é o país maior exportador de carne de frango do mundo de acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA (2022), o que garante o fornecimento de carne de alta qualidade, com baixo custo, e gera milhares de empregos ao longo de sua cadeia.

Na Figura 11 pode ser observado o percentual de produção de cada estado da federação, com destaque para a produção do sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), enquanto na Figura 12 observa-se o quantitativo consumido pelo mercado interno e o percentual exportado no ano de 2021.

Figura 11 - Abate de frango por unidade federativa em 2021



Fonte: ABPA (2022).

Figura 12 - Consumo interno e exportação de carne de frango em 2021

Fonte: ABPA (2022).

Apesar de percentualmente tímida a participação do Rio de Janeiro na produção avícola nacional, tem-se na região serrana do estado, o município de São José do Vale do Rio Preto com a maior produção estadual. Tal fenômeno é compreendido a partir da leitura de sua formação histórica, cultural e a proximidade geográfica com o centro consumidor da Baixada Fluminense³ e Região Metropolitana (ou Grande Rio), que absorvem grande parte da produção (AFAS, 2022).

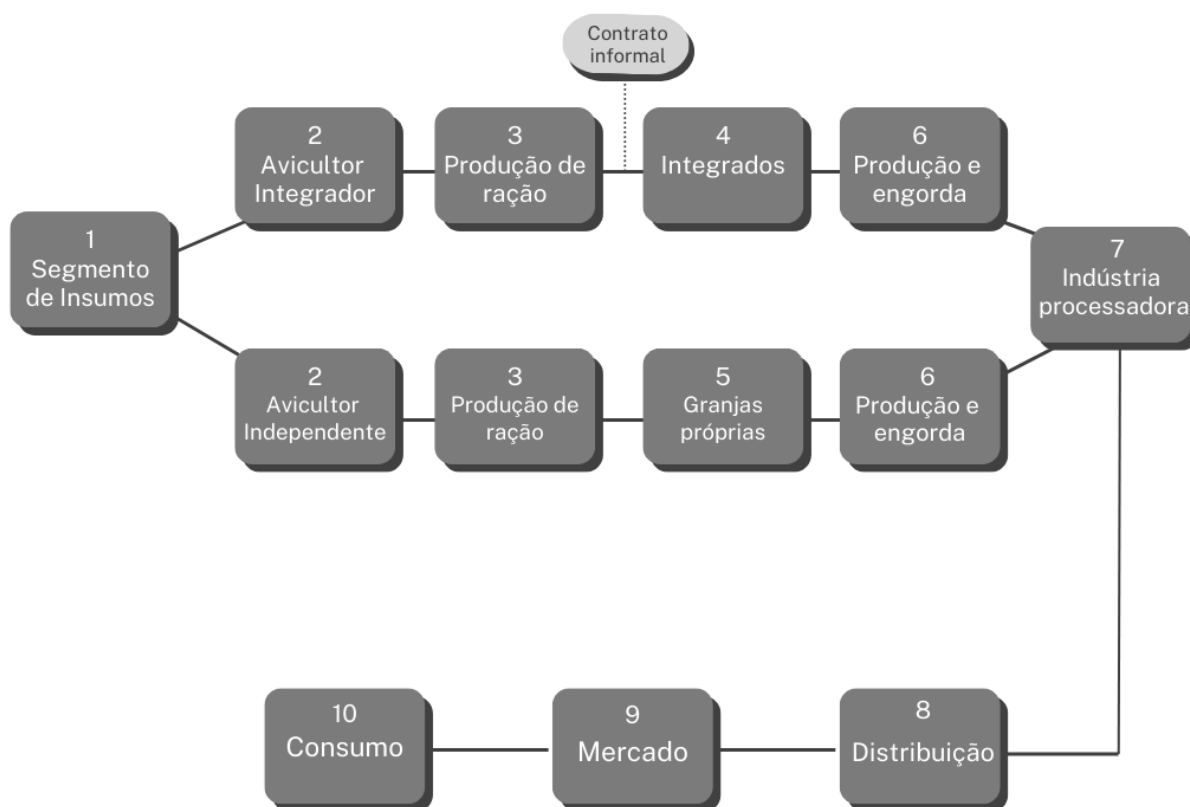
O Município é ocupado por cerca de 22 mil habitantes e conta com o predomínio de pequenas e médias propriedades agrícolas, sendo composto por 1.200 produtores rurais, dos quais 82 (oitenta e dois) têm suas atividades orientadas para a avicultura de corte, sendo em grande maioria no sistema de integração. Neste sistema, a empresa integradora é a responsável pela assistência técnica, fornecimento de mão-de-obra (apenas 20% das propriedades avícolas fornece mão-de-obra), fornecimento de ração, fornecimento dos animais (pintos), fornecimento de insumos como medicamentos, cloro, inseticidas, raticidas etc. e retirada das aves para abate; enquanto isso cabe ao produtor integrado fornecer a infraestrutura necessária (granja) para a produção (EMATER-RIO, 2023). (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2020; EMATER-RIO, 2022).

³ Baixada Fluminense: ocupa o território que está no norte da Cidade do Rio de Janeiro, formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, e Seropédica (SESCRIO, 2022).

O sistema de integração engloba mais de 80% do total destes produtores, onde todos os integrados recebem os pintos, a ração, os medicamentos, vacina, gás para aquecimento, cepilho e assistência técnica, por parte do integrador. Como pagamento pela estrutura integrada (granja), todos os integrados recebem o esterco⁴, que tem alto valor agregado na região e é destinado à venda para ser utilizado na olericultura. Além desta forma de pagamento, aproximadamente 20% dos integrados donos das propriedades também exerce o trabalho de granjeiro⁵, cuidando da produção animal, com recebimento de salário para realizar o trabalho na granja (EMATER-RIO, 2022).

Para melhor compreensão deste sistema, a Figura 13 demonstra a organização da cadeia avícola no Município de São José do Vale do Rio Preto e os atores envolvidos em cada segmento.

Figura 13 – Organização da cadeia avícola no Município de São José do Vale do Rio Preto



Fonte: Elaboração própria adaptado de Emater-Rio (2022).

⁴ Por definição, o esterco, ou cama de frango, é composto pelas excretas das aves, material absorvente que pode ser maravalha, serragem ou cascas de arroz, penas, sobra de água dos bebedouros e restos de alimento (LUCAS; AMORIM, 2005).

⁵ Aquele que cuida das aves e trabalha na granja (EMATER-RIO, 2022).

A partir das informações fornecidas pela Emater-Rio (2022), a cadeia inicia-se com a aquisição de insumos (1) de regiões com alta produção de grãos, como Região Centro-Oeste, Minas Gerais ou São Paulo, pelo avicultor integrador ou avicultor independente.

Os atores avicultor independente e avicultor integrador (2) são aqueles que dominam a produção e detém contato direto com o abatedouro. São eles os que possuem capital suficiente para arcar com o maior custo da atividade, a produção de ração. Estes possuem fábricas de ração própria e distribuem a ração para as granjas, também realizam a aquisição dos pintos, oferecem assistência técnica e insumos para condução da produção.

É conveniente destacar que o avicultor independente, neste estudo, é considerado aquele de grande capacidade de alojamento, em que toda produção de frangos é feita em granjas próprias (5) e, posteriormente, enviada para a indústria processadora (abatedouro).

Já o avicultor integrador é aquele com grande capacidade de produção, que pode ou não ter granjas próprias, mas, além destas, possui contrato informal de integração com outros proprietários de granjas, chamados integrados (4).

Os supracitados “proprietários de granjas”, no passado, foram avicultores. Contudo, a necessidade de investimentos em tecnologia, adequação da propriedade com equipamentos modernos, e o alto custo da produção da ração, fizeram com que muitos avicultores inativassem as granjas e aderissem ao sistema de integração por falta de capital para produzir de maneira independente. Alguns continuam na propriedade, e podem ou não trabalhar para o integrador na função de granjeiro. Outros desempenham outras atividades como agricultura na propriedade e, outros ainda, não têm mais vínculo com o trabalho rural e apenas integram as granjas de forma a tornar a propriedade lucrativa (EMATER-RIO, 2022).

Dito isto, após a aquisição dos pintos de 1 dia é realizado o alojamento das aves nas granjas e inicia-se o processo de crescimento e engorda das mesmas (6), por período que varia, em média, de 28 a 35 dias, de acordo com a demanda do mercado.

A indústria processadora (7) é responsável pelo carregamento das aves nas granjas dos avicultores e a mesma realiza o processo de distribuição (8), por meio de vendedores próprios.

Já o segmento do mercado (9) compreende os supermercados, padarias, mercearias e vendedores informais, responsáveis pela comercialização do produto ao consumidor final.

Por fim, o segmento de consumo (10) é o próprio consumidor, o elo sobre o qual se direciona todas as operações da cadeia.

Além do saber localizado, cabe ao produtor executar corretamente tarefas periféricas (Figura 14), como aquisição de pintos de boa qualidade, fornecer alimentação balanceada, adequar as instalações com equipamentos condizentes com as necessidades das aves e que garantam o bem-estar animal, cumprir corretamente as orientações referentes à desinfecção e obedecer o tempo necessário de vazio sanitário, adotar boas práticas de manejo, seguir o programa vacinal exigido pela legislação vigente e demandas sanitárias da região, e por fim, seguir com a comercialização da produção (VOILÀ; TRICHES, 2015).

Figura 14 – Atividades relacionadas com a avicultura de corte



Fonte: Elaboração própria adaptado de Borges (2014).

De acordo com a Emater-Rio (2022), a produção no Município segue a legislação preconizada pelo PNSA (Programa Nacional de Sanidade Avícola), e é direcionada principalmente ao chamado “frango de padaria”. Este padrão configura um frango relativamente leve, com peso médio de 2,25 kg (dois quilos duzentos e cinquenta gramas), produzido no intervalo médio de 28 dias, que é abatido pelos abatedouros localizados na própria cidade que possuem certificação estadual⁶ (Serviço de Inspeção Estadual-SIE).

Com diversos produtores rurais engajados na atividade, se estabeleceu um plantel de 16.840.000 frangos de corte no município, cujo abate se dá semanalmente em torno de 320.000 (trezentos e vinte mil) aves durante as 52 semanas do ano. A maior parte da venda é direcionada para a região serrana, Baixada Fluminense e Grande Rio, para estabelecimentos pequenos como padarias, restaurantes, mercadinhos, assadeiras⁷, casas de frango, entre outros (AFAS, 2022; EMATER-RIO, 2022).

A cadeia produtiva municipal é composta por dois incubatórios (que recebem ovos de outras localidades para darem início à incubação das aves que dura 21 dias) e dezenas de aviários (ou granjas), locais onde os animais crescem e se desenvolvem. A caracterização destas estruturas⁸ varia acordo com a capacidade de investimento do produtor, logo, não possuem padrão definido de tamanho, equipamentos disponíveis para a criação, bem como capacidade de alojamento (AFAS, 2022; EMATER-RIO, 2022).

As aves com idade e peso padrão são destinadas para abate nos 6 abatedouros da localidade, que possuem SIE e que empregam mais de 1.100 indivíduos (entre plataforma de abate, serviços de escritório e vendas), no entanto, uma enorme cadeia é movimentada, desde compra de insumos locais, transportadoras, combustíveis, processamento de resíduos e prestação de serviços, o que é fundamental para geração de emprego e renda (AFAS, 2022; EMATER-RIO, 2022).

A dimensão econômica dessa cadeia produtiva tem por efeito a geração de emprego e renda no município, porém, a estrutura como hoje se apresenta, expõe a fragilidade do setor a qualquer flutuação de mercado. Tal fato, faz com que levantemos a indagação: a cadeia avícola recebe a devida atenção frente ao potencial que pode ser explorado?

Como hipótese central, a pesquisa trabalha com o argumento de que a cadeia avícola de São José do Vale do Rio Preto possui grande relevância para a economia local, no entanto, não

⁶ Serviço de Inspeção Estadual-SIE: uma vez que o produto obtém este selo, pode ser comercializado dentro da esfera estadual (CIDASC, 2019).

⁷ Estabelecimentos que possuem máquinas de assar, e comercializam frango assado.

⁸ Apêndice G, p. 145.

existem políticas públicas efetivas para a garantia e segurança de seu desenvolvimento sustentável. A estrutura como hoje se apresenta expõe a fragilidade do setor a qualquer flutuação do mercado. Enquanto o problema de pesquisa investiga se a criação de uma política pública específica voltada para a valorização e dinamização de forma sustentável da cadeia avícola de São José do Vale do Rio Preto minimizaria os impactos econômicos advindos da flutuação do preço do frango abatido no mercado regional.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste estudo consiste em investigar o atual impacto da avicultura de corte no desenvolvimento territorial e socioeconômico do município de São José do Vale do Rio Preto.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a cadeia produtiva da avicultura em São José do Vale do Rio Preto;
- Analisar o impacto econômico da avicultura no PIB e IDH do município;
- Apresentar as políticas públicas municipais e estaduais em prol do desenvolvimento da atividade a longo prazo.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A avicultura é responsável pela geração de emprego e renda no Município de São José do Vale do Rio Preto. Na década de 50, o município foi considerado o maior polo avícola da América do Sul, destacando-se na larga escala de produção de ovos. Por questões que devem ser profundamente investigadas *a posteriori*, a atividade entrou em colapso na década de 80, trazendo sérios prejuízos aos produtores rurais. A partir de 1990 iniciou-se novo ciclo de produção, avicultura de corte, que hoje sustenta e garante o título ao Município como o maior produtor de frangos do estado do Rio de Janeiro, fomentando uma cadeia produtiva que vai desde incubatórios, aviários, abatedouros, comércio, transportadoras e serviços terceirizados.

Os 6 abatedouros do município possuem selo do serviço de inspeção estadual (SIE), com isso os frangos abatidos podem ser comercializados apenas dentro no estado. Este é um produto resfriado, com validade média de 7 dias, quando dentro das condições de temperatura ideais abaixo de 4°C⁹, com peso médio de 2,25 kg, e identificado como frango leve ou de “padaria”. Dado o fato de ser fresco, é o produto de preferência das assadeiras e restaurantes por preservar as características físicas e sensoriais do frango fresco, como maciez e suculência. É necessário destacar que outro tipo de produto comercializado em larga escala no país é o frango congelado com selo do serviço de inspeção federal¹⁰ (SIF), que pode ser comercializado por todo país. Este produto apresenta peso médio acima de 2,8 kg, validade mínima de 10 meses, e devido ao processo de congelamento pode perder fatores determinantes como palatabilidade e textura, não atendendo ao mercado de assadeiras.

É notório que a economia da cidade se construiu historicamente - de forma cíclica - entorno da utilização do território para a produção avícola. Diante do exposto, essa realidade socioeconômica deve ser estudada visto a existência de um viés cultural envolvido, que deve ser compreendido, e apenas a partir da posse e análise dessas informações será possível planejar e implementar políticas públicas eficazes de inclusão do pequeno produtor.

1.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O espaço constante desse estudo foi o município de São José do Vale do Rio Preto, localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, considerando os períodos de crise enfrentados, o padrão da atividade foi sendo alterado. Em busca de maior relevância e condições para o levantamento de dados e informações, sabendo que, na atualidade, este é o maior produtor de frangos de corte do estado, houve concentração de esforços em torno da cadeia avícola municipal.

Ante o exposto, é necessário um estudo mais complexo sobre a ocupação do espaço na região sob influência da cadeia avícola, todavia, esse trabalho limita-se analisar a relevância socioeconômica da avicultura para o Município de São José do Vale do Rio Preto, bem como políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável da atividade a longo prazo.

⁹ Portaria Nº 210 de 10/11/1998, Ministério da Agricultura e do Abastecimento (BRASIL, 2018).

¹⁰ Serviço de Inspeção Federal-SIF: Este selo é exigido para comercializar produtos em todo o território nacional, bem como para produtos destinados à exportação. (CIDASC, 2019).

1.5 QUESTÕES NORTEADORAS

- Qual a influência da atividade no índice de desenvolvimento humano e na renda *per capita* do cidadão valeriopretano?
- De que maneira a avicultura contribui para o desenvolvimento territorial local?
- Como se dá a conformação da cadeia avícola valeriopretana?
- Considerando a dinâmica da cadeia avícola, existe planejamento estratégico e políticas públicas para garantir a sustentabilidade da atividade a longo prazo?

2 – REVISÃO DE LITERATURA

Tem início, então, por volta de 10 mil a.C., a agricultura, primeiro grande divisor na história humana, pois rompeu com modos de vida que existiam há 2 milhões de anos.

(VEIGA, 2008).

2.1 DEFINIÇÕES

Para o professor e ganhador do Prêmio Nobel de Economia (1998), Amartya Sen, economia e ética são regidas por duas questões centrais: a motivação humana e a avaliação das conquistas sociais. Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento se dá quando os benefícios do crescimento aumentam as capacidades humanas, sendo elas: alcançar vida longa e saudável, ter acesso a instrução e vida digna, e poder participar da vida da comunidade. E além destas, *a priori*, o cidadão precisa ter o direito à liberdade de escolha, onde garantir as liberdades humanas se torna o objetivo do desenvolvimento (VEIGA, 2015).

De acordo com Sachs (2008), a distinção entre crescimento e desenvolvimento está na capacidade do desenvolvimento ultrapassar a geração de riqueza propriamente dita, ou seja, o crescimento é o meio pelo qual o desenvolvimento se estabelece para garantir a aparição das capacidades humanas. O desenvolvimento provoca a aproximação entre as antigas nações metropolitanas e a periferia colonial, reduzindo o abismo entre as minorias ricas e a maioria formada por trabalhadores pobres e atrasados. No que tange a aplicação do termo na realidade da sociedade, o desenvolvimento se manifesta de forma a criar um ambiente com meios de existência viáveis (*livelihoods*), suprimindo as necessidades básicas da vida, como comida, abrigo, roupas, trabalho, educação, serviços, habitação e segurança.

O crescimento econômico refere-se a um aumento no produto total na economia, definido por alguns como um aumento do PIB real per capita. Segundo Angus Maddison, haveria quatro razões básicas que tornam uma sociedade mais produtiva: (i) o progresso tecnológico; (ii) os investimentos em capital humano; (iii) os investimentos em capital físico e; (iv) a eficiência na organização econômica que se traduz na estrutura de incentivos que induzem os indivíduos a inovar e acumular (AVELAR, 2013).

Nesse sentido é reconhecida a inadequação do uso dos conceitos “crescimento econômico” e “desenvolvimento” como sinônimos, uma vez que o primeiro é apenas uma das dimensões do segundo. Segundo Schumpeter (1997, p.74): “não será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia (...), pois isso não suscita nenhum fenômeno qualitativamente novo”.

Almeida (2009) traz o conceito de progresso, já empregado na década de 50 como objeto essencial à civilização ocidental. O termo traz por definição a noção de melhoramento, perfeição e evolução, mas entra em colapso em 1970, uma vez que apesar da recorrência do uso do termo em meio à sociedade, não se percebeu avanços técnico-científicos e diminuição da pobreza e da miséria na mesma. Além disso, o progresso incorpora mais o campo da opressão que da solidariedade, o que resultou na perda mobilizadora do conceito, tornando-se “o mito do progresso”.

Em contraponto ao progresso está o desenvolvimento, que considera além dos aspectos financeiros, as questões sociais, econômicas e culturais, colocando em cena os aspectos socioculturais da sociedade. Para Wye Group (2011), três aspectos devem ser considerados na análise do desenvolvimento, sendo o primeiro em relação ao território, pois o desenvolvimento é um conceito espacialmente localizado; os temas abordados, sabendo que o desenvolvimento é conceito multissetorial (demográfico, social, econômico, ambiental); e o tempo, pois o desenvolvimento é um conceito dinâmico, sofrendo os efeitos da evolução histórica, das mudanças de atitudes da sociedade e as mudanças nas estruturas econômicas.

Contudo, o que é desenvolvimento? Podemos assumir que este termo foi atribuído aos benefícios do crescimento que ampliam as capacidades humanas (possibilidades de ser, ou fazer, na vida). Dessa maneira, percebe-se que o crescimento por si só não é suficiente para se garantir uma vida melhor, feliz e completa. É possível compreender que a renda per capita, produto interno bruto e índice de industrialização, não são capazes de avaliar, individualmente, a expansão das liberdades substantivas, uma vez que este é influenciado por outros determinantes, além dos relacionados com a dimensão econômica (SACHS, 2008; VEIGA, 2015).

2.1.1 Tipos de desenvolvimento

2.1.1.1 Desenvolvimento econômico

“O debate acerca do desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

A utilização sistemática de indicadores para medir o desempenho econômico teve início no final da década de 1950, com a generalização do uso do PIB como indicador do progresso econômico de um país. Na década de 1960, surgiram medidas que ampliam a mera concepção econômica retratada pelo PIB com a utilização do PIB per capita como referencial em paralelo a alguns indicadores sociais, como mortalidade infantil e taxa de analfabetismo. Já em 1990, com o reconhecimento do caráter restritivo do PIB, surge o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como ferramenta para mensurar o desenvolvimento econômico e humano, calculado pela ONU, e indica que um resultado mais próximo de um (1), mais desenvolvido é o país, não levando em consideração apenas as questões econômicas, mas também as sociais, como o índice de educação, índice de esperança de vida e índice de rendimento (DALCHIAVON; MELLO, 2016).

O desenvolvimento econômico de um país é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital culminando no aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante uma vez que esta mede, aproximadamente, o aumento geral da produtividade; já os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são geralmente medidos pela renda em termos de PPP (*purchasing power parity* - paridade do poder aquisitivo), que é um método alternativo à taxa de câmbio para se calcular o poder de compra de dois países, uma vez que a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Ele usou essa distinção para salientar a

ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico (AVELAR, 2013).

2.1.1.2 Desenvolvimento rural

Há que se compreender que abordagens específicas devem ser analisadas no que se refere ao desenvolvimento rural, cuja definição é praticamente inesgotável. Em Kageyama (2004) é possível afirmar que o rural não é sinônimo de agrícola; que o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtivas), ambiental, ecológica, social); que suas áreas têm densidade populacional relativamente baixa e que não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.

Quanto à análise do tema em níveis, tem-se que a nível global, o desenvolvimento rural deve ser considerado a partir das relações entre agricultura e sociedade; em nível intermediário deve ser entendido como novo modelo para o setor agrícola, preservando-se as sinergias entre ecossistemas locais e regionais; o terceiro nível é o da “firma individual”, onde destacam as novas formas de alocação do trabalho familiar (pluriatividade). Assim, muitos atores são envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global, trazendo a complexidade da análise do tema e ressaltando o espaço que vem sendo ocupado pelo surgimento de novas práticas como “administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, entre outros, que fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado” (KAGEYAMA, 2004).

Para o pesquisador Belik (2010, p. 172), “o desenvolvimento territorial rural é definido como um processo de transformação produtiva institucional em um espaço rural determinado cujo fim é o de reduzir a pobreza rural”. Nessa ótica, obstina-se promover a melhoria de sua situação econômica e social dos atores locais, através da mobilização em direção a uma nova inserção produtiva, uma nova vinculação e um novo dinamismo, tendo como horizonte espaços de atuação mais amplos.

O curso de crescimento de uma economia nacional pode não levar ao crescimento de uma região deprimida, dado o seu grau de marginalização em relação aos movimentos mais gerais da economia. No entanto, regiões pobres não representam, necessariamente, regiões despojadas de institucionalidade e organização da população. Por outro lado, em função da falta de alternativas econômicas, o tecido social desses territórios sofre um esgarçamento constante com a emigração, conflitos agrários, devastação do meio ambiente e outros problemas decorrentes da falta de alternativas (BELIK, 2010, p. 172).

É pertinente destacar ainda algumas noções e conceitos, por exemplo, desenvolvimento agrícola (agropecuário), que se refere às condições da produção, suas características (área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade) e tendências em um determinado período (NAVARRO, 2001).

Já o termo desenvolvimento agrário contempla a análise do sistema produtivo, mas tem enfoque na vida social rural, no comportamento das classes, nas condições de acesso à terra, relações de trabalho, conflitos sociais e políticas vigentes no período. Enquanto o desenvolvimento rural tem como eixo fundamental a melhoria do bem-estar das populações rurais, conduzido por práticas que induzem a mudanças no ambiente rural, sendo o Estado o detentor do poder para conduzir tais transformações e propor os projetos para alcançá-las (NAVARRO, 2001).

Tem-se ainda a tendência de descentralização do Estado transferindo responsabilidade para os municípios e a inserção das organizações não governamentais (ONGs) nos microambientes, criando ações locais, fazendo com que a expressão *desenvolvimento local* se tornasse difundida na atualidade. Apesar da importância do termo, Navarro (2001) argumenta que os formatos organizacionais adotados no Brasil, muito distantes do padrão associativista, demonstram baixa capacidade de mobilização e representatividade devido ao número insuficiente de agentes locais participativos, tornando muito complexo acreditar que o poder local está apto para desempenhar e conduzir ações de desenvolvimento local.

2.1.1.3 Desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável surgiu em 1972, na Conferência Mundial de Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia. Seu conceito foi apresentado em 1987, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Noruega, ocasião em que foi apresentado o Relatório de *Brundtland*, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que trazia consigo uma série de ações e metas a serem adotadas internacionalmente por instituições multilaterais. Logo, desenvolvimento sustentável foi apresentado como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (IAQUINTO, 2018; SOUZA, ARMADA, 2018).

Em relação ao ano de 1972, à observância do grande consumo sem preocupação com o meio ambiente, surgiu o Relatório *Meadows* (estudo intitulado “Os Limites do Crescimento”), neste foi analisada a relação entre o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais. Já em 1997, Elkington apresentou as três dimensões que deveriam nortear o agir

corporativo, sendo elas: econômica (lógica do desenvolvimento), social e ambiental, tal modelo é conhecido por *Triple Bottom Line (Profits, People, Planet)* (IAQUINTO, 2018; SOUZA, ARMADA, 2018).

Quando da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, os países participantes assumiram o compromisso e o desafio de internalizar, em suas políticas públicas, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Dessa forma foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 – CPDS, tendo como função coordenar o processo de elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira, que possui metodologia multissetorial, com base na realidade brasileira, enfocando a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional. A base para a discussão e elaboração da Agenda 21 Brasileira parte de seis eixos temáticos, sendo eles: gestão dos recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infraestrutura e integração regional, redução das desigualdades sociais, e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável (NOVAES, 2000).

No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU BRASIL, 2022), juntamente com os representantes de seus Estados-Membros, criou a Agenda 2030, cujo objetivo é combater diversos problemas mundiais, sendo considerada o marco para o desenvolvimento sustentável e coletivo na busca global da evolução cooperativa e tecnológica, proporcionando benefícios para as atuais e futuras gerações.

A Agenda 2030 surgiu devido ao fato de que, a partir do fim da Segunda Guerra e da Guerra Fria e da ampliação da Revolução Tecnológica, as nações ocidentais mais desenvolvidas e ricas impuseram sua cultura e sua perspectiva de produção e consumo aos países mais pobres e menos desenvolvidos, influenciando a cultura, alterando padrões de vestimenta, religião, hábitos e valores, dentre outros aspectos. Como consequência, observou-se a formação de multinacionais e o surgimento de potências do sudeste asiático, intensificando-se a concorrência por preços baixos. Por um lado, foi possível observar resultados positivos deste processo de mudança do padrão mundial, onde o “desenvolvimento trouxe consigo transportes mais rápidos e econômicos, impulsionando também as viagens internacionais, que levavam consumidores a um perfil de compra global, um verdadeiro avanço na qualidade de vida da população”, por outro lado, grandes impactos ambientais foram identificados como resultado negativo deste processo (ZORZO *et al.*, 2022).

Neste cenário foi criada a Agenda 2030 que, juntamente com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), são um apelo global à ação para acabar com a pobreza,

proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ZORZO *et al.*, 2022).

De acordo com o IBGE (2021) e Zorzo *et al.* (2022), para o ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável – a proposta do governo brasileiro foi “aumentar a produtividade agrícola, corrigir e aumentar investimentos pecuários e rurais, adotando medidas de equilíbrio nutricional e maior facilidade de acesso a produtos básicos alimentícios”. Logo, buscar-se-á a adoção de medidas que garantam “o funcionamento adequado do mercado de commodities de alimentos e seus derivados”.

Tendo como ponto de partida a Agenda 21 e o 1º Objetivo do Desenvolvimento do Milênio – Acabar com a fome e a miséria –, a Agenda 2030 e a formulação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável demonstram que o debate surgido ainda na década de 1980 com a publicação do Relatório de *Brundtland*, se tornou mais complexo. O desenvolvimento social é necessário, entretanto, fazer isso de forma sustentável também. Agregar em 17 Objetivos macros ações que garantam a produção de riqueza e bem-estar social ao mesmo tempo, em uma sociedade cada vez mais consumista e individualista, só será possível com a criação e implantação de políticas públicas exequíveis. O debate sobre a(s) formas(s) de se alcançar o 2º ODS passa por “essa verdade inconveniente” (ZORZO *et al.*, 2022).

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

No Brasil, a criação de políticas públicas específicas para inclusão dos pequenos empreendimentos agrícolas localizados às margens dos grandes empreendimentos agropecuários é necessária para garantir a reprodução sociocultural e socioeconômica das famílias que produzem alimentos nessas áreas. São esses pequenos produtores que garantem a produção de alimentos para serem consumidos no mercado interno - o grande empreendimento agropecuário é administrado e planejado para produzir alimentos para exportação (HORTIFRUTI/CEPEA, 2021).

Em Belik (2010, p.173), são citadas quatro saídas principais para a pobreza rural: o desenvolvimento produtivo das atividades agropecuárias, a pluriatividade, as redes de proteção social e a emigração. O autor argumenta que o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas e não agrícolas representa um avanço ainda que sejam “trabalhos de baixa qualidade e muito mal pagos”. Quanto à emigração reforça o conceito como “sinal de desagregação social”.

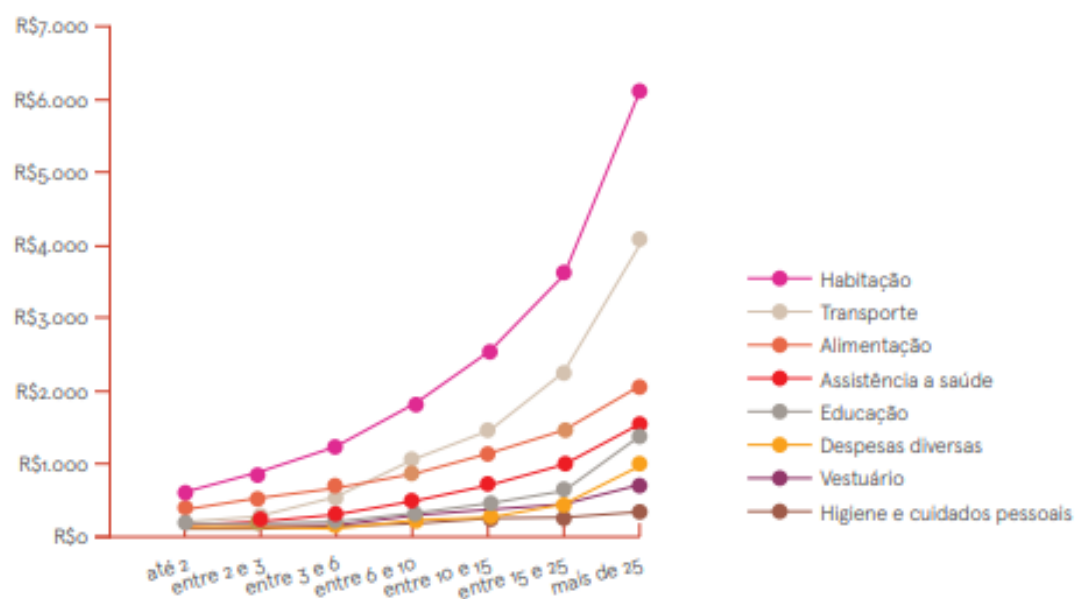
A partir destas quatro saídas, o Banco Mundial apresentou quatro estratégias que viabilizariam a transição dos produtores de regiões deprimidas para uma economia competitiva de mercado, sendo as seguintes: melhoria de acesso ao mercado por meio de cadeias de valor mais eficientes, melhoria da competitividade dos pequenos produtores, aumento da oferta de empregos não agrícolas e melhoria sobrevivência na agricultura de subsistência e ocupações rurais de baixo risco (Banco Mundial, 2007, p. 19).

Quando se volta esse debate para a produção de proteína animal de qualidade, a preços baixos, analisar a avicultura de corte no Brasil é premente. O frango é a maior fonte de proteína animal consumida no Brasil e, exatamente por isso, é necessário a criação de políticas públicas capazes de fortalecer a cadeia produtiva avícola (HORTIFRUTI/CEPEA, 2021).

De acordo com Maluf *et al.* (2022, p.19), um grande contingente populacional vive em condições de insegurança alimentar e, para que haja “crescimento econômico com melhoria das condições de vida dos brasileiros, será necessário um incremento mais que proporcional na disponibilidade de alimentos”, sendo a carne de frango apresentada como uma arma eficaz para combater este cenário por conta de suas propriedades nutricionais, alta disponibilidade no mercado e baixo custo.

Os estudos do HORTIFRUTI/CEPEA (2021), a partir dos dados POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) no período de 2017 a 2018, demonstram que a alimentação está entre as três principais despesas do brasileiro (Figura 15). Na categoria alimentação tem-se o consumo de carnes, vísceras e pescados; leites e derivados; aves e ovos (representam 25,8%) enquanto, as frutas, legumes e verduras, representam apenas 5,9% (Tabela 1). Ainda com base na mesma pesquisa, as análises de Siqueira *et al.* (2020) confirmam que o frango e seus derivados são as fontes mais baratas de proteína no Brasil, apresentando menor custo para se atingir 30% das necessidades diárias de proteína.

Figura 15 - Decomposição das despesas de consumo em componentes agregados e por estratos de renda mensal familiar (em salário mínimo)



Fonte: BELIK (2020).

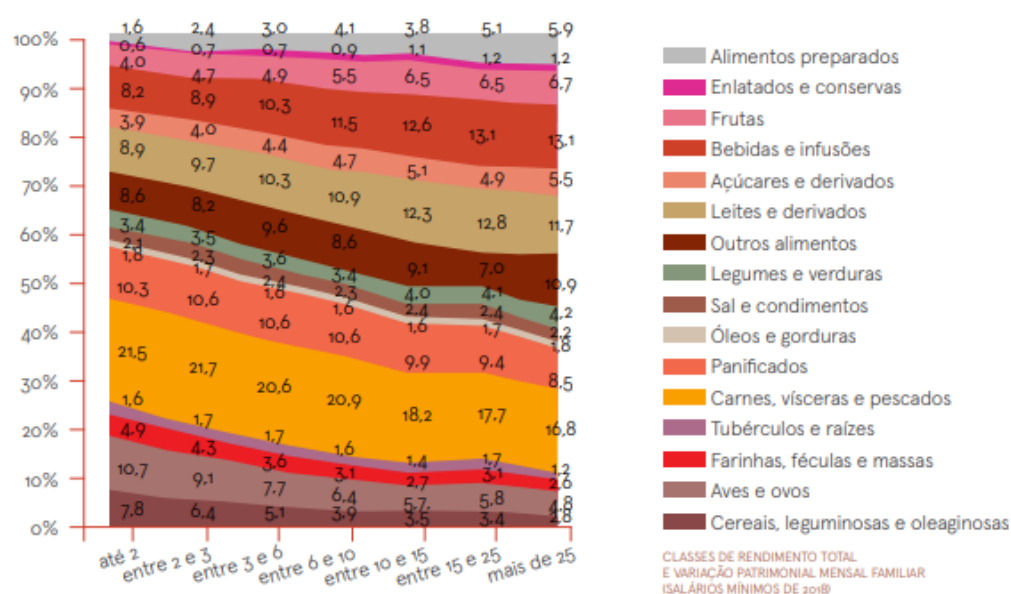
Tabela 1 - Despesas com alimentação (média mensal familiar)

Despesas com alimentação (média mensal familiar)	POF (2008-2009) %	POF (2017-2018) %
Despesa total alimentação em domicílio	68,9	67,2
Carnes, vísceras e pescados	15,1	13,6
Bebidas e infusões	6,7	7,1
Leites e derivados	7,9	7,1
Panificados	7,2	6,9
Aves e ovos	4,8	5,1
Frutas	3,2	3,5
Açúcares e derivados	3,2	3,0
Legumes e verduras	2,3	2,4
Farinhas, féculas e massas	3,1	2,4
Arroz	3,2	1,9
Feijão	1,9	0,9
Outros	10,4	13,1
Alimentação fora do domicílio	31,1	32,8

Fonte: adaptado de HORTIFRUTI/CEPEA (2021).

A dinâmica das despesas de consumo destinadas à compra de alimentos é distinta entre as famílias de rendas mais baixas e mais altas, isso em função da elasticidade de cada produto. O conceito de elasticidade pode ser compreendido como a sensibilidade do consumo de um produto em relação à renda, isto é, quanto maior a for a variação da renda, maior ou menor será o volume de compra de um produto. Por exemplo o sal e condimentos, independente do volume de renda disponível, o volume de compra não se altera, fluando entre 2,1 a 2,4 % (Figura 16). Diferentemente da carne de frango, que apresenta flutuação entre 4,08 e 10,7%, e possui como variável dependente o fator renda, sobretudo, o fator preço de seu substituto (carne, vísceras e pescados) (BELIK, 2020).

Figura 16 - Decomposição das despesas de consumo com alimentação dentro do domicílio entre os diferentes estratos de renda



Fonte: BELIK (2020).

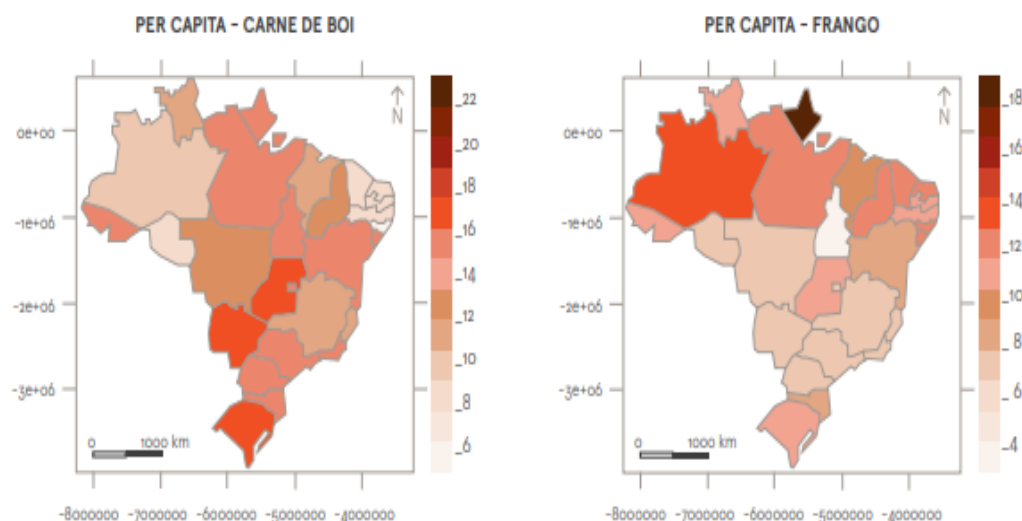
Vale apresentar a flutuação da carne, ela gira em torno de 16,8 e 21,5% e atinge em maior grau a população de menor renda (até 2 salários mínimos), e em menor grau que a população de maior renda (mais de 25 salários mínimos) (BELIK, 2020).

A despesa com carne de frango apresenta comportamento muito mais estável entre os estratos de renda quando comparada à despesa com carne bovina, que é cerca de 4,5 vezes maior para famílias com rendimento superior a 25 salários mínimos (BELIK, 2020, p.14).

Tal fato comparado com o consumo de aves, permite compreender que a população com menor renda está mais susceptível à insegurança alimentar, uma vez que a terceira maior despesa de consumo é com alimentação. Pode-se dizer então que este grupo tem maior grau de dependência do setor avícola para suprir as necessidades básicas de proteína (BELIK, 2020).

Na Figura 17, pode-se observar que as regiões nas quais existe maior consumo per capita de carne de frango, são também regiões com menor renda, fato qual nos permite correlacionar a existência do potencial de desenvolvimento da avicultura nestes espaços. Já as maiores despesas com carne bovina, estão nos estados de renda per capita mais elevada (BELIK, 2020).

Figura 17 - Despesas (mensal total e per capita) com carne bovina, suína, frango e peixes frescos



Fonte: BELIK (2020).

2.3 DICOTOMIA CAMPO-CIDADE: DESAFIOS À MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL RURAL

De acordo com Wanderley e Favareto (2013, p. 415), a ruralidade se refere à forma de organização da vida da comunidade, considerando o acesso aos recursos naturais, bens e serviços, composição da sociedade rural em classes e categorias sociais, valores culturais e modos de vida. Para Sorokin (1986), a ruralidade detém algumas características essenciais que a diferem do urbano propriamente dito, como maior relevância às atividades primárias; diferenças ambientais, com maior dependência da natureza no rural; tamanho reduzido da população; baixa densidade demográfica; menor grau de diferenciação social e de complexidade; características de mobilidade social; e as diferenças de sentido da migração. Nestes termos lê-se:

“O rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Esse conjunto de características materiais e imateriais apresenta uma singularidade e uma dinâmica próprias” (FERREIRA, 2002, p. 28).

“O rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtivas, ambiental, ecológica, social); as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes” (KAGEYAMA, 2004, p. 379).

Há que se entender que o rural transcende a produção agropecuária, e se expressa na forma territorial da vida social, na maneira como seus habitantes se organizam, considerando os valores, cultura, oportunidade de acesso a recursos, bens e serviços, sendo um lugar de vida e de moradia. Nos estudos de Favareto e Barufi (2013), é possível compreender que o rural não é uma categoria a-histórica, já que mantém relação com a trajetória de formação do país; apresenta heterogeneidade e demanda políticas específicas considerando critérios estruturais e funcionais. Os autores destacam que 25% da população brasileira é rural (abrangência de 2.968 municípios). No entanto, apesar de sua relevância, o rural é um espaço de precariedade social, pois seus habitantes dependem do urbano para suprirem suas necessidades econômicas e sociais, o que fortalece ainda mais o conceito de cidade.

Contextualizando esta problemática, de acordo com Kageyama (2008), antes da revolução industrial, a atividade principal na área rural era agricultura. Ali eram produzidos bens e serviços, que se não fossem produzidos por eles próprios, não estariam disponíveis para

consumo. Contudo, ao passar do tempo, surgiram os centros mercantis que realizavam serviços correlatos à produção, bem como *clusters* empresariais e economias de aglomeração, que fizeram com que mercados centrais se tornassem cidades (*towns*). Esse movimento fez com que as populações crescessem na cidade e a urbanização se tornasse irreversível. Outras consequências, não observadas antes, foram a redução de custo de transporte e a importação de bens provenientes de outras regiões.

Neste sentido, Jane Jacobs (1970) apresenta o conceito de “cidades substituidoras de importações”, já que criam produtos, mercados e inovações, em substituição aos bens que eram adquiridos em outras regiões, permitindo a expansão econômica do território. Em contrapartida, o meio rural teve que se modernizar, admitindo menor investimento em força de trabalho, o que levou à redução da população rural e especialização dos mercados locais.

No Brasil, durante o período colonial, a economia urbana era quase inexistente e a vida se concentrava no campo, assim, a cidade era apenas uma referência administrativa e religiosa. Dada a expansão do comércio e das atividades fabris e bancárias, as cidades passaram a incorporar a centralidade das atividades econômicas a partir de 1900 (SUZUKI, 2007).

No período seguinte ao fim da II Guerra Mundial até meados dos anos 70, viu-se um intenso desenvolvimento mundial, com altas taxas de crescimento e reanimação econômica, conduzido pelos Estados Unidos. Neste cenário, naquele país e na Europa, a agricultura encontrou um espaço receptivo na economia ao longo das décadas de 1950 e 1960, onde por meio da ação combinada do Estado, das indústrias agroalimentares e dos agricultores “empresariais”, o setor agrícola se inseriu no sistema econômico; transformando o conceito de setor “arcaico” em “moderno” e participativo do crescimento nacional. No entanto, para atingir o status de “moderno” foi necessário o aumento da produção e produtividade a fim de viabilizar o comércio com a indústria, o que tornou a agricultura fornecedora de matérias-primas, força de trabalho barata e um mercado consumidor de bens industriais (ALMEIDA, 2009).

De modo semelhante, Ferreira (2002, p. 40) aponta que já se discutia o desaparecimento do rural brasileiro na década de 80. Os pensadores teóricos clássicos, como Spencer, Durkheim, Weber e Marx, pressupunham a “hegemonia do industrialismo, a substituição da comunidade pela sociedade e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária”, o que se daria num modelo onde o novo mundo era urbano e estava em expansão, em oposição ao velho mundo, rural e em decadência. O rural era entendido como subordinado e secundário ao urbano, o que justificaria um processo de esvaziamento demográfico daquele espaço; também é importante destacar que a relevância de sua contribuição econômica no PIB foi subjugada, pois entendia-se que a agricultura era conduzida

pela indústria e organizada para a indústria, portanto, não tinha capacidade de produzir empregos e ocupação.

A partir da década de 90, as ciências sociais especializadas identificaram as potencialidades do rural, o que culminou na classificação: espaços rurais como territórios do futuro. Estes são espaços para “reformas societárias de cunho integrativo” e servem de “base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade”, constatação já ocorrida em outros países que vivenciavam a retomada do crescimento demográfico, a diversificação ocupacional, aumento na oferta de trabalho em áreas rurais e a organização de associações e movimentos sociais de base rural que “propunham uma forte crítica às políticas rurais e agrícolas gestadas conforme o modelo de desenvolvimento modernizador” (FERREIRA, 2002, p.42).

Em Bosc *et al.* (2013) encontra-se que a principal razão para desenvolver e apoiar a agricultura de pequena escala seja o fato de englobar muitos grupos sociais cuja emancipação é crucial para o desenvolvimento humano e social, como as mulheres, que representam em média 43% da força de trabalho, os jovens com pouca escolaridade, os idosos e os grupos étnicos minoritários que no passado encontraram refúgio no setor agrícola e que ainda lutam para superar as inúmeras injustiças a que foram submetidos (como os quilombolas do Brasil).

Destaca-se ainda a herança cultural dominada pelos pequenos grupos de produtores rurais, como formas de arte, a exemplo tem-se a música, a dança, a narração de histórias e a arquitetura, sendo chamada por Henri Mendras, especialista francês em sociologia rural, "a arte da localidade". Este conceito se refere aos “sistemas de conhecimento específico para a agricultura de pequena escala, que se desenvolveram gradualmente e representam uma capacidade surpreendente de se adaptar às especificidades dos ecossistemas locais e modelos sociais” (BOSC *et al.*, 2013). Nos países de capitalismo avançado é possível observar uma ressignificação do rural, nisto se observa alguns fatos relevantes à discussão e que já podem ser identificadas em países em desenvolvimento, como o Brasil, sendo eles: crescimento superior ao dos centros urbanos, logo, revitalização demográfica; dissociação entre rural e produção agrícola, não sendo mais termos sinônimos; rural como espaço residencial e não de trabalho, sendo ocupado por trabalhadores urbanos e aposentados de ocupações urbanas; rural como referência simbólica com paisagem a ser preservada e, enfim, rural entendido como um “espaço que começa a ser pensado como territórios do futuro, como resposta possível à crise do emprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial” (FERREIRA, 2002, p. 42).

2.4 A QUEM PERTENCE O TERRITÓRIO?

De acordo com os relatos históricos, é possível dizer que o primeiro homem branco a conhecer a região dos chamados “Sertões do Rio Preto” participava da expedição de Martim Afonso de Souza, fato que se deu em meados de 1530. Até então, a região assinalava apenas a presença de índios bravos, provavelmente Puris, Coroados e Goitacazes. No Diário de Navegação de Pero Lopes, este descreve que “foram mandados quatro homens pela terra adentro” se referindo ao ocorrido na região (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Retornando no tempo, uma vasta extensão de terras, nomeada Inhomirim da Serra Acima, foi concedida a Francisco de Matos Filgueiras Garcês e a Gonçalo Fernandes Peres. Tal fato se deu em 28 de agosto de 1680, por meio da Carta Régia de Dom Pedro II, de Portugal, ainda Príncipe Regente do Rei Dom Affonso VI. Esta concessão foi um marco para a história, pois permitiu dividir a região em sesmaria, fator primordial para a colonização. Poucos registros históricos existem daquela época, sendo a Figura 18 dos primeiros registros, que data do século VIII (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Figura 18- Fazenda de café em São José em meados do século XVIII



Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS (1998).

Pelo fato de por muitos anos a Igreja Católica ter se ligado ao Estado, alguns atos de efeito na organização eclesial eram baixados pelo Rei. Assim, foi com a criação de curatos e freguesias. Trazendo as definições, tem-se em curato a jurisdição de um cura, onde o padre dá assistência não permanente ao povoado ou aldeia. Por freguesia compreende-se uma povoação maior, que carecia de assistência permanente de um padre. Já a paróquia era a divisão mais atual de uma diocese, que gozava de jurisdição e assistência permanente de um padre (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Em 1811, foi feita uma petição assinada por moradores da região pleiteando a criação do Curato de São José. E em 20 de dezembro de 1813, pela Carta Régia de Dom João VI, foi oficializada a criação do Curato de São José da Serra Acima. Pertenciam ao Curato as terras dos atuais municípios de Petrópolis, Teresópolis, Três Rios, Sapucaia, Sumidouro, Duas Barras, Nova Friburgo e Paraíba do Sul (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Na metade do século XVII, os reis procederam ao estabelecimento da hierarquia eclesiástica e à fundação de paróquias. Todas as nomeações estavam em suas mãos. O direito reservado ao Papa de confirmar a instituição canônica não era mais do que uma formalidade, pois dizia-se, com alguma razão: “a Igreja era o Rei”. Foi graças a eles que, durante os séculos XVI e XVII, os missionários conseguiram a conversão de muitos indígenas, até o século XVIII, como também o pioneirismo quanto à penetração no interior das terras (CASTRO, 1998, p. 17).

Decretada por Dom João, Príncipe Regente, foi criada em 25 de novembro de 1815 a Freguesia de São José da Serra, autônoma e com seu próprio território, onde foi realizado o desmembramento das terras riopretanas da Freguesia de Inhomirim. Em 04 de março de 1823, Dom Pedro I autoriza a criação da Igreja de São José, e em 03 de março de 1825 foi feita a delimitação e demarcação das terras da Freguesia de São José da Serra (Figura 19) (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

As primeiras obras dessa igreja começaram em 1855, marcando uma mudança da região de São José, que deixou de ser um pequeno povoado de pioneiros portugueses e alguns indígenas para assumir, gradualmente, a forma do que caracteriza um município. (MACHADO, 2018).

Figura 19 - Começo do século XX de São José do Vale do Rio Preto. Atenta-se à posição central que a Igreja ainda tomava na cidade



Fonte: MACHADO (2018).

Os Decretos e Leis que seguem mudaram o rumo da história, sendo estes:

- Decreto de 15 de janeiro de 1833, deu à povoação de Paraíba do Sul o predicamento de vila, compreendendo São José do Rio Preto, com sua paróquia e sua administração policial e judiciária.

- Lei nº 961, de 29 de setembro de 1857, confere à Colônia de Petrópolis os foros de Cidade, porém, não lhe coube o território de São José do Rio Preto, que conservou-se dependente da administração de Paraíba do Sul ¹¹.

- Decreto nº 01, de 08 de maio e nº 01A, de 03 de junho de 1892, incorporou a Freguesia de São José do Rio Preto a Petrópolis como seu 5º Distrito, onde sofreu amputações territoriais^{12,13}.

¹¹ Até o ano de 1857, as atuais cidades de Petrópolis e Paraíba do Sul estavam hierarquicamente subordinadas a São José do Rio Preto, já que neste ficava a Igreja Matriz. Contudo, em 29 de setembro de 1857, o território de Petrópolis foi elevado à categoria de Município, fato que se deu por diversos motivos, dentre eles a fixação da residência da família imperial na antiga Fazenda do Córrego Seco (MACHADO, 2018).

¹² Registros da população em 1889 apontam para aproximadamente 3 mil habitantes, entre brancos e cativos (MACHADO, 2018).

¹³ Registros da população em 1943 apontam para aproximadamente 12 mil habitantes (INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS, 1998).

- Lei Estadual nº 1255, de 15 de dezembro de 1987, consolida-se a emancipação atual município de São José do Vale do Rio Preto, sancionada pelo Governador Wellington Moreira Franco (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998; SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2022).

Prosseguindo nesta imersão histórica, o crescimento da população neste território se deu a partir da queda da atividade da mineração, onde as famílias mineiras atravessavam o Vale do Paraíba em busca de novas oportunidades e terras para cultivar. Ao passo que ocorria tal migração, havia ainda a fixação de colonos portugueses e italianos pela região (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

“A povoação dos Sertões do Rio Preto se deve inicialmente às proximidades dos caminhos para as Minas Gerais e ao mercado consumidor da capital, cidade do Rio de Janeiro, e da própria atividade de mineração. Estávamos situados entre estes dois polos de desenvolvimento. Muitas de nossas estradas foram vias de escoamento da produção das fazendas originárias das antigas sesmarias distribuídas na região que remetiam os seus produtos para o Rio de Janeiro ou para as Minas Gerais. Algumas estradas foram desvios do carregamento de ouro que não queriam passar pelos Registros” (LIMONGI, 1998).

No início do século XX, observava-se a existência de grandes fazendas de café, como a Fazenda do Calçado Grande, Nossa Senhora do Belém (Figura 20), Sossego e Águas Claras. A lavoura do café aumentou o emprego da mão de obra escrava na região.

A indústria se desenvolve muito desigualmente nas diferentes regiões do Brasil; desde o começo ela tende a concentrar-se na região do café. Nesta região (que inclui o antigo Distrito Federal) concentram-se 61% do valor da produção industrial em 1907 e 65% em 1920. É sobretudo no antigo Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro sua periferia) e no estado de São Paulo que encontramos a indústria nascente brasileira (SILVA, 1976, p78).

Figura 20 - Ilustração do livro "Johann Georg Grimm e as fazendas de café" de 1886 em que se vê representada a fazenda Belém, em São José do Vale do Rio Preto



Fonte: MACHADO (2018).

Com a abolição do trabalho escravo a partir de 1888, as fazendas de café se tornaram a principal fonte econômica e geradora da maioria dos empregos no município (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Além de suas repercussões diretas sobre o desenvolvimento do comércio, a passagem para o trabalho assalariado é o índice de novas formas de produção. Desde o início a produção de café serve à acumulação de capital. Mas, na década de 1880 a 1890, as necessidades historicamente determinadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pela sua inserção na economia mundial capitalista em formação conduzem ao rompimento com as formas de acumulação no trabalho escravo, características da economia colonial. [...] O trabalho assalariado é o índice de transformações que incluem as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e, inclusive, uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento da produção. São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado (SILVA, 1976, p.80).

Em 1929, a produção mundial de café foi de 37.215.000 sacas. Deste total, 28.942.000 foram produzidas no Brasil, representando 77,77% da produção mundial. São Paulo produziu naquele ano 19,5 milhões de sacas (67% da produção nacional e 52% da produção mundial). Contava, então, aquele estado com 1,1 bilhão de cafeeiros e a produção média por mil cafeeiros foi de 70,87 arrobas, o que correspondeu a 17,71 sacas de café beneficiado (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

No entanto, instalada a Grande Depressão (quebra da bolsa de Nova York, em 1929), os Estados Unidos que eram o maior comprador do café brasileiro, diminuíram a importação deste produto e os preços do café brasileiro caíram. O governo provisório mandou queimar os estoques de café, com o objetivo de reduzir a oferta e assim conter a queda dos preços internacionais do produto, o que equilibraria a economia e impediria a falência dos cafeicultores (Figura 21) (CANO, 2015).

A queima do café como exemplo dos efeitos da crise de 1929 não é selecionada por acaso. Ela também representou uma mudança de mentalidade do Estado brasileiro. Até então, nos tempos da Primeira República, existia um consenso influenciado pelas ideias liberais de que não cabia ao Estado intervir na economia. Com os efeitos da crise de 29, ganharam força as ideias de que cabia ao Estado intervir, contraindo ou estimulando o desenvolvimento econômico de um país (CANO, 2015, p.444).

Figura 21 - Imagem célebre da queima de café no Brasil



Fonte: MACHADO (2018).

A partir da queda dos preços de venda do café foram realizadas diversas tentativas de implantação de novas culturas nas fazendas da região serrana do Rio de Janeiro (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Recortes da história nos permitem compreender que no ano de 1943, a lavoura era a principal fonte de renda e também necessária subsistência do povoado que era reconhecido por ser o verdadeiro celeiro de Petrópolis e, em especial da Capital da República, cujo mercado absorvia quase a totalidade da produção do Distrito que produzia legumes, raízes alimentícias,

cereais, café, cana-de-açúcar, aguardente, laranja, banana, abacaxi, mangas, abacate, pêssegos, mamão, uva, figos, romãs e goiabas (INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS, 1998).

Interessante observar que ao longo deste processo de civilização e crescimento, no que diz respeito à biodiversidade, desapareceram muitas espécies que enriqueciam a fauna local, mas ainda se encontrava naquele momento (1943) exemplares modestos de pacas, ouriços, gambás, lontras, jaguatiricas, cachorros-do-mato, suínos, macacos, quatis, preguiças, preás, cutias, tatus, caxixes e coelhos-do-matos; além da flora que ainda detinha exemplares de jacarandá, cedro, vinhático, peroba, garapa e canela (INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS, 1998).

2.5 RECONSTRUINDO A HISTÓRIA: ADVENTO DA CADEIA AVÍCOLA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Crise de 1929, seguida das duas Guerras Mundiais, fez com que no Brasil fosse adotado pelo Estado Novo Vargas, o emprego de políticas de intervenção econômica durante o tempo que o regime esteve no poder. No que coube ao distrito (Figura 22), durante este período, como alternativa para evitar o êxodo rural e reestruturar a economia, o Interventor Federal do Rio de Janeiro, Comandante Amaral Peixoto, fundou a chamada "Cia de Expansão Econômica Fluminense", que culminou na instalação de um campo experimental de apoio agropecuário com a idealização do projeto de implantação da cultura de batata inglesa (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976, p. 20).

Figura 22 - Estagnação econômica da localidade após o esgotamento da lavoura cafeeira



Fonte: INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS (1998).

Não tendo êxito o projeto de cultura das batatas, em meados de 1940, a Companhia de Expansão do Desenvolvimento Econômico Fluminense enviou novamente para região sua equipe técnica que conseguiu, sem exigir grandes inversões de capital, fazer com que os criadores, fazendeiros e sitiantes da região voltassem suas vistas para a exploração racional das galinhas de postura (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

Até 1944, a criação de aves não tinha nenhuma expressão como atividade agrícola, não sendo possível nenhum produtor viver, como atualmente, em função exclusiva da avicultura. De acordo com o Censo Agrícola de 1950, realizado pelo IBGE, naquele ano, registrava-se a existência de 2.884.225 poedeiras em todo estado do Rio de Janeiro, conforme apontado na Tabela 2. O que era observado naquele momento era que a produção de ovos se dava na ordem de 77.783 dúzias, contribuindo Alto da Serra, que compreendia a região objeto de estudo, com apenas 12.631 dúzias (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

Tabela 2 - Dados referentes à localidade e capacidade de alojamento de galinhas poedeiras por região (1950)

LOCALIDADE	ALOJAMENTO
Goitacazes	372.098
Muriaé	751.165
Cantagalo	500.005
Alto da Serra (incluindo São José do Rio Preto)	200.000
Araruama	269.563
Guanabara	245.590
Vassouras	345.301
Litoral Ilha Grande	43.922

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Avicultura Brasileira (1976).

No entanto, em 1955, o Ministério da Agricultura foi surpreendido com a avaliação do número de poedeiras no estado, que atingiu o quantitativo de 6.083.600 cabeças, das quais 4 milhões em instalações industriais, ascendendo a produção de ovos a 28.856.400 dúzias. Somente o distrito possuía, em 1957, um efetivo avícola (excluindo pintos e frangos em crescimento) de mais de 1.500.000 cabeças. “Não temos conhecimento, no Brasil, de expansão avícola tão surpreendente quanto esta” (VAITSMAN, 1957, p.1).

Localizado a 130 km da capital, a população do distrito de São José do Rio Preto, na década de 50, pouco faltava para atingir 1.000 habitantes, mas sua zona rural contava com aproximadamente 10.000 pessoas, entre as quais encontra-se numerosos descendentes de antigos colonos portugueses e italianos, existindo ao todo, cerca de 700 propriedades agrícolas (sítios, fazendas, granjas) (VAITSMAN, 1957, p. 1).

Tanto se admirava a produção que se foi enfatizado pela Comissão Nacional de Avicultura (1957, p.1):

Na produção avícola, o registro de avicultores domésticos chega incluir um que, no porão de sua casa na vila, criar 1.000 pintos de cada vez. Outra era a realidade dos pequenos criadores, com planteis entre 200, 500 ou raramente 1.000 aves. Suas instalações eram muito rústicas, com estruturas de madeira bruta, cobertura de sapé ou palha de indaiá. O fechamento das laterais era feito com esteiras de taquara, e o piso, os comedouros e os bebedouros eram feitos de bambu. Os ninhos eram construídos a partir do aproveitamento de caixas de madeira, usadas no transporte de verduras e legumes (VAITSMAN, 1957, p.1).

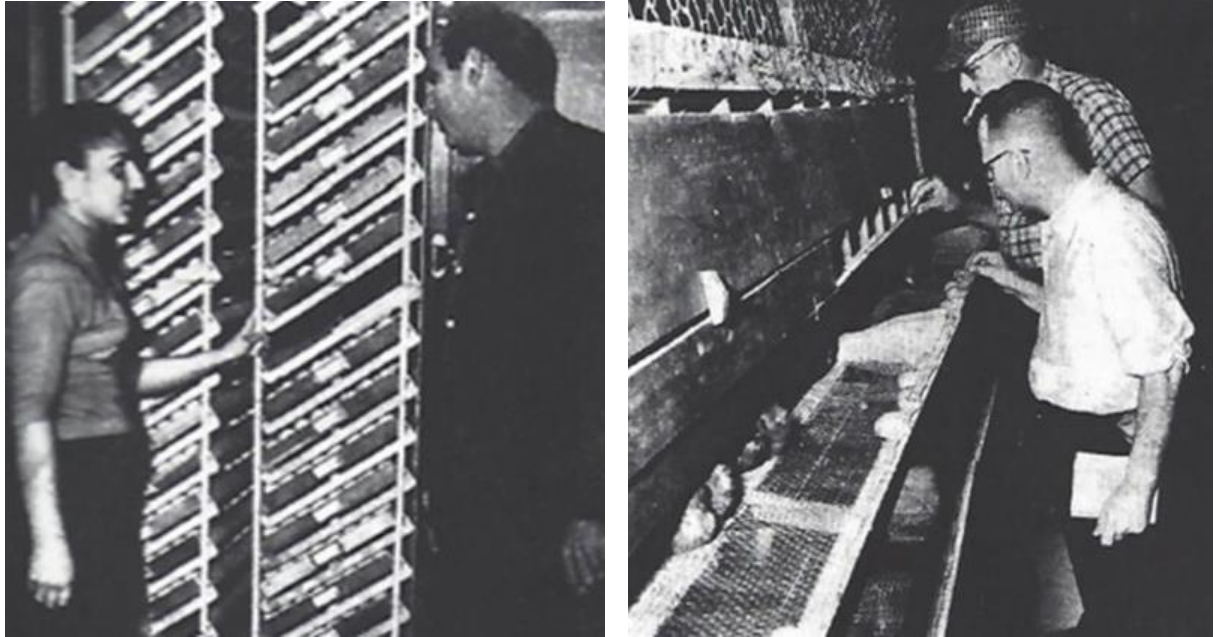
A região poderia parecer, à primeira vista, desaconselhável para o desenvolvimento da avicultura, em virtude da topografia; ou esta atividade se afiguraria possível apenas em seus vales principais. Contudo, até mesmo nas grimpas das montanhas criavam-se aves dentro de padrões industriais de rendimento econômico (Figuras 23, 24, 25, 26). A altitude era de 840 metros, sendo a temperatura média das máximas de 23°C e a média das mínimas de 12°C; sendo a temperatura compensada de 17°C (VAITSMAN, 1957, p. 2).

Figura 23 - Visita da Comissão Nacional de Avicultura



Fonte: VAITSMAN (1957).

Figura 24 - Visita da Comissão Nacional de Avicultura



Fonte: VAITSMAN (1957).

Figura 25 - Visita da Comissão Nacional de Avicultura



Fonte: VAITSMAN (1957).

Figura 26 - Visita da Comissão Nacional de Avicultura



Fonte: VAITSMAN (1957).

O melhoramento do sistema rodoviário também contribuiu para expansão avícola regional. O asfaltamento facilitou o escoamento dos produtos regionais, das remessas de milho, rações e outros materiais necessários ao trabalho das granjas, completando as ligações com a Rio-Petrópolis, Rio-Bahia e União Indústria (VAITSMAN, 1957).

Dada a expansão da atividade, na década de 1960, foi-se instalado no antigo distrito o Posto Avançado do Ministério da Agricultura e o Escritório Local da Emater a fim de oferecer assistência técnica e crédito rural aos produtores (EMATER-RIO, 2022).

Ao longo das estradas, galinheiros de todos os tipos sucediam, via-se algum gado ou lavoura de hortaliças nas pequenas várzeas. Nas estradas marginais, rarearam-se as lavouras de grandes culturas, como café e milho. Há que se destacar que naquele ano de 1950, a produção de café beneficiado no município alcançou apenas pouco mais de 6 milhões de cruzeiros. Dessa maneira, o que predominava era sempre as granjas, rústicas ou de alvenaria, de pequeno, médio ou grande porte, que estavam instaladas, sem nenhuma exceção, em todas as localidades (VAITSMAN, 1957).

Com o desenvolvimento da avicultura em São José do Rio Preto, as atividades avícolas determinaram a melhoria do padrão de vida local. A avicultura, depois de instalada em São José do Rio Preto, fez com que toda a vida econômica desta área se desenvolvesse, apressou a abertura de estradas e pavimentação, levou a eletricidade para toda aquela região rural, o que a tornava um exemplo animador para outras regiões do Brasil (VAITSMAN, 1957).

De acordo com os dados oficiais da Revista O Mundo Agrário (1957), o grande mercado consumidor na época era o Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), que no ano de 1954 viu passar nos seus matadouros apenas 460 mil frangos; número que foi quase duplicado em 1956, onde abateram-se nos mesmos matadouros 800 mil aves. Ao aumento da produção, não correspondeu à queda de preços, que na verdade, elevaram-se, mostrando que o mercado consumidor estava muito longe da saturação, tanto de ovos, quanto de carnes de aves. Muito embora o consumo, à época, apresentasse índices ainda muito baixos, grandes massas humanas já possuíam condições econômicas para incluir em suas refeições normais qualquer daqueles alimentos de alto valor nutritivo.

A produção riopretana, além da capital, tinha por mercado consumidor toda a periferia, abrangendo todo estado do Rio, a saber: Niterói, Região dos Lagos, Costa Verde, Sul Fluminense, Norte e Noroeste do estado. Uma considerável parte da produção era comercializada em parte dos estados de Minas Gerais e Bahia (Revista O Mundo Agrário, 1957, p. 3).

À observância de um amplo mercado interno, com potencial capaz de absorver várias vezes o volume produzido de ovos e carnes, era fundamental a organização de uma avicultura racional no país. Para tanto, várias providências foram tomadas, como melhoramento da assistência técnica e sanitária, liberação de crédito e seguro avícolas, melhoramento dos plantéis, instalações de entrepostos frigoríficos e centrais de incubação, desenvolvimento de rações controladas e de maior valor nutritivo, formação de pessoal especializado nos vários ramos da exploração avícola, fixação de preços mínimos ao invés de tabelados, desenvolvimento do espírito associativo e expansão comercial das cooperativas (MACHADO, 2021).

Nesse processo de estruturação da cadeia avícola, houve melhoria do padrão de vida do homem rural, onde as casas de sapé (Figura 27) dos colonos desapareceram para dar lugar a construções novas e higiênicas. Em algumas fazendas, os proprietários financiavam as escolas para os filhos de seus colonos e vizinhos. O rádio se tornou objeto indispensável em todas as residências, como canal de informação. No ano de 1957, 70% da população de São José do Rio Preto vivia em função da avicultura e os outros 30% também tinham seus interesses ligados aos

fatos avícolas. A avicultura criou um *modus operandi* e uma mentalidade na região, atraindo novos capitais e elementos valiosos (VAITSMAN, 1957).

São José do Rio Preto - o maior centro Avícola da América do Sul - mais que os números das estatísticas oficiais, a observação direta do trabalho, mostra o relativo progresso que já atingimos neste setor da produção animal e suas imensas possibilidades na economia do país. Os dados estatísticos são de relativa expressão, embora significativo. De 1950 a 1955, por exemplo, o número de poedeiras subiu de 59 para 86 milhões de cabeças. A produção de ovos elevou-se de 273 para 418 milhões de dúzias no mesmo período (VAITSMAN, 1957, p. 3).

Figura 27 - Registro de casas de sapé em Águas Claras, 1943, bairro de São José do Rio Preto



Fonte: MACHADO (2018).

Outro aspecto importante a ser considerado nesse levantamento histórico é que o esterco de galinha propiciou o desenvolvimento da agricultura por toda região serrana. Nesses termos, tem-se a afirmação de Homero Corrêa, Engenheiro Agrônomo, onde o esterco de galinha substituía (com vantagem) as tortas oleaginosas. A aquisição de tortas oleaginosas, para o preparo de formas de adubação, tornava-se cada dia mais difícil e, além disso, excessivamente cara, razão pela qual pesquisava-se o esterco de galinha, como sucedâneo que pudesse substituí-las em igualdade de condições (VAITSMAN, 1957, p. 6).

Diante desses resultados experimentais, além do seu valor como fertilizante, o esterco de galinha mostrou possuir uma outra grande vantagem: despertar o interesse dos agricultores para criação de aves. Serviu, assim o esterco como um estímulo, fazendo aparecer novos avicultores que de outra maneira dificilmente poderiam se entusiasmar pela criação de galinhas. Foi o caso de algumas fazendas de café do estado de São Paulo que desenvolveram uma nova dependência: o aviário. Já apontava a reportagem em 1957: “Os resultados são tão interessantes que a experiência poderá indicar um novo caminho aos proprietários, que terão não apenas o esterco, mas também aves e ovos” (VAITSMAN, 1957, p. 6).

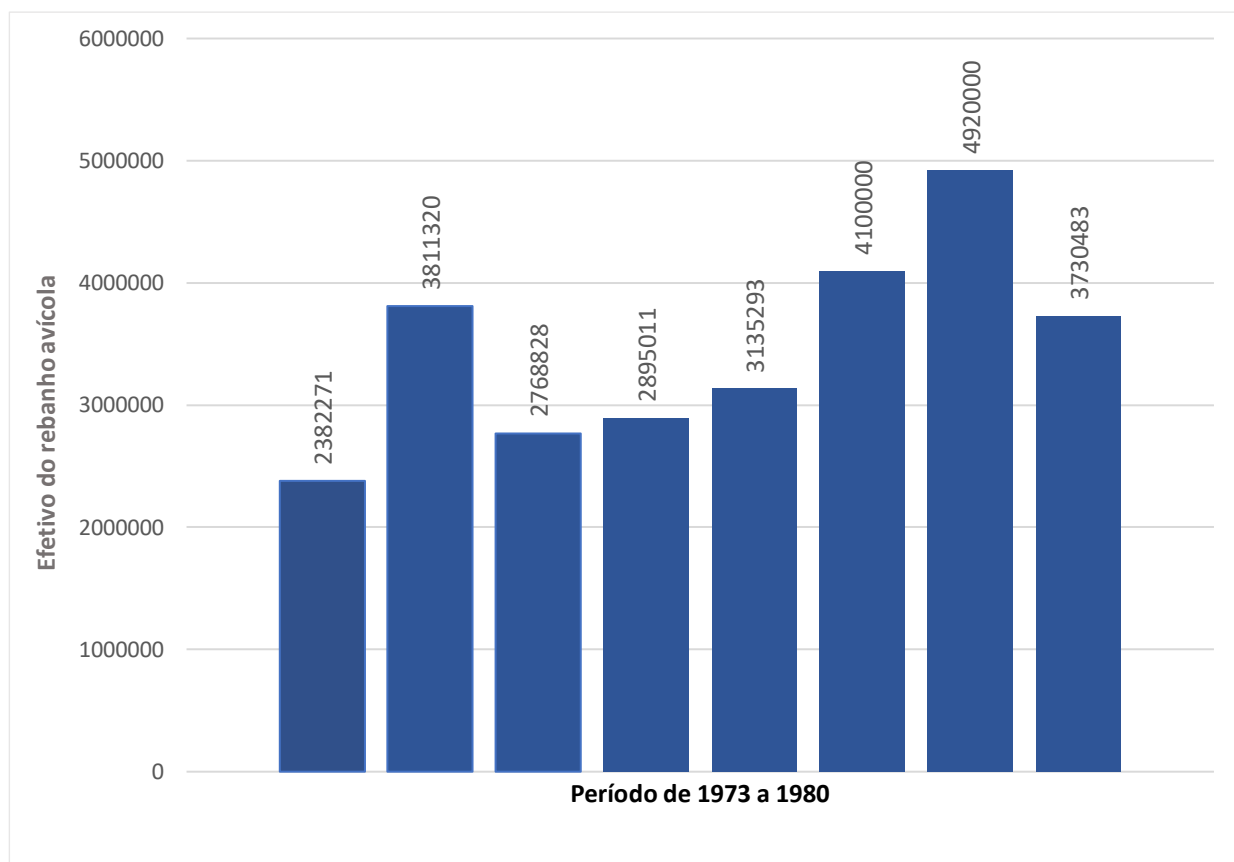
2.6 ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA: DESAFIOS ENCONTRADOS PELO NOVO MUNICÍPIO

A pecuária regional na metade do século XX já atravessava grave crise, mas avicultura passou a garantir a vida econômica dos criadores e fazendeiros. Àquela época, do ponto de vista político e administrativo, já estava em discussão na Assembleia Legislativa um projeto de formação de um novo município, englobando São José do Rio Preto, Areal e outras áreas, em busca da promoção do desenvolvimento econômico regional. Contudo, apenas em 15 de dezembro de 1987 foi reconhecida sua emancipação (MACHADO, 2021).

Até 1950, existia na região a Cooperativa Agropecuária de Rio Preto, que se dedicava quase exclusivamente à produção de laticínios. No entanto, com a expansão da avicultura, a cooperativa instalou uma fábrica de rações e passou a dedicar-se também aos negócios avícolas, embora não fosse sua exclusiva finalidade (MACHADO, 2021).

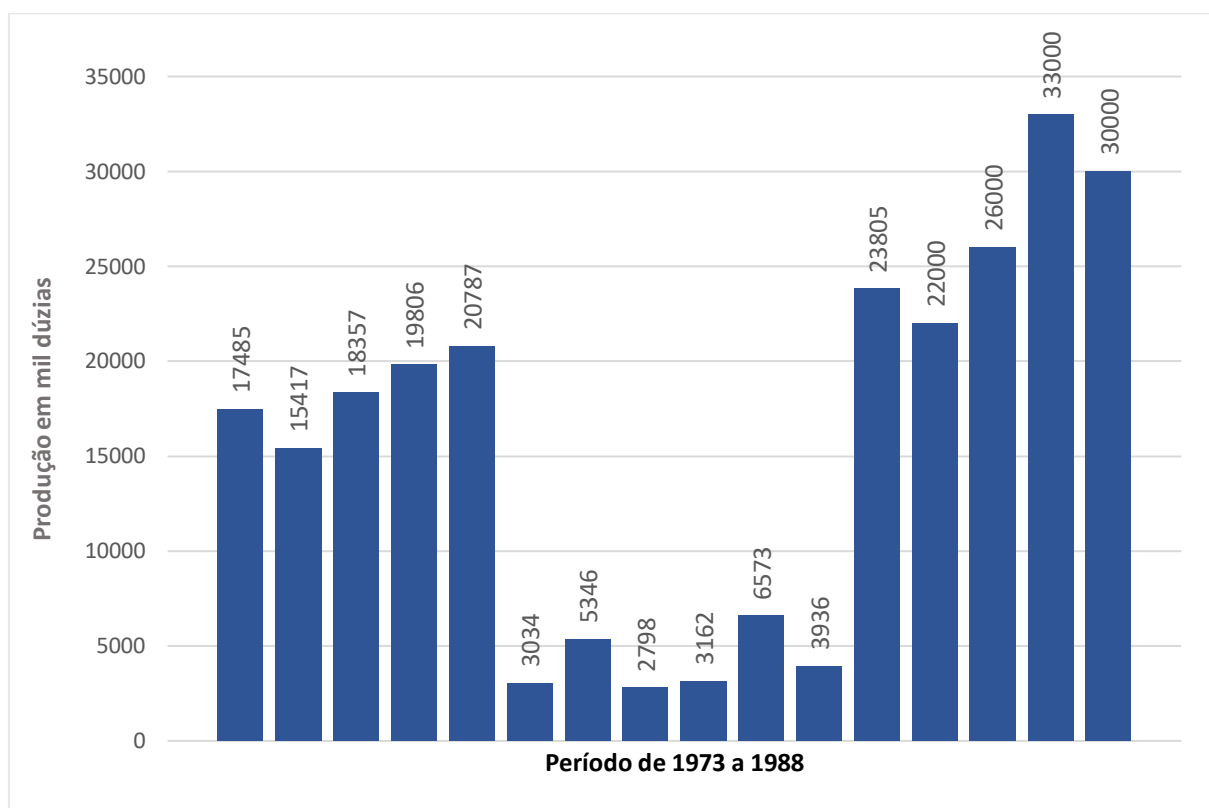
Na Figura 28 é possível analisar o quantitativo do plantel avícola (galinhas, galos, frangas, frangos, pintos e codornas) no município de Petrópolis ao longo da década de 70. Enquanto isso, a Figura 29 revela a produção de ovos de galinha (MACHADO, 2021).

Figura 28 - Efetivo do rebanho avícola no período de 1973 a 1980 (galinhas, galos, frangas, frangos, pintos e codornas) no município de Petrópolis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Indicadores IBGE: estatística da produção pecuária (1973-1980).

Figura 29 - Produção de ovos de galinha (mil dúzias) no período de 1973 a 1988, no município de Petrópolis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Indicadores IBGE: estatística da produção pecuária (1973-1988).

Algumas das discussões da atualidade já eram temas de debate na década de 60, como a necessidade da construção de frigorífico de aves e ovos, para atender ao crescente progresso avícola na região, bem como, tornava-se necessário também que as atividades avícolas se processassem através da cooperativa. Outro grave problema avícola era o da interferência, às vezes desastrosa, de órgãos de controle de preços. A cada notícia de tabelamento avícola, os avicultores descartavam grande número de aves, mantendo, apenas reduzidos planteis (MACHADO, 2021).

Os avicultores sugeriram ao Governo, em lugar de tabelamentos, o estudo da fixação de preços mínimos para os produtos avícolas, com o que poderiam criar sem maiores restrições. Um detalhe interessante era o apelo para que as estações oficiais do Governo (programas de rádio fornecidos diretamente, por exemplo, pelo Serviço de Informação Agrícola) passassem a inserir as cotações diárias de ovos e de carnes de aves no mercado do Rio de Janeiro. Tal medida visava orientar o criador no momento de negociação com os intermediários, que ocultavam o

real valor das cotações. Nem mesmo jornais diários, ao contrário do que era feito com outros produtos agrícolas, publicavam cotações de ovos e carnes de aves (MACHADO, 2021).

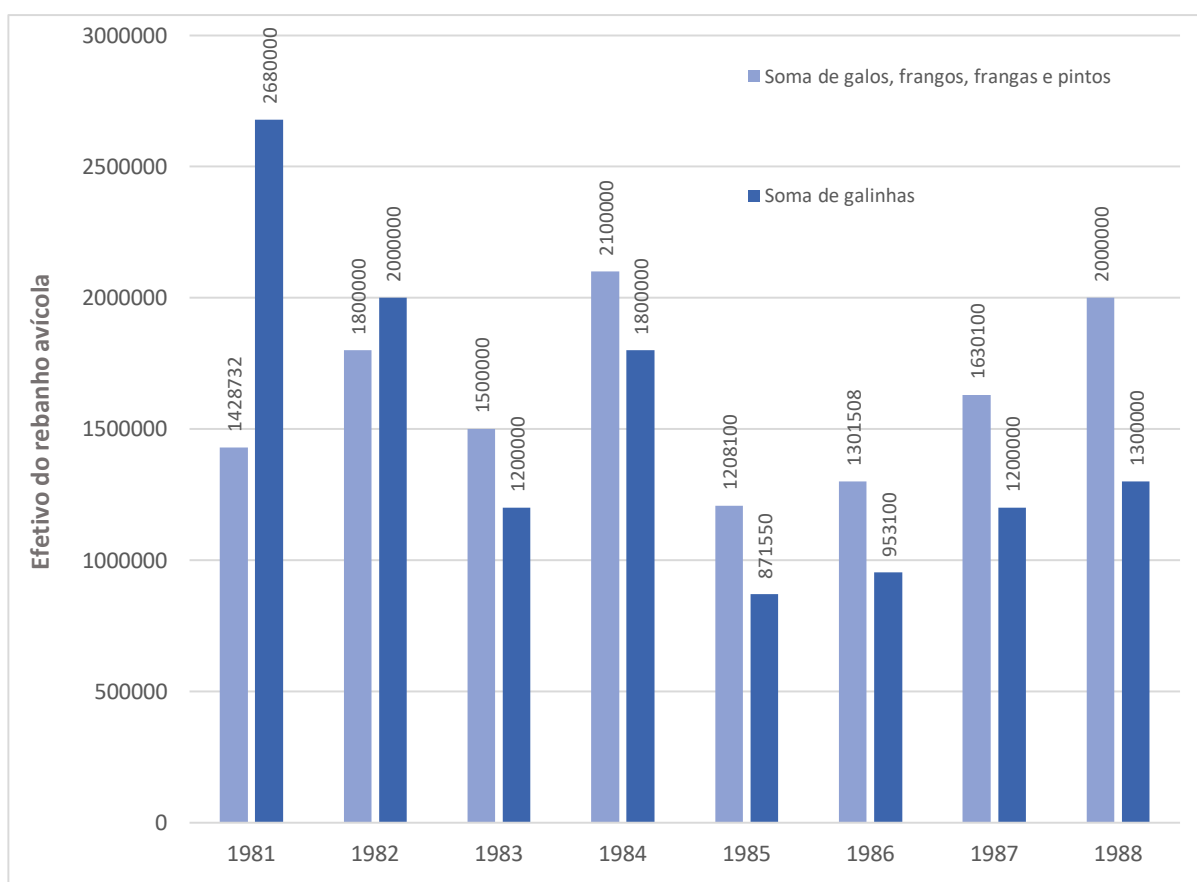
O elevado custo de produção da ração, o advento da produção de ovos por parte de outros estados que detinham a produção de insumos em larga escala e com preços competitivos, e a queda do preço de venda dos ovos justificada pela entrada do produto vindo de outras regiões, dificultou a permanência do Município no mercado (MACHADO, 2021).

Somado ao cenário microeconômico, vale destacar que o cenário macroeconômico vivido na década de 70/80, período no qual ocorreu o primeiro choque do petróleo, implicou ao Brasil diferentes dificuldades financeiras e também ao setor agropecuário, ainda que existissem esforços de subsídio (BACHA; DANELON; FILHO, 2005).

Sobre a ótica de financiamento rural, a elevação da taxa de juros em um cenário de perda de competitividade, colaborou para o comprometimento da saúde financeira do produtor, e por contrapartida, da região como todo, tal qual um efeito “dominó” (BACHA; DANELON; FILHO, 2005).

Com isso, a partir dos anos 80 iniciou-se o processo de queda da avicultura de postura, onde o plantel antes composto por aproximadamente 5 milhões de aves em 1979, chegou a menos de 1 milhão de aves em 1985, conforme pode ser observado na Figura 30. Tamanha crise abalou todas as estruturas econômicas e sociais, levando diversos produtores ao endividamento, comprometendo imóveis que foram penhorados e desarticulando todo arranjo produtivo estabelecido (MACHADO, 2021).

Figura 30 - Efetivo do rebanho avícola com distinção entre galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, no período de 1981 a 1988, no município de Petrópolis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Indicadores IBGE: estatística da produção pecuária (1981-1988).

Nesse sentido, à observância dos desafios e dificuldades vivenciadas pelos avicultores, como projeto de recuperação do setor avícola, a Secretaria da Fazenda Estadual conseguiu obter a isenção do ICM para o milho destinado à ração. O Secretário de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro à época, José Resende Peres, se manifestou de modo a reconhecer que a estrutura da atividade avícola deveria ser modernizada, mas que esta tarefa não conseguiria ser feita apenas por particulares, sendo necessária intervenção do Estado. Este citou o seguinte discurso que vem ao encontro da discussão feita anteriormente em relação ao desenvolvimento rural, onde diz “este deve ser um trabalho em conjunto do governo e da atividade privada, para que as duas partes sintam a importância e a dimensão exata da tarefa e admitam que o aprimoramento e a modernização é o primeiro passo para o desenvolvimento da avicultura” (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976, p.24).

Outras iniciativas se deram por meio de técnicos do departamento de cooperativismo que atuavam no distrito, procurando conscientizar os produtores rurais da região no sentido de

ser fundado um Sindicato Rural em São José do Rio Preto, que também atuaria como um órgão coordenador das atividades produtivas (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

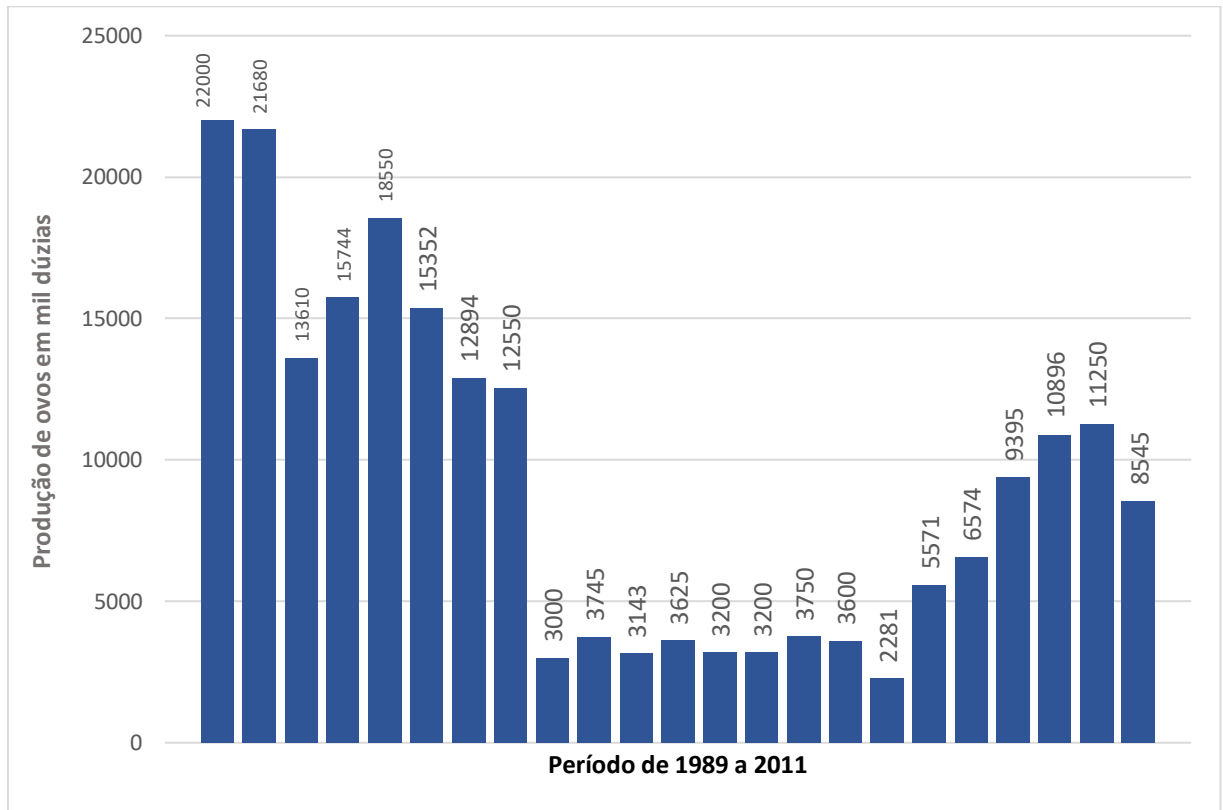
Enquanto isso, a partir da década de 70, foi possível observar a produção mundial de frangos de corte passar de 10,6 milhões de toneladas em 1975 para 71 milhões de toneladas ao fim de 2010 (SANTOS *et al.*, 2011).

Frente ao novo cenário que se construía, a partir da década de 90 houve entendimento dos produtores valeriopretanos que tratava-se de uma oportunidade a adoção da avicultura de corte. Essa nova atividade possuía por característica o baixo custo da produção, quando comparado a outras criações animais, e aves melhoradas geneticamente, o qual fez diminuir o tempo de crescimento e da engorda. Outros fatores importantes, como o aumento da demanda em escala global (graças a interligação dos mercados), a facilidade de transporte e a proximidade do mercado consumidor do Rio de Janeiro, estimularam os produtores a iniciarem uma nova atividade com as estruturas e o conhecimento que já haviam adquirido no passado (EMATER-RIO, 2022).

A Figura 31 representa a transição deste período com diminuição da produção de ovos. Já a Figura 32¹⁴ e Figura 33 descrevem a redução do rebanho de aves de postura em comparação com o crescimento do rebanho de aves de corte, de forma a diferenciar os perfis de animais dentro das etapas de produção.

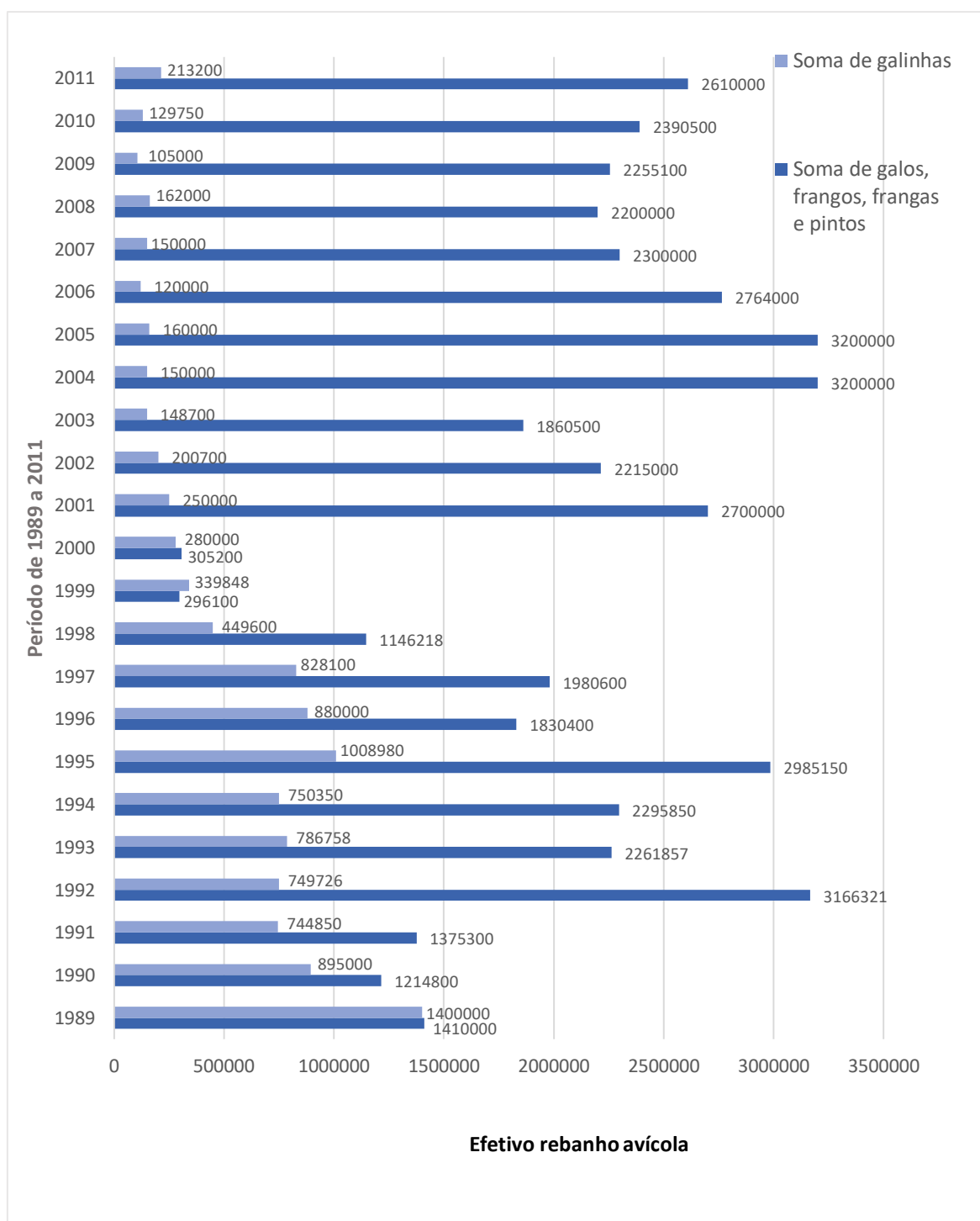
¹⁴ A Figura 32 busca descrever de forma individual os valores coletados pela pesquisadora, de forma a colaborar com pesquisas futuras.

Figura 31 - Produção de ovos de galinha (mil dúzias) no período de 1989 a 2011 no Município de São José do Vale do Rio Preto



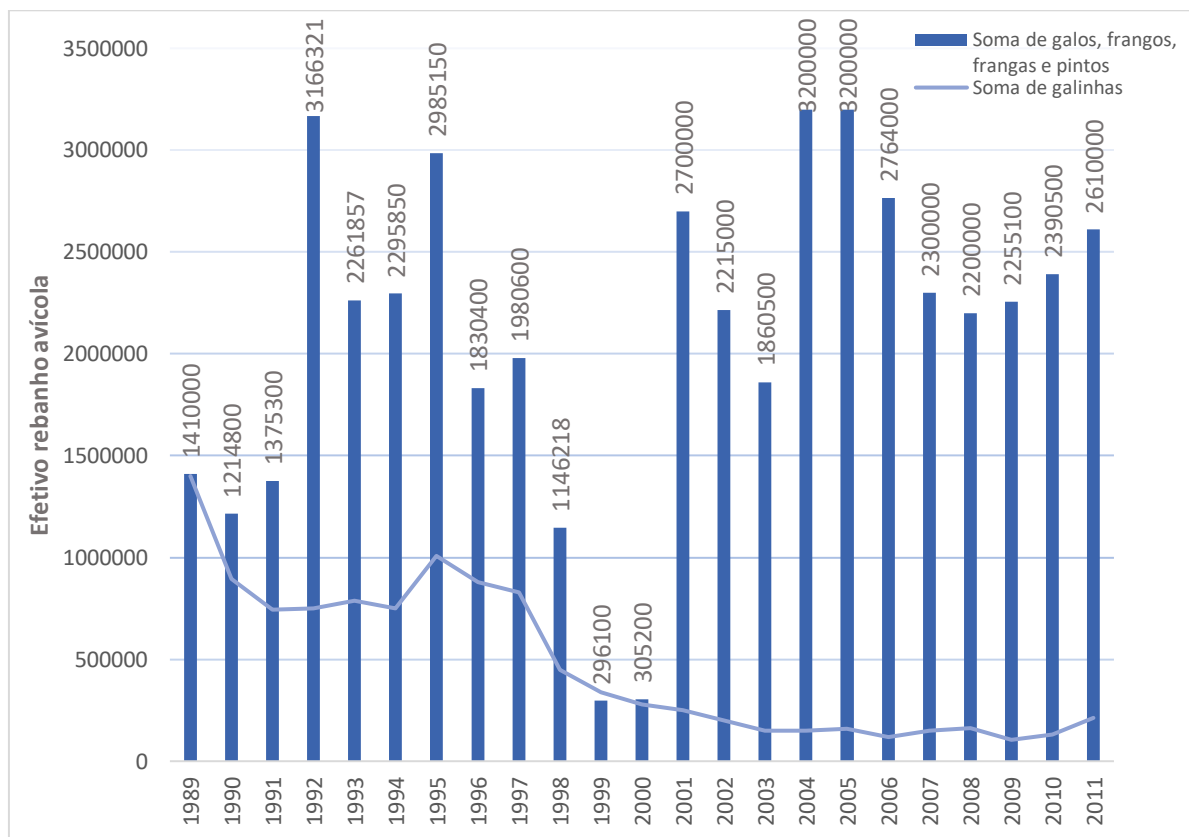
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Indicadores IBGE: estatística da produção pecuária (1989-2011).

Figura 32 - Efetivo do rebanho avícola diferenciando a concentração de galinhas de postura e galos, frangos, frangas e pintos, no período de 1989 a 2011, no Município de São José do Vale do Rio Preto



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Indicadores IBGE: estatística da produção pecuária (1989-2011).

Figura 33 - Declive da produção de galinhas de postura em relação a galos, frangos, frangas e pintos, no período de 1989 a 2011, no Município de São José do Vale do Rio Preto



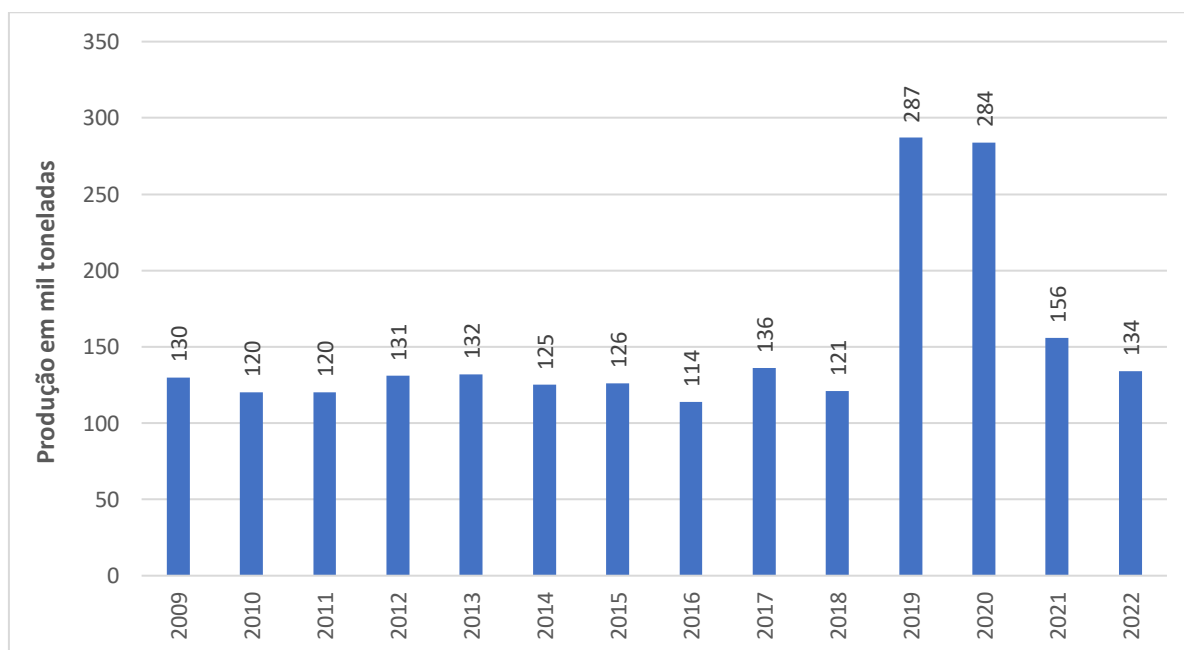
Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Indicadores IBGE: estatística da produção pecuária (1989-2011).

Em 1975, de acordo com o IBGE e com o Ministério da Agricultura, o estado do Rio de Janeiro era o sexto maior produtor nacional de frangos de corte, dominando 4,6% do total produzido no Brasil, aproximadamente 446 milhões de aves, equivalente a 402 mil toneladas. As autoridades daquele momento tinham previsto que em 1980 a produção brasileira chegaria a 600 milhões de frangos, com 720 mil toneladas de carne, contudo, o realizado superou as expectativas, atingindo 1.250 milhão de toneladas. Em relação ao consumo brasileiro de carne de frango, na década de 70, este era de apenas dois quilos por habitante/ano, enquanto nos Estados Unidos e Canadá este número chegava a 20 quilos por habitante/ano, e 33 quilos/habitante/ano em Israel (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976, p. 13; SANTOS *et al.*, 2011).

“A avicultura é uma atividade tão antiga quanto a história da humanidade. Há registros da domesticação da espécie *Gallus gallus* na Índia, China e outras regiões da Ásia há cerca de 8 mil anos. A partir daí, as galinhas cruzaram, juntamente com as tribos nômades, a Mesopotâmia, a Grécia e se propagaram por toda a Europa. No Brasil, chegaram com as naus portuguesas, na época do Descobrimento. Desde 1975, a avicultura de corte se consolida no mundo como uma das mais importantes fontes de proteína animal” (SANTOS *et al.*, 2011, p.64).

Engendrando pelo caminho da avicultura de corte, a produção valeriopretana se perpetua até os dias atuais, dominando um nicho de mercado peculiar, sendo caracterizada por frangos especiais, resfriados, com tamanho específico para assadeiras e cortes para supermercados. Esta é a atividade econômica mais importante do Município, juntamente com a agricultura, gerando centenas de empregos e renda, direta ou indiretamente, para os 22 mil habitantes municipais (IBGE, 2010). Ante o exposto, São José do Vale do Rio Preto é reconhecido como maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro pela Lei Nº 8096 de 17 de setembro de 2018 (ALERJ, 2018). Na Figura 34, os dados oficiais da Emater-Rio (2020), demonstram a oscilação da produção de frangos de corte no estado, sendo São José do Vale do Rio Preto o maior produtor, responsável em 2022 pela produção de 134.047 toneladas desta carne (59% da produção estadual).

Figura 34 - Produção de carne de frango no estado do Rio de Janeiro (mil/ton) no período de 2009 a 2022



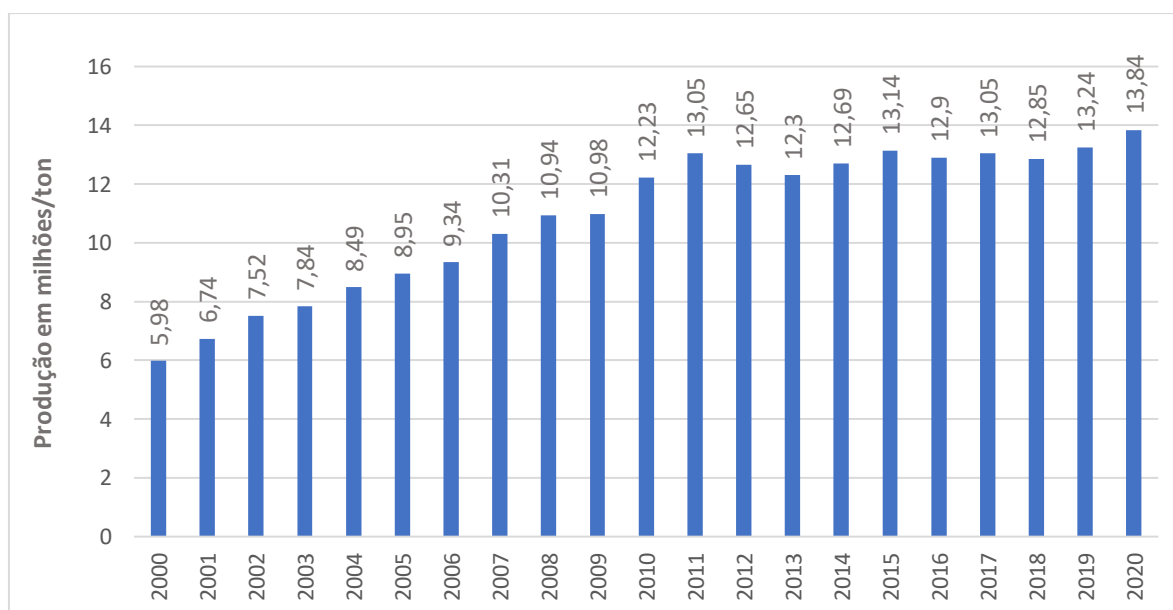
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Emater-Rio (2022).

Para Belik (2001), o segmento de carnes é o quinto maior segmento da indústria de alimentos em termos de faturamento, e foi considerado uma das estrelas da estabilização econômica a partir de 1994. Entre 1990 e 1996 a produção de carne de frango praticamente dobrou sendo que o mercado interno corresponde às três quartas partes da demanda.

Para o autor, a produção de aves vem crescendo em função não apenas do aumento da demanda, mas também de uma bem-sucedida política de redução de custos e, por consequência, nos preços. A redução nos custos, Belik (2001) justifica estar diretamente relacionada a uma melhor solução na logística de produção aproximando os produtores integrados das fontes de matérias-primas, acrescentado das melhorias de manejo e melhoramento genético. No entanto, para que este ponto fosse atingido, as principais empresas do setor promoveram um amplo processo de reestruturação tanto do ponto de vista industrial como na relação junto aos seus integrados e seus canais de distribuição.

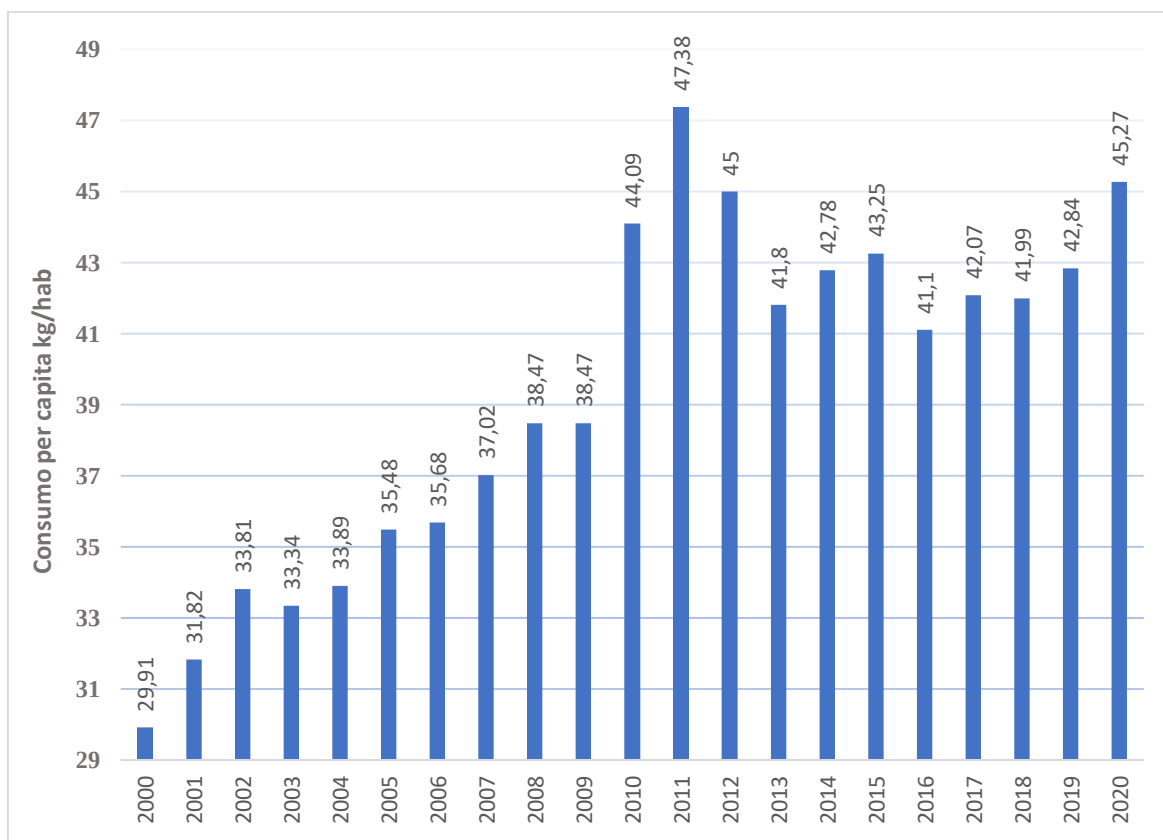
A evolução da produção e o consumo da carne de frango pelo brasileiro podem ser vistos nas Figuras 35 e 36, onde o consumo *per capita* saltou de 29,91 kg por habitante em 2000, para 45,27 kg em 2020. De acordo com a ABPA (2021), alguns motivos que justificam esse crescimento são: a preocupação com a saúde e substituição das carnes vermelhas; desenvolvimento de novos produtos e competitividade com aparecimento de novas empresas pelo país, tornando os preços acessíveis; aceitação da proteína frente à carne bovina e suína; e ganhos de produtividade em decorrência do investimento em biossegurança e tecnologias.

Figura 35 - Produção brasileira de carne de frango (milhões/ton) no período de 2000 a 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ABPA (2020).

Figura 36 - Consumo per capita (kg/hab.) de carne de frango, no Brasil, de 2000 a 2020

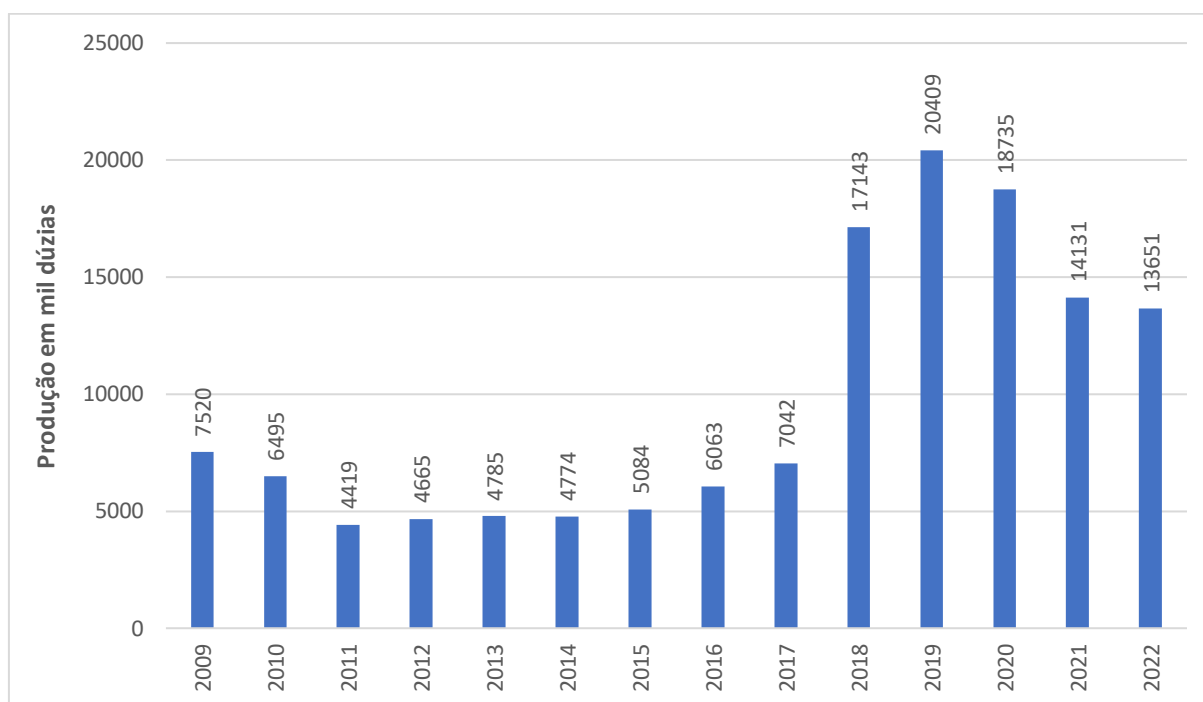


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ABPA (2020).

Diante do ocorrido nas décadas de 80 e 90, com queda expressiva da produção de ovos, é necessário ressaltar que de forma vagarosa, a avicultura de postura vem novamente adquirindo robustez, o que traduz a vocação avícola do Município (Figura 37) (EMATER-RIO, 2022).

A ascensão da avicultura de postura se dá por conta de alguns fatores decisivos, como a maior receptividade dos produtores às orientações técnicas, a aquisição de aves de maior potencial genético, o investimento em equipamentos com mais tecnologia e adequação das instalações, buscando garantir maior conforto e bem-estar para as aves. No que tange à biossegurança, a profilaxia contra as principais doenças avícolas, a preocupação com o controle de insetos e roedores, o controle da qualidade da água, o vazio sanitário, a desinfecção de instalações e equipamentos e as boas práticas de manejo, são determinantes para o sucesso da produção. No ano de 2022, o Município teve participação estadual com a produção de 4.381.000 dúzias de ovos (equivalente a 32% da produção estadual), sendo reconhecido pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento como Município Maior Produtor De Ovos (EMATER-RIO, 2023; MACHADO, 2021).

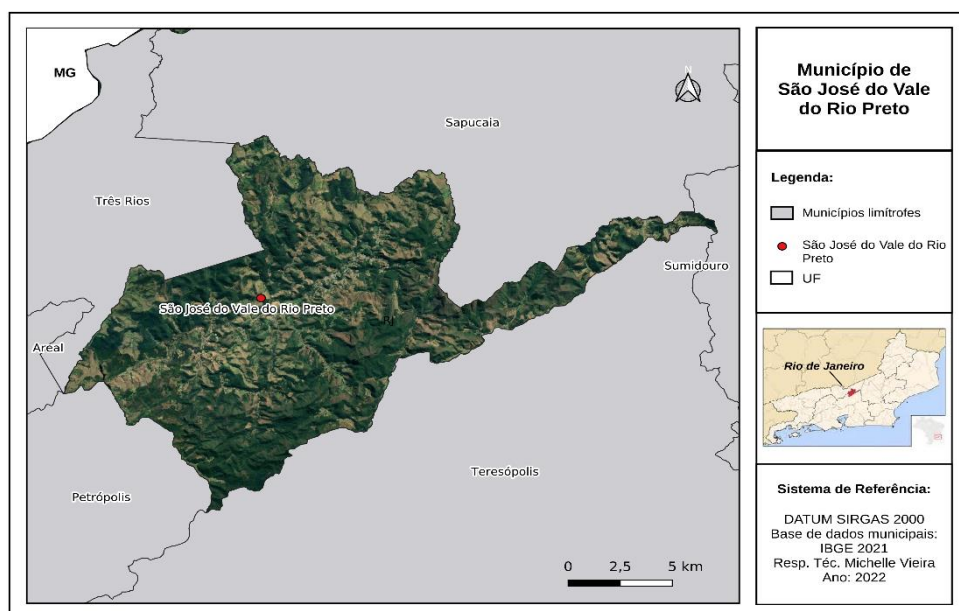
Figura 37 - Produção de ovos no estado do Rio de Janeiro (mil dúzias) no período de 2009 a 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Emater-Rio (2020).

Em relação à comercialização, a proximidade com grandes centros consumidores (Figura 38), como a cidade do Rio de Janeiro e a região metropolitana, permitem que o produtor venda sua produção de forma direta ao consumidor, agregando valor à atividade (EMATER-RIO, 2022).

Figura 38 - Localização do município de São José do Vale do Rio Preto, na Região Serrana do RJ



Fonte: Elaboração própria (2022).

Dessa forma, o sucesso da avicultura se dá devido ao esforço e empenho de todos que fazem parte desta cadeia, onde devem atentar, ao longo de toda produção, para os fatores zootécnicos e competitivos de mercado, enquanto o poder público deve se ocupar a apoiar e construir estratégias e políticas públicas que incentivem esta atividade de fundamental importância histórica e socioeconômica para a região. Dito isso, buscando compreender o impacto da cadeia avícola para o desenvolvimento territorial, a Figura 36 apresenta as faixas de desenvolvimento humano para São José do Vale do Rio Preto, nos anos de 1991, 2000 e 2010 (últimos dados disponibilizados nos sites oficiais). Quando comparado a outros municípios, este ocupava, em 2010, a 2.898ª posição em relação a 5.565 municípios do Brasil, e em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, ocupava a 81ª posição (TCE, 2021).

2.7 DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO

Os dados divulgados pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto apontam que, no ano de 2010, a população somava 20.251 habitantes, correspondente a 2,5% do contingente da Região Serrana, com densidade demográfica de 91,8 habitantes por km², frente ao observado na região, com contingente de 116 habitantes por km². A taxa de urbanização naquele momento correspondia a 44% da população, enquanto a população rural representava 53,52% da população do Município (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2023).

De acordo com a mesma base de dados, é possível identificar que o Município é o maior produtor hortifrutigranjeiro do Estado do Rio de Janeiro, com larga produção de frangos, enquanto na fruticultura destaca-se a cultura do caqui, onde o Município se destaca como maior produtor do Estado, e nos últimos anos o município também vem se destacando na produção de tangerina Ponkan (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2023).

Nota-se como o poder público municipal enaltece as atividades agropecuárias a partir dos seguintes termos:

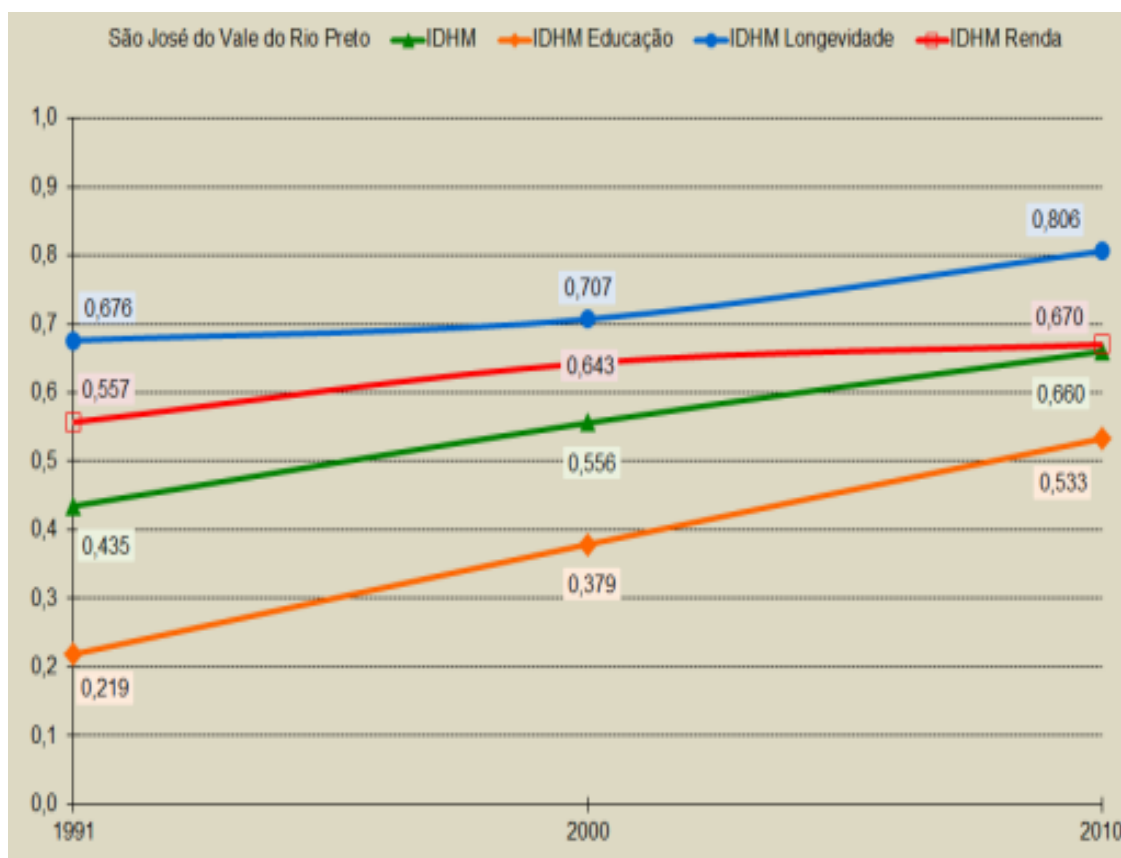
O Município tem sua economia totalmente voltada para a produção de hortifrutigranjeiros, com privilégio de localizar-se próximo aos grandes centros consumidores, como o Rio de Janeiro e cidades de médio porte da Região Serrana e do Vale do Paraíba (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2023).

A avicultura é um dos segmentos que mais movimentam a economia local desde a incubação das aves, a criação e engorda e abate (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2023).

Quanto aos dados socioeconômicos que serão apresentados a seguir, estes fornecem uma visão abrangente do desenvolvimento do Município, e permitem compreender a evolução da economia, dos indicadores sociais, tendências demográficas, níveis de emprego e renda, entre outros aspectos.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) tem por função principal ser o referencial de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, o qual, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (UFSC, 2020). Sob análise do Município de São José do Vale do Rio Preto, os dados apontam para um crescimento entre os anos de 1991 a 2010 (Figura 39), contudo, o mesmo encontrava-se em 2898^a posição no ranking dos Municípios do Brasil, em 2010. Já em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, está na 81^a posição, dentre os 92 municípios do estado.

Figura 39 - Faixas de Desenvolvimento Humano de São José do Vale do Rio Preto nos anos 1991, 2000 e 2010



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE, 2021).

Em função da ausência de dados mais recentes para uma análise mais precisa e atual deste indicador, a pesquisa utilizou os dados publicados pelo IBGE (2020) para analisar o histórico do PIB Municipal. Nos dados levantados é possível observar que o PIB *per capita* vem em uma linha de tendência crescente, onde a maior contribuição para este indicador é proveniente da área da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; seguida da área de serviços e, após este, as atividades agropecuárias. Logo, no Município, percebe-se o predomínio da contribuição da administração pública, do setor terciário e setor primário, sobre a economia (Tabela 3).

Define-se por setor da economia uma categoria ou divisão que agrupa atividades econômicas relacionadas em termos de características, processos de produção e finalidade dos produtos ou serviços oferecidos. A divisão em setores permite uma análise e compreensão mais organizada da economia, facilitando a identificação das principais áreas de atividade e sua

contribuição para o PIB de um país ou região. No capitalismo, os setores primário, secundário e terciário se interligam e impulsionam a economia (SILVA; MARTINELLI, 2011).

Entende-se por setor primário, ou setor agropecuário ou extrativo, aquele relacionado à extração de recursos naturais, como agricultura, pecuária, pesca, mineração, silvicultura e exploração de recursos naturais em geral. O setor secundário, ou setor industrial, é aquele que envolve as atividades relacionadas ao processamento e transformação de matérias-primas em produtos manufaturados. Inclui a indústria de manufatura, construção civil, produção de energia, indústria de transformação e outras atividades de transformação de matérias-primas. Já o setor terciário, ou setor de serviços, abrange as atividades que fornecem serviços diversos à sociedade. Inclui serviços financeiros, comércio, transporte, turismo, educação, saúde, tecnologia da informação, comunicação, entretenimento, consultoria e uma ampla gama de serviços profissionais e especializados (SILVA; MARTINELLI, 2011).

Além desses três setores tradicionais, algumas análises econômicas também incluem o setor quaternário, que se refere às atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, tecnologia avançada, inovação e informações especializadas (MAGALHÃES, 2019).

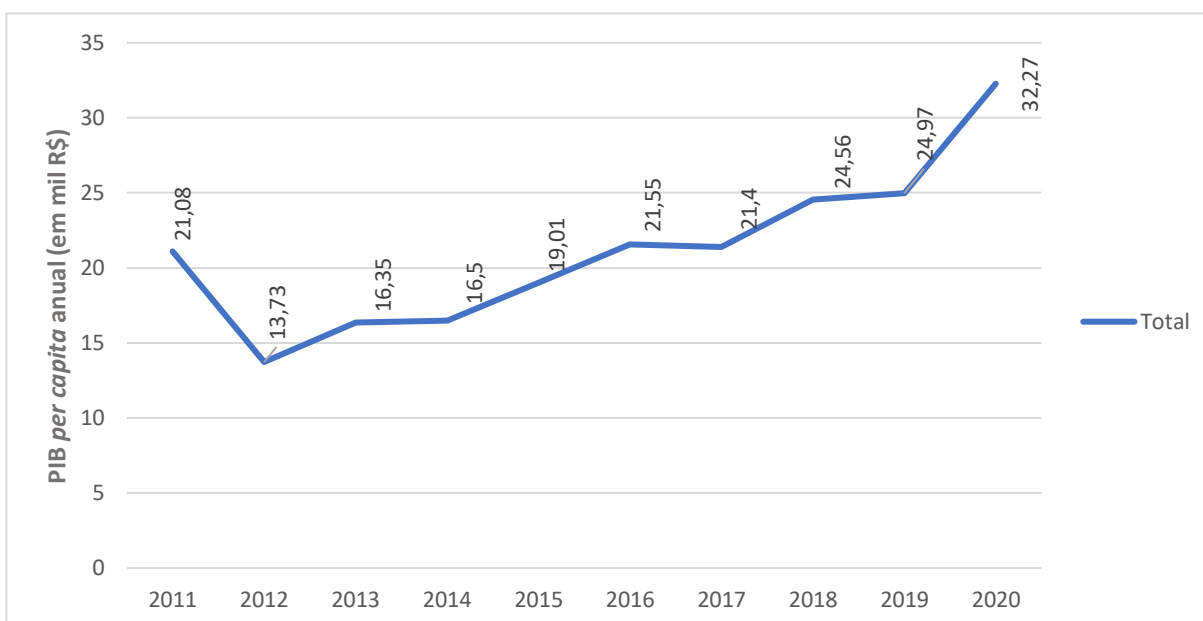
Tabela 3 - Produto Interno Bruto de São José do Vale do Rio Preto, no ano de 2020

PIB a preços correntes	707.232,81 (x1000)
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	185.460,72 (x1000)
PIB per capita	32.270,16
Valor adicionado bruto a preços correntes	521.772,09 (x1000)
Agropecuária	139.377,75 (x1000)
Indústria	42.547,93 (x1000)
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	151.410,51 (x1000)
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	188.435,89 (x1000)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

A Figura 40 expressa o PIB *per capita* do Município no período entre 2011 a 2020. Como referência, a pesquisa utiliza-se do PIB *per capita* estadual de R\$ 43.407,55 (2020). Nesse sentido, o PIB municipal encontra-se relativamente alto, atingindo 74% do praticado na média estadual, para aquele ano. Porém, tal fato não quer dizer que houve distribuição do capital, o que pode ser avaliado observando-se o índice de Gini (ATLAS BRASIL, 2013).

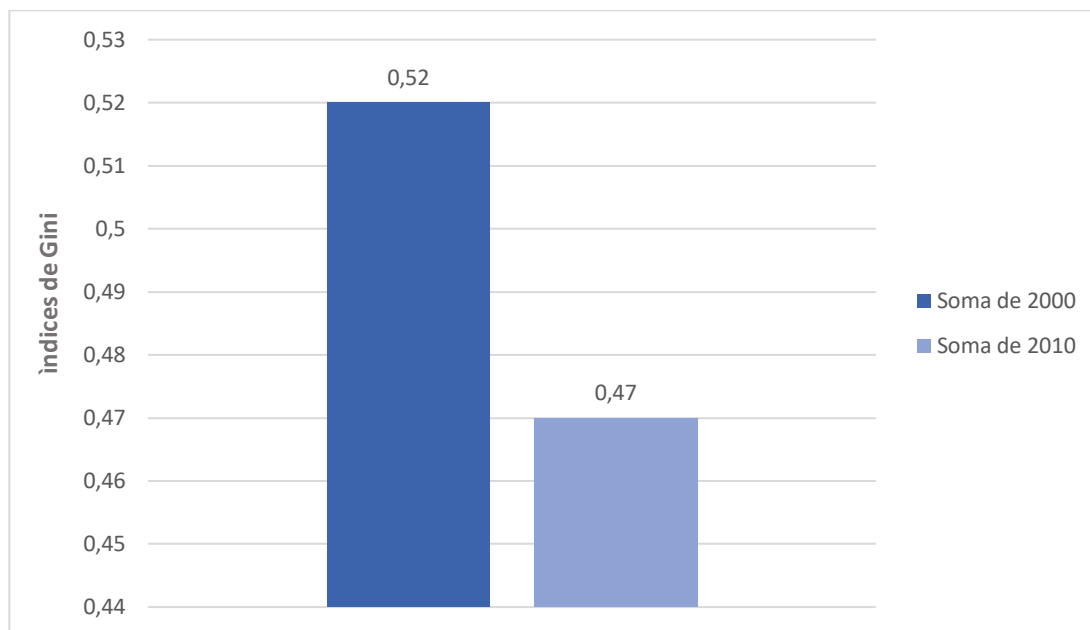
Figura 40 - PIB *per capita* do Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2011 a 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Atlas Brasil (2022).

O Índice de Gini é uma medida comumente utilizado para avaliar a distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. O referencial de cálculo consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. Os últimos dados deste índice demonstram que o Município passou de 0,52, em 2000, para 0,47, em 2010, que indica a redução da desigualdade de renda neste período (Figura 41). Simultaneamente, caso houvesse maior disponibilidade de dados referentes aos anos seguintes (após 2011), a pesquisa seria capaz de avaliar se houve ou não a concentração de renda, uma vez que em cenários de concentração da renda, há maior desigualdade (ATLAS BRASIL, 2013).

Figura 41 - Índices de Gini do Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Atlas Brasil (2022).

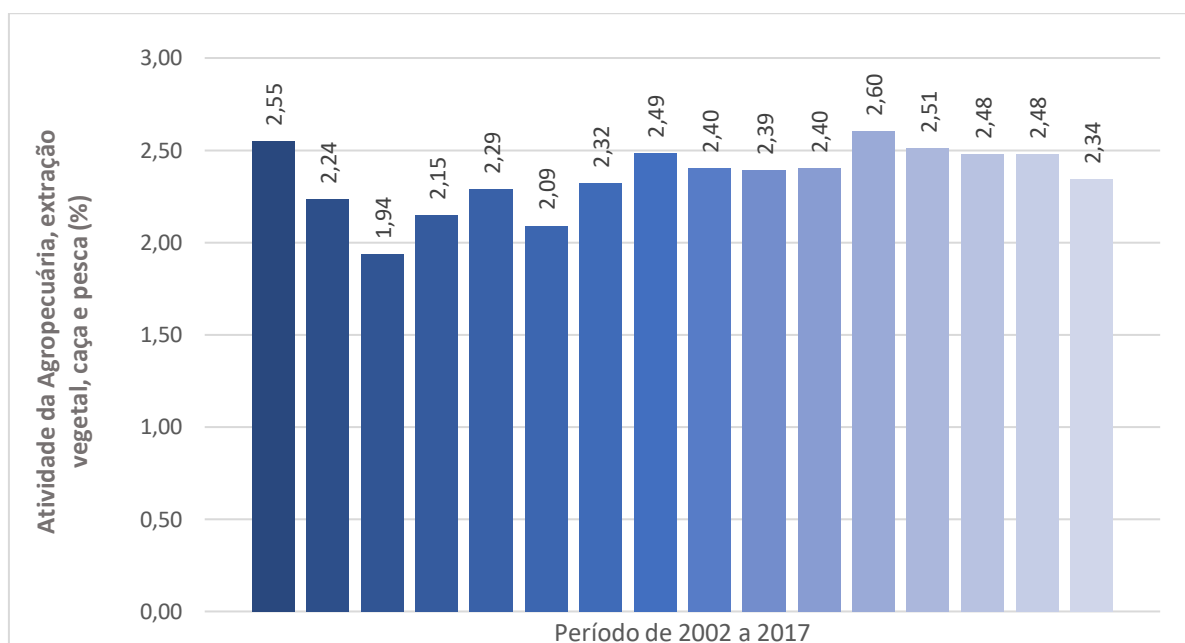
Nos últimos anos a produção agropecuária brasileira vem numa crescente apresentando números robustos, que representam aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto, correspondendo em 2021 a R\$ 1,12 trilhão. Esses valores representam renda e movimentam a economia dos municípios. Com isso, o papel promotor econômico da agricultura nos municípios brasileiros, em especial nos de pequeno porte, deve ser acompanhado e apoiado pela gestão municipal, objetivando a geração de empregos e o incremento na arrecadação (ABPA, 2021).

É imprescindível atentar-se, dado o cenário nacional agropecuário, para existência de regiões onde o crescimento faz-se em nível muito superior ao desenvolvimento. Nessas regiões o PIB médio, isto é, o PIB total distribuído para o número de habitantes, corresponde a valores exorbitantes, quando, no entanto, o volume de renda *per capita* é bastante reduzido. Para melhor compreensão, é preciso avaliar o valor agregado de cada etapa de produção a partir de uma matriz insumo-produto¹⁵, e assim, determinar qual é o real impacto no desenvolvimento (IPARDES, 2015).

¹⁵ A matriz de insumo-produto apresenta as relações entre os setores da economia ao registrar os fluxos de bens e serviços e demonstrar as relações intersetoriais dentro do sistema econômico de um país ou estado. Pode ser utilizada para estimar o impacto sobre a produção, emprego e renda das atividades econômicas, de projetos governamentais, do setor privado sobre a economia local e nacional (IPARDES, 2015).

Na busca por caracterizar as atividades principais desenvolvidas no Município, tem-se na figura abaixo o percentual de contribuição das atividades agropecuárias, extração vegetal, caça e pesca (%), no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro (Figuras 39):

Figura 42 - Participação da atividade da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro



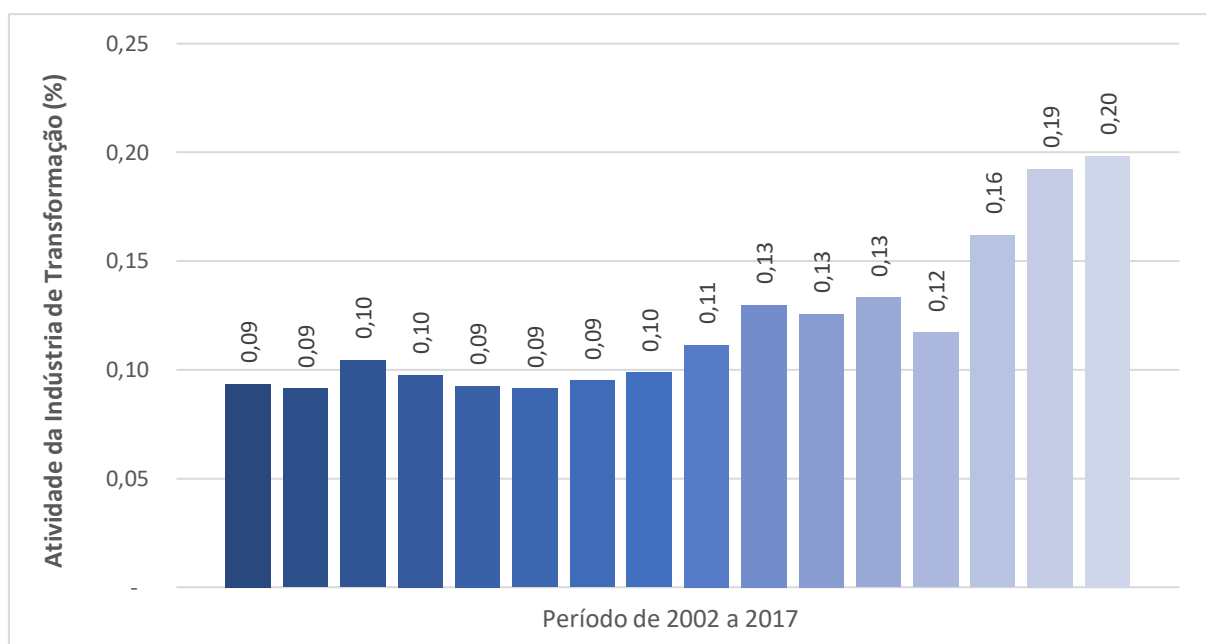
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ (2019).

A média de participação percentual do Município nas atividades agropecuárias no período apresentado foi de 2,35, este é um indicador notório quando comparado a outros municípios da Região Serrana do estado com expressiva produção agropecuária, como Petrópolis e Teresópolis, que têm participação percentual com valores médio de 2,81 e 4,01, respectivamente.

Enquanto isso, outras atividades desenvolvidas a nível municipal, como a indústria de transformação, tem incidência de 0,12% em nível estadual; já as atividades de comércio em 0,09%; atividades de serviços em 0,02%; e as atividades da administração pública em 0,11%.

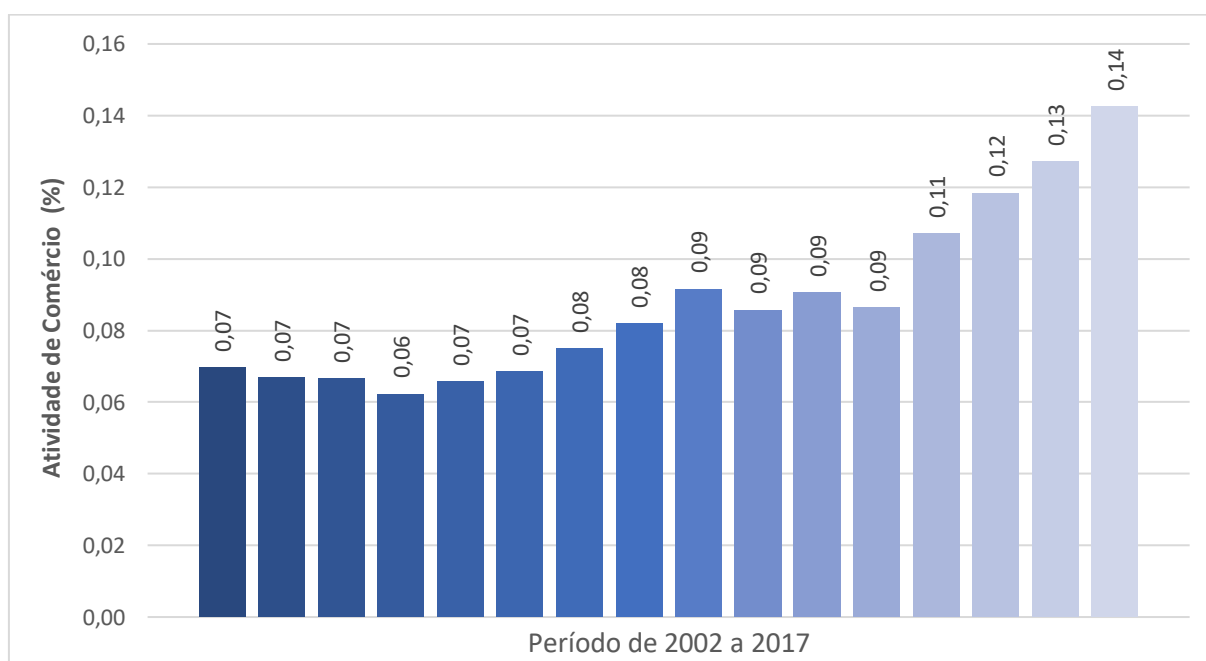
Assim, tais dados apresentados nas Figuras 43, 44, 45 e 46, admitem reconhecer, principalmente, a relevância da participação da agropecuária sobre a economia do estado do Rio de Janeiro.

Figura 43 - Participação da atividade da indústria de transformação (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro



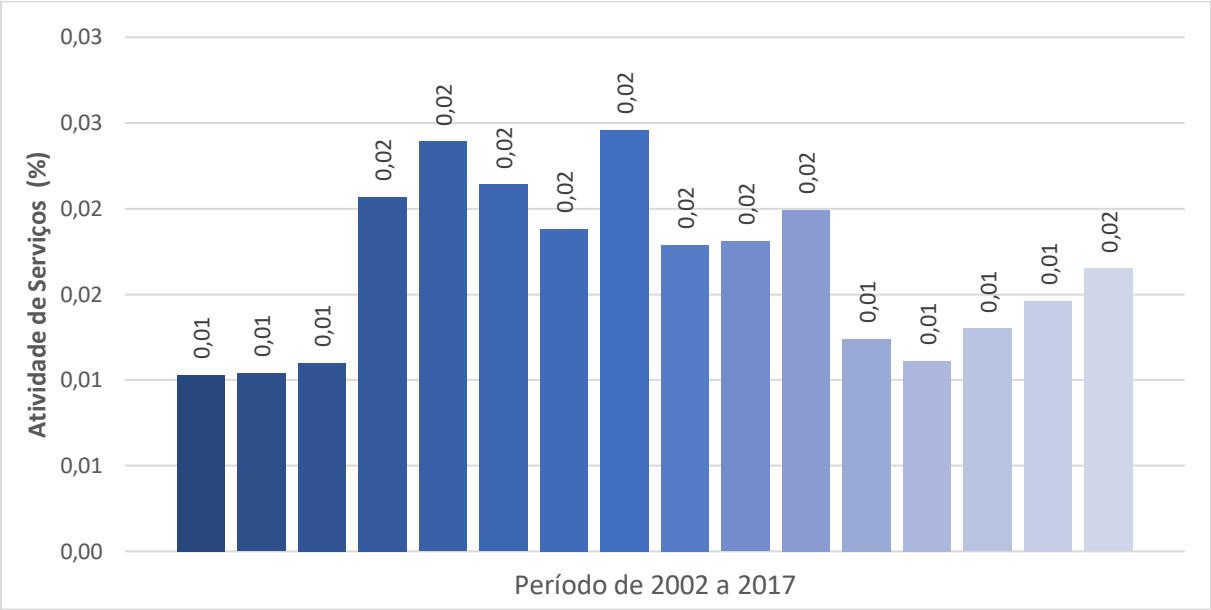
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ (2019).

Figura 44 - Participação da atividade de comércio (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro



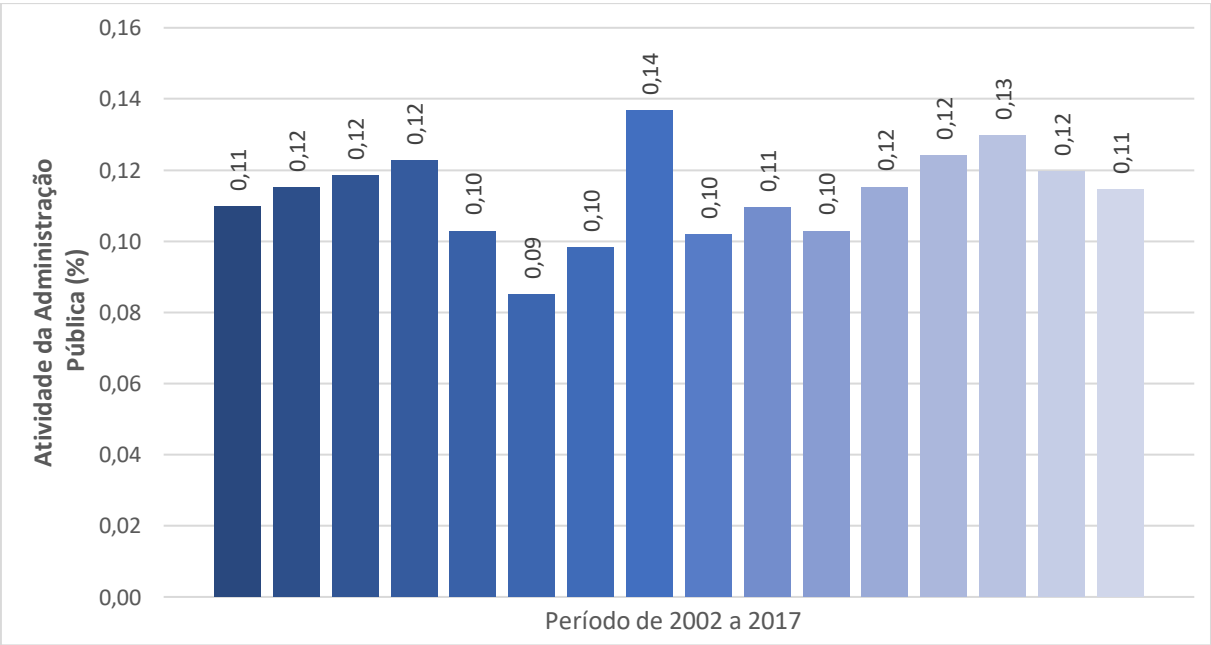
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ (2019).

Figura 45 - Participação da atividade serviços (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ (2019).

Figura 46 - Participação da atividade Administração Pública (%) no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2002 a 2017, no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ (2019).

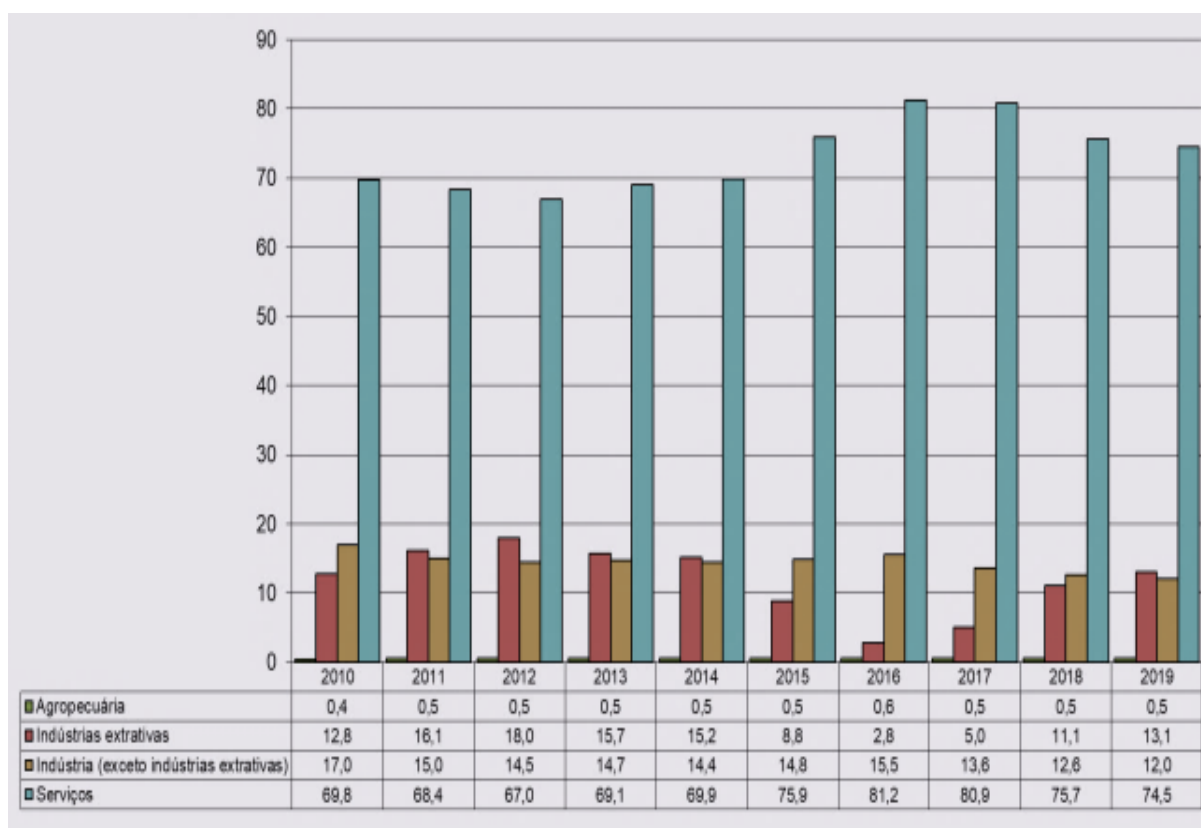
Quanto ao desempenho da economia da Região Sudeste, de acordo com os dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE, 2021), São Paulo ocupa a 1ª posição no ranking do PIB, seguido por Rio de Janeiro (2º), Minas Gerais (3º) e Espírito Santo (14º). O Rio de Janeiro teve uma das menores variações médias na série percentual de participação no PIB (2002-2019), tendo uma taxa de 1,3% a.a. Tal fato se justifica em decorrência das variações negativas em indústrias de transformação e construção e a variação de indústrias extrativas, que apesar de positiva, foi inferior ao crescimento médio nacional da atividade (TCE, 2021)

Do ano de 2018 para 2019, a agropecuária estadual apresentou alta de 2,1%. O resultado foi influenciado, sobretudo, pelas altas nos índices de pecuária (4,2%) e produção florestal, pesca e agricultura (6,6%). A indústria fluminense também apresentou variação de volume positiva em 2019, com aumento de 10,5%. Com isso, a participação do setor que era de 23,8% em 2018 passou para 25,1% em 2019, devido às indústrias extrativas, que elevaram sua participação de 11,1% para 13,1%.

O setor de serviços tem participação de 74,5% no valor adicionado bruto do estado, e obteve crescimento em volume de 3,09% em 2019. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social teve variação de 6,5%. Informação e comunicação teve a maior queda entre as componentes do setor, com -9,8%. Atividades imobiliárias (7,3%) e artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços (9,6%) apresentaram crescimento.

A Figura 47 demonstra a evolução, desde 2010, da participação no PIB dos principais setores da economia, e indica o discreto crescimento e participação da agropecuária no estado.

Figura 47 - Contribuição no valor adicionado bruto do PIB estadual, segundo atividades econômicas selecionadas, no período de 2010 a 2019



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE, 2021).

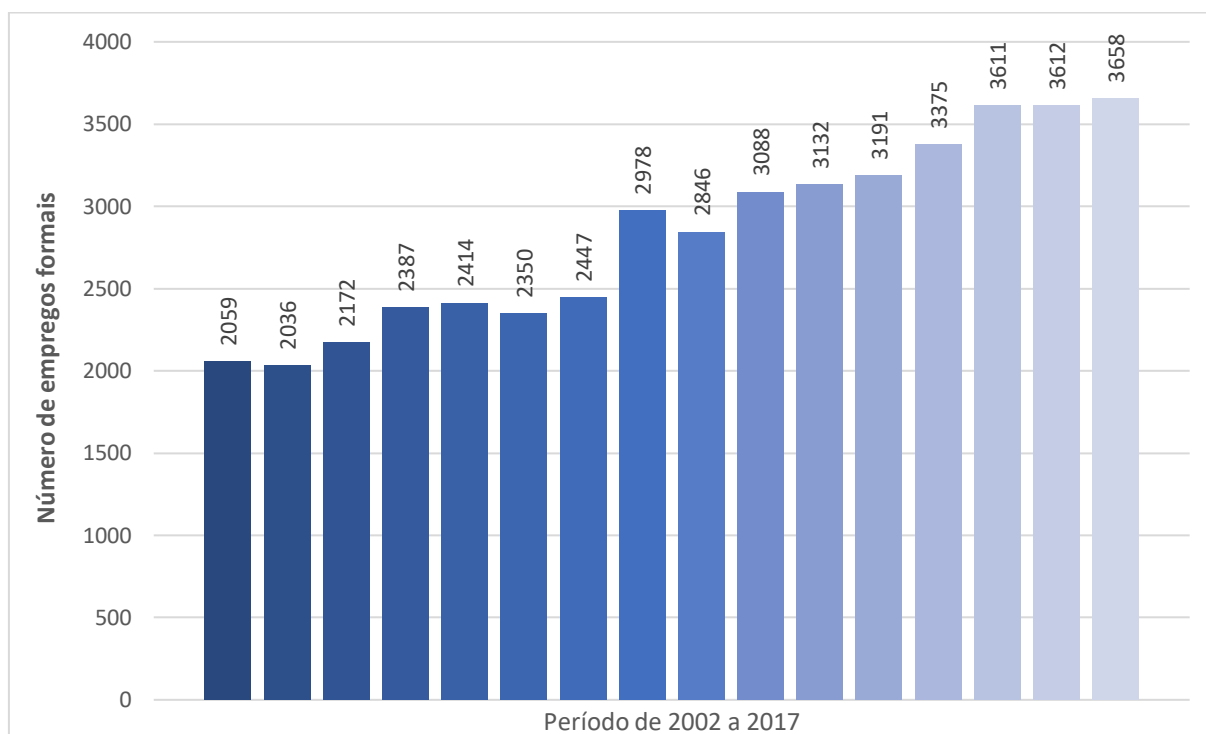
Em relação à capacidade das atividades agropecuárias gerarem emprego para a comunidade local, a próxima tabela fornece um panorama da evolução do emprego por setor da economia de São José do Vale do Rio Preto, onde é possível analisar que, em 2020, 28% dos empregos formais estavam no setor de comércio; 26% na indústria de transformação; 23% na administração pública; enquanto apenas 13% tinham vínculo com o setor agropecuário (Tabela 4).

Tabela 4 - Estoque de empregos formais segundo setor de atividade, no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2019 a 2020

	2019	2020	Variação	%
Extrativa mineral	7	4	-3	-43%
Indústria de transformação	736	1.025	289	39%
Serviços industriais de utilidade pública	23	25	2	9%
Construção civil	67	30	-37	-55%
Comércio	1.264	1.088	-176	-14%
Serviços	366	330	-36	-10%
Administração pública	929	926	-3	0%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	559	513	-46	-8%
Total	3.951	3.941	-10	0%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE, 2021).

A Figura 48 aponta o número de empregos formais no Município no período de 2002 a 2017, sendo possível perceber que no início do século o número de empregos formais era aproximadamente 50% inferior ao registrado no ano de 2020. Considerando estimada para 2021, de 22 mil habitantes, conclui-se que apenas 18% está operando em empregos formais

Figura 48 - Número de empregos formais, no período de 2002 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ (2019).

Em observância à Tabela 5, entende-se que o setor agropecuário tem grande participação no ranking de estabelecimentos por segmento, apesar disso, os estabelecimentos de comércio representam 52% do total no Município.

Tabela 5 - Quantidade de estabelecimentos, por segmento, no Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2010 a 2017

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de Estabelecimentos Comércio	161	177	181	188	206	210	211	218
Nº de Estabelecimentos Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	107	108	112	108	111	104	88	90
Nº de Estabelecimentos de Serviços	44	55	53	58	57	60	65	68
Nº de Estabelecimentos Indústria de transformação	34	36	41	42	43	46	48	44

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ (2019).

Os dados brutos levantados permitem a afirmação que o setor de serviços teve maior crescimento, enquanto o setor agropecuário apresentou decréscimo ao longo da série histórica. No entanto, a inexistência de dados estatísticos produzidos pelo Município coloca em xeque os dados do IBGE. É possível fazer essa afirmação porque no território estudado a atividade industrial é incipiente e a definição de estabelecimentos comerciais e de serviços se confundem. Além disso, ao se observar *in loco* a realidade econômica do Município, é possível afirmar que o que é definido como indústria são, na verdade, empresas ligadas diretamente ao setor agropecuário, como os abatedouros de frango.

Dito de forma mais direta: os dados oficiais não retratam a realidade econômica do Município, pois as definições usadas pelo IBGE para definir uma atividade econômica não são capazes de diferenciar os serviços que estão ligados direta ou indiretamente ao setor agropecuário, mais especificamente à cadeia avícola. Fazer essa análise específica é impossível, visto que o poder público municipal não é capaz de fornecer informações oficiais sobre a realidade econômica do Município.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos.

(DEMO, 1998).

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentaram esta pesquisa. Buscou-se inicialmente neste trabalho, a realização de uma pesquisa exploratória, modelo utilizado em estudos comparativos e de observação onde se almeja respostas para um determinado problema ou situação, além de se investigar temas relacionados à cadeia avícola, desenvolvimento territorial, desenvolvimento humano e agricultura familiar, tendo em vista a avicultura como agente de promoção social e econômica de São José do Vale do Rio Preto.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para Gil (2002), a pesquisa busca “proporcionar respostas aos problemas propostos, desenvolvida mediante conhecimentos disponíveis e a utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”. Nestes termos, buscou-se neste trabalho a realização de uma pesquisa que, metodologicamente, teve duas formas de abordagem: exploratória e explicativa. Por ser um tema ainda não estudado a partir dos princípios do desenvolvimento territorial e socioeconômico, o viés exploratório buscou identificar a maneira como está ocorrendo o uso e ocupação do território do município. Já o viés explicativo buscou explicitar as variáveis que causam impactos na cadeia produtiva e na economia valeriopretana, explicando a forma como esse impacto se dá.

As entrevistas foram conduzidas a partir de público selecionado de boa reputação visando obtenção de informações mais aprofundadas e reveladores sobre a cadeia avícola. Desse modo, o contato telefônico foi a estratégia utilizada para se acessar os gestores das

políticas públicas locais e estaduais, bem como com os agentes que fazem parte da cadeia avícola, buscando-se agendar visitas e conhecer o cenário em que se traduz a atividade.

Os dados apresentados nesse trabalho têm como fonte de referência documentos institucionais das empresas pesquisadas, sendo alguns de caráter restrito à pesquisa, outros em comunicação pessoal com o pesquisador e outros de domínio público que podem ser encontrados em seu endereço virtual. Partindo da proposta de abordagem do tema, a pesquisa se deu de forma quali-quantitativa, os dados levantados sobre a cadeia produtiva de frangos foram quantificados e depois analisados de forma holística. Para tanto, foi feito levantamento bibliográfico para dar embasamento teórico ao trabalho, principalmente os produzidos pelo estado brasileiro, no intuito de levantar dados capazes de quantificar a cadeia avícola do município.

Foram também realizadas entrevistas em profundidade, de forma semiestruturada, a partir de um roteiro com perguntas abertas e específicas para cada grupo, com atores que fazem parte da cadeia produtiva. Este instrumento de pesquisa foi utilizado, uma vez que é eficaz quando o pesquisador deseja explorar temas complexos e pouco conhecidos, entender a experiência subjetiva dos participantes e/ou coletar dados em profundidade sobre um determinado tema (DUARTE, 2006).

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA

O universo da pesquisa compreende o município de São José do Vale do Rio Preto e a amostragem consiste em cinco grupos distintos aos quais se buscou encontrar informações sobre a dinâmica da cadeia avícola no Município. Para tanto, foram realizadas 7 entrevistas com 5 grupos de indivíduos, onde o primeiro grupo que compreende os avicultores; segundo grupo os proprietários dos abatedouros que operam no Município e comercializam os produtos no estado do Rio de Janeiro; o terceiro grupo formado pelos órgãos públicos municipais (Secretaria Municipal de Agricultura); o quarto grupo composto pelos órgãos públicos estaduais (Emater-Rio e Defesa Agropecuária Estadual) que fomentam as atividades agropecuárias no Município, além do quinto grupo representado pela Associação Fluminense de Avicultura e Suinocultura do Rio de Janeiro (Apêndices).

Considerando a amplitude da discussão, a seleção destes indivíduos se deu devido a questões de acessibilidade e a amostragem foi obtida por conveniência, de acordo com a disponibilidade de cooperação.

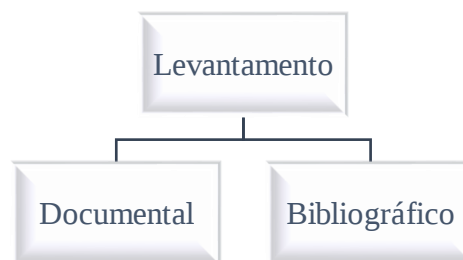
3.3 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO E DE COLETA DE DADOS

Não existe uma fórmula mágica e única para realizar uma pesquisa ideal; talvez não exista nem existirá uma pesquisa perfeita. A investigação é um produto humano, e seus produtores são falíveis. ... fazer pesquisa não é privilégio de alguns poucos gênios. ... É melhor ter trabalho de pesquisa imperfeito a não ter trabalho nenhum (RICHARDSON, 2011, p.33).

A interação entre agente e fenômeno social é permeada por um complexo de significados e conceitos arquitetados socialmente, uma vez que o homem, como agente social influencia e é influenciado pela estrutura social. A pesquisa social acompanha a evolução do homem, e “conforme se distancia da visão positivista das leis universais incorpora e aprimora pressupostos próprios da pesquisa qualitativa dentro do paradigma interpretativo” (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

Sendo assim, em busca de contemplar os fenômenos que ocorrem no território, esta pesquisa foi desmembrada em três estágios conforme organograma a seguir:

1º Estágio:



2º Estágio:



3º Estágio:



A fim de construir uma visão ampla e atualizada do tema a ser investigado, no primeiro estágio fez-se o levantamento bibliográfico em livros, revistas, artigos, teses, dissertações, documentos e acervos dos órgãos públicos, referentes aos aspectos históricos, econômicos e sociais que circundam a avicultura valeriopretana, na busca por desenvolver uma base sólida para a construção do referencial teórico da pesquisa e sustentar a argumentação do trabalho.

No segundo estágio foi feita a pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas atingindo cinco grupos distintos conforme Apêndices¹⁶. Nos Apêndices encontram-se os roteiros de pesquisa de campo e no último Apêndice são disponibilizadas algumas fotos da pesquisa de campo. A realização das entrevistas se deu no período de fevereiro a abril de 2023. As entrevistas tiveram duração média de 65 minutos, onde os atores responderam a um questionário semiestruturado com o objetivo de identificar a relação do entrevistado com a avicultura, caracterizar seu modo de operação e expectativas frente à atividade. Foram realizadas, ao final da entrevista, questões de caracterização dos participantes, como: idade, escolaridade, sexo e profissão (Quadro 1).

Inicialmente foi estabelecido contato telefônico com a Secretaria Municipal de Agricultura a fim de esclarecer o objetivo da pesquisa e para que a entrevista com o órgão pudesse ser autorizada. Sem apresentação de empecilhos, a entrevista foi autorizada e agendada para ser realizada de maneira presencial com o Secretário de Agricultura Municipal. Na ocasião, buscou-se compreender como o responsável pela pasta percebia a cadeia avícola, bem como seu percentual de contribuição econômico e social para o Município, além das políticas públicas de governo desenvolvidas para o setor.

A posteriori foi feito contato telefônico com os órgãos estaduais, onde foi possível agendar visita e realizar a entrevista de modo presencial no Escritório Local da Emater-Rio. Este departamento (antes chamado Posto Avançado do Ministério da Agricultura) já se faz

¹⁶ Apêndices A, B, C, D e E (p.127).

presente em atividade no Município desde a década de 1960, portanto, buscou-se compreender como, na visão do técnico entrevistado, se compreende a relevância da atividade para o desenvolvimento do território. Contudo, objetivou-se compreender também como é feita a prestação de assistência técnica, quais as políticas públicas desenvolvidas para o setor e os resultados de sua execução.

Quanto ao Núcleo de Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura, mediante às demandas existentes no Município pelo serviço, o contato presencial não foi possível em horário compatível, tornando a entrevista possível apenas via ligação telefônica. Neste segmento foi feita a busca por compreender os aspectos referentes à fiscalização da produção, do abate na indústria e dados referentes à (in)existência de fraudes e clandestinidade de processos.

Dada a ausência de estrutura física da Associação Fluminense de Avicultura e Suinocultura, o contato e entrevista se deram via ligação telefônica. A entrevista buscou compreender a eficiência produtiva, potencialidades e desafios enfrentados pelo produtor local, além do papel da entidade para o setor.

Já em relação ao contato com os avicultores, foi feito agendamento de visita em propriedade via contato telefônico e as mesmas se deram de forma presencial nas propriedades sede, com manifestação de engajamento dos produtores para responder às questões, onde estimaram que esta pesquisa contribua com a promoção da atividade no Município. Ademais, no momento, puderam ser observadas a infraestrutura disponível por parte de cada produtor para desenvolver a atividade. Na ocasião pretendeu-se caracterizar o produtor valeriopretano, bem como compreender como é visto o futuro da atividade a partir da sucessão familiar e a forma como o produtor percebe as políticas públicas disponíveis.

Sem dificuldades foi realizado o agendamento e entrevista com o proprietário do abatedouro, a qual se deu de maneira presencial, no escritório da empresa. A entrevista teve por objetivo identificar a relação entre os elos da cadeia e visualizar os processos de compra, venda e negociação entre as partes.

Por último, no terceiro estágio, fez-se a análise de resultados com pré-análise e análise textual do material verbal transcrito utilizando-se o *software Iramuteq® - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*.

Tal *software* foi escolhido, uma vez que, de acordo com Salviati (2017), este realiza a identificação do contexto em que as palavras ocorrem, traçando uma análise lexical do material textual e fracionando o texto em classes hierárquicas que compartilham o mesmo vocabulário,

facilitando, assim, o pesquisador conhecer seu teor. Para tanto, é comumente utilizado em estudos das Ciências Humanas e Sociais.

Ressalta-se que o uso do software não é um método de análise de dados, mas uma ferramenta para processá-los, portanto, não conclui essa análise, já que a interpretação é essencial e é de responsabilidade do pesquisador (SALVIATI, 2017).

Não obstante, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (1994, p. 18), considerada “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Tal análise de conteúdo apresenta duas funções, a primeira em relação à função heurística, enriquecendo a exploração e a propensão à descoberta. A segunda se refere à administração da prova, onde as hipóteses operam como diretrizes apelando para o método de análise de uma confirmação ou de uma informação (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

Também foi utilizado o *software Microsoft Excel®* para o tratamento dos demais dados numéricos e informações.

A partir dos resultados obtidos foi construída a Matriz *S.W.O.T.*, ferramenta de fácil aplicação tanto para empresas, como para produtos e serviços, sendo apresentada de forma concisa e visualmente de fácil entendimento (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Esta ferramenta consiste em um sistema simples utilizado para posicionar ou verificar a posição estratégica do segmento analisado no ambiente em questão. Sua aplicação se dá com fins de diagnosticar cenários, informando os pontos fortes e fracos de uma organização e evidenciar oportunidades e ameaças para a mesma, o que é fundamental para a sustentabilidade da cadeia avícola a longo prazo (MACHADO, 2005).

Por definição, em *S.W.O.T.* encontramos: *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). As forças e fraquezas são determinadas pela posição atual da empresa, consideradas fatores internos da organização; já as oportunidades e ameaças são perspectivas e configuram os fatores externos. Análise em conjunto das informações revela o potencial ofensivo da organização (no caso, dos elos da cadeia avícola) assim como sua debilidade ofensiva e vulnerabilidade, o que a torna uma ferramenta importante no processo de diagnóstico e planejamento estratégico (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Neste sentido, este tipo de análise foi escolhido para este estudo em busca de se prospectar cenários, fornecer informações e subsídios teóricos aos produtores e poder público, servindo como parte integrante do planejamento estratégico e fonte de orientação na tomada de decisão.

Quadro 1 - Resumo da metodologia aplicada às amostras

	GRUPOS						
	Avicultores		Abatedouro	Órgão Público Municipal	Órgão Público Estadual		Associação Fluminense de Avicultura e Suinocultura
Função	Proprietário	Proprietário	Proprietário	Secretário Municipal de Agricultura/ Agricultor	Médico Veterinário da Emater-Rio no Escritório-Local	Médico Veterinário do Núcleo de Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura	Presidente da Associação
Formação	Fundamental Completo	Nível Superior, Mestrado	Ensino Médio Completo	Formação técnica em administração pública	Nível Superior Completo	Nível Superior Completo	Nível Superior Completo
Idade	52	37	46	48	74	67	73
Residência	SJVRP	SJVRP	SJVRP	SJVRP	Teresópolis	SJVRP	Rio de Janeiro
Duração entrevista	1:30h	47min	1:28min	1h	1:33h	40min	38min
Forma de contato	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Telefônico	Telefônico
Forma de registro	Anotação manual	Anotação manual	Anotação manual	Anotação manual	Anotação manual	Anotação manual	Anotação manual

Fonte: dados da pesquisa (2023).

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma das limitações desta pesquisa refere-se à ausência de dados oficiais disponibilizados pelos órgãos públicos locais e estaduais. Ademais, outra limitação é o fato de o pesquisador não ter acesso a todo universo, somente àqueles que se dispuserem a colaborar com a pesquisa. A carência de informações e de dados históricos da produção, por parte dos produtores rurais, é mais um limitante deste processo de pesquisa.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ENTENDENDO A CADEIA PRODUTIVA: ÓTICA ESTADUAL

4.1.1 Escritório Local Emater-Rio

Para melhor compreender o cenário em que se desenvolve a avicultura no Município, foram realizadas entrevistas com diversos atores que compõem a cadeia avícola. Inicialmente buscou-se contato com o médico veterinário da Emater-Rio, escritório local de São José do Vale do Rio Preto, dada sua larga experiência e conhecimento sobre a cadeia avícola. O veterinário trabalha no município há 46 anos, desde quando este ainda era distrito da cidade de Petrópolis e acompanhou a evolução da cadeia avícola ao longo do tempo. Ele afirmou que existem 10 criadores independentes de frangos de corte, sendo estes produtores responsáveis pela aquisição de pintos, alimentação, crescimento, abate e venda dos animais; 5 empresas integradoras e 67 criadores integrados¹⁷.

O controle da cadeia é feito pelas empresas integradoras que detêm o poder de compra e barganha com os fornecedores de insumos e matéria-prima, e os proprietários dos abatedouros.

No modelo de integração adotado, com total de 82 produtores rurais envolvidos, todos os integrados recebem o resíduo (esterco) como forma de pagamento do integrador, a fim de custear os trabalhos prestados e as despesas para com a manutenção da granja. Na região, tal resíduo tem alto valor no mercado agrícola, e é amplamente comercializado para ser usado como adubo na agricultura convencional na cidade e nos municípios vizinhos (Petrópolis, Teresópolis, Sumidouro, Nova Friburgo e Sapucaia), tal destinação evita transtornos relacionados a contaminação e disseminação de pragas, como roedores e outros. Cabe ressaltar que não existe contrato físico que destaque tais condições de pagamento entre integrador e integrado.

¹⁷ O integrado (produtor) é o responsável pela construção das benfeitorias, criação e manejo dos animais, conforme a orientação técnica do integrador (EMATER-RIO, 2023).

Ademais, cerca de 20% dos integrados, além de receberem os benefícios citados recebem salário para conduzir a criação.

Outro modelo também visto no Município, porém em menor escala, mas que deve ser mencionado, é aquele onde o integrador paga por resultado zootécnico ao integrado, e este assume as despesas referentes à energia, cepilho, responsabilidades com funcionários. Tal tabela de pagamento por resultado zootécnico é de cunho particular e mediante o acordo entre as partes envolvidas.

Para que ocorra o processo de produção animal, em geral, os integrados recebem da empresa integradora os pintos, ração, medicamentos, vacinas (quanto necessário), gás para aquecimento e cepilho.

Outras informações relevantes para compreensão da importância econômica da atividade foram descritas em relação ao ano de 2022, sendo elas:

- O alojamento de aves no ano contemplou 16.840.000 de cabeças;
- É possível ao produtor a produção de 5 lotes por ano;
- O peso médio de abate foi de 2,25 kg, em aves com idade média de 28 dias;
- A produção de carne se deu no total de 37.890.000 toneladas;
- O faturamento de 2022 com a venda do frango de corte foi de R\$ 234.160.200,00, cujo preço médio por quilo é de R\$ 6,18/kg, expressos na seguinte equação: *produção de carne total x 6,18*.

Segundo o técnico da Emater-Rio as atividades de assistência técnica e extensão rural desenvolvidas pelos extensionistas do escritório local têm por objetivo de ampliar a cidadania do produtor rural e sua família. Em vistas disso, ações foram citadas, como a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) que possibilita a inclusão de produtores rurais ao crédito do PRONAF, PAA e PNAE; Atestado de Produtor Rural que identifica o produtor e a propriedade onde são desenvolvidas atividades agropecuárias econômicas; Boletim de Produção, documento importante para comercialização na CEASA-RJ; Declaração para obtenção de tarifa especial de energia elétrica para produtores rurais; Cadastro e Deferimento de Solicitação de isenção de ICMS das contas de energia elétrica para produtores rurais. Foi citado também o incentivo à criação de pequenos animais, dando ênfase à criação de aves para produção de ovos e carne, como forma de auxiliar no complemento da alimentação familiar, e o excesso ser comercializado para complementar a renda da unidade de produção.

O escritório também presta apoio ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e dá ênfase ao Programa Especial de Fomento Agropecuário e Tecnológico (Agrofundos antigo PEFATE), para que o agricultor familiar possa investir em energia sustentável com financiamento feito pelo Agrofundos, por meio dos Programas Rio Energia Limpa e Rio Aves.

O Programa Rio Energia Limpa fomenta a instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaica em unidade de produção agropecuária via financiamento do Agrofundos, tendo sido implantados 6 sistemas no ano de 2022 no Município, no valor total financiado de R\$ 358.478,20.

Enquanto isso, o Programa Rio Aves fomenta a adequação e reforma de instalações avícolas, aquisição de equipamentos e materiais em observância das normativas de biossegurança na avicultura, tendo sido implementados 2 projetos no ano de 2022, no valor total de R\$ 54.966,71.

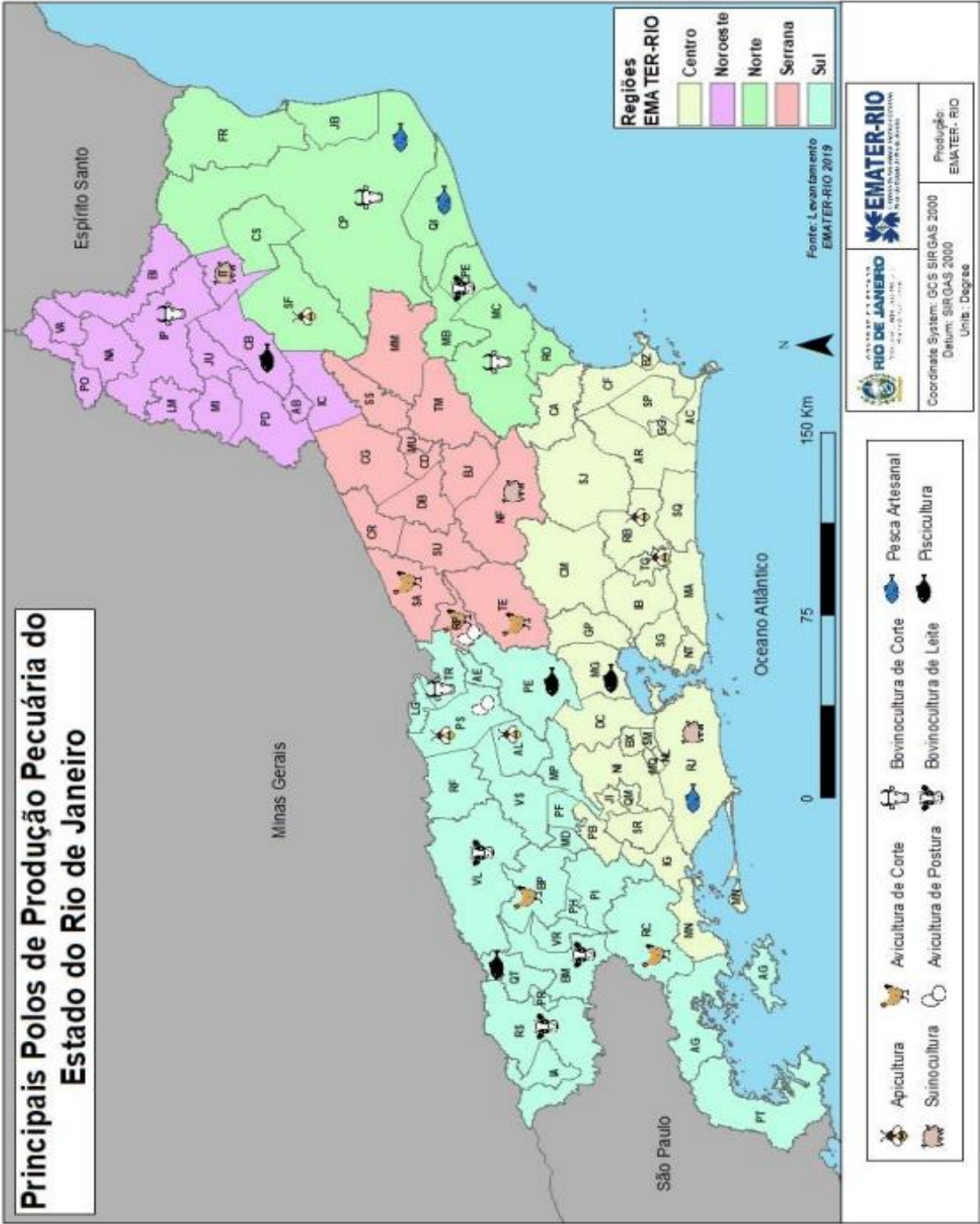
O crédito rural foi citado por contribuir de forma significativa para o desenvolvimento das propriedades rurais, através do PRONAF (Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Na sua fala, o funcionário da Emater-Rio relatou que no Município são exploradas as criações de frango de corte e aves para a produção de ovos, além da criação de codornas e galinha da angola. Pós-entrevista e análise das informações citadas, somadas à análise dos documentos produzidos pelo órgão estatal, fica claro que a avicultura é a principal atividade econômica do Município, tendo grande importância socioeconômica dada a geração de empregos de forma direta e indireta como granjeiros (trabalhadores das granjas) e indústria de abate de aves, além de alavancar outros setores como indústrias farmacêuticas, indústrias de máquinas e equipamentos, comerciantes de resíduos, comerciantes de ovos, comerciantes de aves, totalizando cerca de 2.200 empregos gerados pela atividade. Deste total, estima-se que mais de um mil empregos são gerados somente pela indústria de processamento das aves e áreas afins necessárias à sua operação.

A comercialização do produto (frango) é realizada, majoritariamente, em abatedouros do Município, mas há a comercialização para abatedouros fora deste.

Por parte do escritório local, os produtores são orientados no que tange manejo do plantel, desinfecção de instalações, adoção de programas profiláticos contra as principais doenças e adequação das instalações de acordo com a legislação vigente. Na Figura 44 é possível perceber como o Município é identificado quanto à produção agropecuária no estado:

Figura 49 - Localização do Município de São José do Vale do Rio Preto e identificação agropecuária



Fonte: Emater-Rio (2020).

Quando questionado em relação à assistência técnica, foi relatado que o município é dividido em 10 microbacias, e o atendimento é feito por três técnicos do escritório local que prestam atendimento anual a 120 produtores rurais (de diversos segmentos agropecuários), do total de 1.200 produtores cadastrados no Município. As necessidades de cada microbacia são levantadas em reunião anual, e assim, por atividade e necessidade são selecionados os produtores que receberão as visitas (geralmente 3 visitas ao longo do ano). Contudo, segundo o entrevistado, nada impede que os produtores entrem em contato com o escritório para solicitar assistência, sanar dúvidas ou emissão de documentos.

A lei de ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural, Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, é um serviço gratuito, de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Esta Lei é a qual institui a Política Nacional de ATER e de Reforma Agrária-Pnater, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura Familiar e Reforma Agrária-Pronater (BRASIL, 2010, p. 1).

Outrossim, ao conhecer a importância dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, percebe-se a deficiência de técnicos disponíveis para realizar o acompanhamento da produção agropecuária valeriopretana, bem como de desenvolver projetos em apoio ao produtor estimulando promoção social. Nesse sentido, identifica-se a necessidade da discussão entre poder público local e estadual em prol da revisão do quadro disponível de técnicos para o Município, tendo em vista que muitas vezes o único contato do produtor com extensionistas e profissionais da área das agrárias é através desses serviços.

Dito isso, mediante a ausência do estado, não é possível fazer extensão rural nem propiciar meios de garantir independência financeira do pequeno produtor, que está fadado a permanecer sob o controle e exploração das empresas que lhe fornecem insumos e têm domínio dos segmentos da cadeia.

No que se refere à avicultura, o médico veterinário entrevistado é o responsável pelo atendimento das demandas do setor via escritório local. Apesar de sua disponibilidade, as empresas integradoras optam por oferecer assistência veterinária particular para suas próprias produções. Esta assistência em sua maioria é proveniente de empresas que fornecem insumos para a ração e enviam técnicos para acompanhar a evolução dos lotes que utilizam seus compostos na ração.

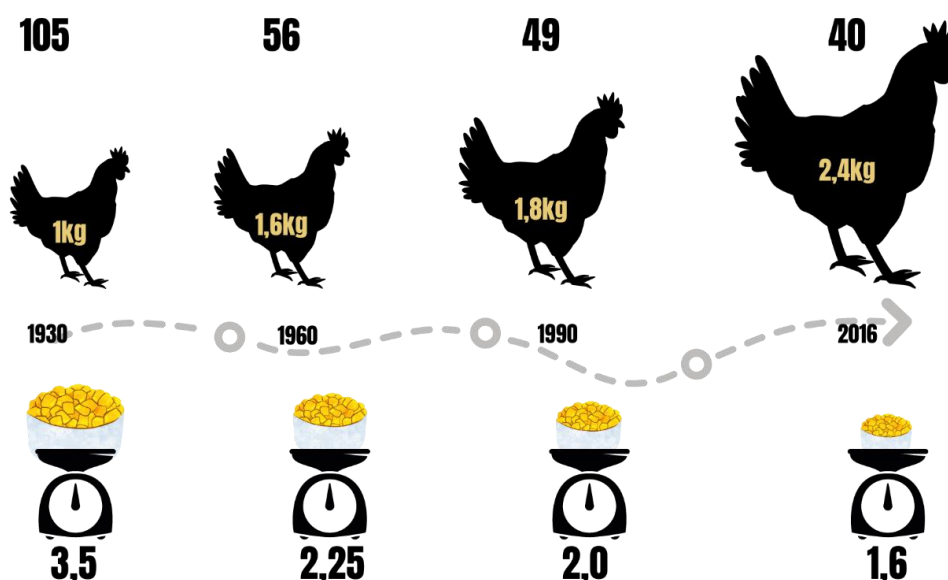
Sendo assim, a condução do manejo, planejamento do crescimento ou retração da cadeia avícola, práticas de produção, comercialização e beneficiamento, são conduzidos de maneira

desarticulada, por empresas independentes, sem comunicação com o poder público local ou órgãos que prestam assistência técnica.

Quando questionado a respeito dos fatores decisivos para o sucesso da atividade, o técnico destacou a atenção dos produtores com os aspectos sanitários. Somado a isso, o melhoramento genético permitiu o acesso a linhagens de aves que apresentam maior ganho de peso em menor tempo, consumindo menos ração que há décadas atrás (Figura 50), tornando-se mais viáveis economicamente para o produtor. Contudo, as novas linhagens são menos resistentes às doenças e oscilações abruptas de temperatura e umidade, o que implica mais atenção ao manejo e investimentos em equipamentos especializados.

Outros aspectos como proximidade do mercado consumidor do Rio de Janeiro, aperfeiçoamento técnico, alimentação balanceada, aquisição de lotes de boa procedência, biossegurança e profilaxia vêm garantindo a pujança da avicultura ao longo do tempo.

Figura 50 - Evolução do desempenho do zootécnico do frango de corte comparando período de crescimento, ganho de peso e consumo de ração



Fonte: adaptado de ABPA (2021).

4.1.2 Fiscalização: Superintendência da Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura

De acordo com o médico veterinário fiscal estadual agropecuário, é por meio da Superintendência da Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura, que são realizadas as vistorias nos locais em que as agroindústrias estão instaladas, analisando e aprovando os projetos e os fluxos de produção. Além disso, os fiscais realizam periodicamente análise de processos de fabricação, rotulagem e registro de produtos, bem como acompanham e fiscalizam as atividades de rotina, com o objetivo de controlar os aspectos higiênico/sanitários em todas as etapas produtivas dos produtos, visando garantir produtos de qualidade e inócuos à saúde pública.

O fiscal afirmou que no Município existem 6 abatedouros em operação com selo de inspeção estadual, num total de 9 abatedouros inspecionados pelo órgão no estado do Rio de Janeiro, sendo atendidos por 3 fiscais. Ele relatou que tem sido feito um forte trabalho com ações de combate a fraudes (especialmente quanto ao excesso de água na carne) e à clandestinidade de abatedouros, uma vez que nestas condições a competição se tornar desigual com os abatedouros registrados, além de colocar em risco a saúde do consumidor por práticas de produção não regulamentadas e não inspecionadas.

Ao caracterizar a produção estadual, o fiscal citou que apenas um abatedouro, fora do município de São José do Vale do Rio Preto, possui domínio da cadeia produtiva, ou seja, tem a produção de frangos, possui abatedouro e tem túnel de congelamento, o que lhe permite comercializar o frango resfriado e congelado dentro do estado. Nestes termos, *“o que se observa em todos os outros abatedouros do estado do Rio de Janeiro é uma realidade diferente, onde todos dependem do avicultor para ter a matéria-prima para funcionamento da indústria”*. Quando questionado quanto aos fatores que levam a tal configuração da cadeia, citou a cultura local e a demanda de mercado.

O técnico apresentou a legislação que rege o abate das aves, onde os abatedouros devem seguir o preconizado pelo RIISPOA (Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal), que possui 540 artigos e engloba todos os tipos de carne, leite, pescado, ovos e mel.

O RIISPOA visa garantir o bem-estar dos animais, a rastreabilidade, os requisitos sanitários para a industrialização de alimentos de origem animal, os procedimentos de inspeção e análises laboratoriais, bem como as condições estruturais mínimas das dependências industriais (MÉDICO VETERINÁRIO FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO, 2023).

O técnico ainda citou algumas das principais normas que constantemente devem ser observadas pelos avicultores e abatedouros, a fim de garantir a padronização dos métodos de elaboração de produtos de origem animal para o abate e a industrialização de aves, sendo elas:

- Instrução normativa nº 20, de 21 de outubro de 2016, que estabelece o controle e o monitoramento de *Salmonella* nos estabelecimentos avícolas comerciais e de abate;
- Instrução Normativa nº 46, de 02 de setembro de 2008, dos Procedimentos para importação de material genético destinado à reposição de plantéis avícolas de galinhas;
- Instrução Normativa nº 56, de 4 de dezembro de 2007, que estabelece os procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais.
- Portaria nº 210, de 10 de novembro de 1998, do Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carnes de Aves;
- Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997, do Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores Industrializadores de Alimentos.

É possível perceber que a inspeção de alimentos é uma preocupação do estado, seja através do controle de qualidade dos alimentos, seja no combate a fraudes, seja garantindo a conformidade com as normas de segurança alimentar e promovendo o desenvolvimento econômico. Ademais, os alimentos inspecionados oferecem benefícios econômicos, pois são mais valorizados pelos consumidores, aumentando a demanda e o valor agregado aos produtos. Contudo, a demanda municipal por agentes fiscais é muito maior que o disponível, haja vista que com apenas 3 fiscais para 6 abatedouros em operação em regiões distintas no Município, não é possível garantir a segurança da produção e do consumidor em tempo integral.

A fala sobre a importância e a necessidade do controle da produção de alimentos via inspeção é comum dentro das estruturas estatais, entretanto, esse discurso não é materializado na forma de políticas públicas capazes de operacionalizar sua aplicação. Dito de outra forma: por não conseguir fiscalizar toda a estrutura de produção o estado não garante que o frango vendido foi produzido seguindo todos os padrões de qualidade exigidos por ele mesmo. Ainda por não ter a quantidade de fiscais necessários para controlar os processos produtivos, o estado não consegue combater de forma sistêmica, e contínua, as fraudes, principalmente aquelas ligadas à burla de peso pelo excesso de água.

4.2 VISÃO DO PODER PÚBLICO LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPANSÃO ECONÔMICA

Em entrevista com o Secretário Municipal de Agricultura, foi identificado que o PIB municipal é composto majoritariamente pelas atividades da cadeia avícola, o que se estima que corresponde a 80% do valor arrecadado, sendo decorrente da produção avícola, dos abatedouros e da rede de ações financeiras provenientes da cadeia. Foi apontando também que esta é uma das maiores e mais importantes atividades econômicas para o município, gerando mais de 2 mil empregos diretos ao longo da cadeia.

Estes dados contrapõem o cenário nacional. O panorama nacional aponta que as prefeituras são as maiores geradoras de emprego dos pequenos Municípios, conforme mapeamento da saúde financeira das cidades pela Firjan (2019). O índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) assinala que metade dos municípios do país está em situação crítica, gastando acima do limite com seus recursos humanos, pois comprometem grande parte de sua receita corrente líquida (RCL) com a folha de pagamentos dos funcionários públicos, sendo que muitas prefeituras ultrapassaram o limite de alerta determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que é de 60% da RCL, o que reflete na redução da capacidade de investimento (FIRJAN, 2019).

Dada a alta arrecadação municipal frente à produção agropecuária, beneficiamento de produtos, e receita gerada pela cadeia avícola, é possível estimar que o poder público local tem potencial para investir em políticas públicas que beneficiem não só a cadeia produtiva da avicultura, bem como toda a população que direta ou indiretamente está envolvida na mesma.

Apesar da fala do Secretário, a tabela abaixo apresenta informações sobre a evolução da economia de São José do Vale do Rio Preto frente aos demais municípios fluminenses, tais como ranking anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, ranking de PIB a preços de mercado e de PIB per capita. Nela podemos analisar que setores econômicos como a administração pública e demais serviços tiveram maior representatividade que as atividades agropecuárias quanto ao valor adicionado bruto (Tabela 6). Somado a este fato, e em corroboração com os dados apresentados na tabela, pode-se observar na Figura 46 a contribuição no valor adicionado bruto do PIB estadual, segundo atividades econômicas, e, com isso, percebe-se o quanto as atividades agropecuárias contribuem em menor escala que outros setores da economia, como a administração pública e o setor de serviços.

Tabela 6 - Aspectos da economia do município frente aos demais municípios fluminenses, no período de 2014 a 2019

Setor Econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2019 (em% e em R\$ mil)	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
Agropecuária	8	5	5	5	5	5	0,2	115.753
Indústria	78	77	75	76	76	74	0,1	36.054
Administração pública	66	66	65	65	65	65	0,4	178.816
Demais serviços	75	73	72	70	71	69	0,3	137.150
					Total dos Setores		100,00%	467.773
					Imposto sobre produtos			72.697
PIB a preços de mercado	66	64	64	65	62	64	540.470	
PIB <i>per capita</i>	68	59	62	55	44	48	24.798	

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE, 2021).

Em última análise, em detrimento da afirmação do Secretário, a partir de uma análise do desempenho econômico-financeiro do município, nota-se que, na composição das receitas, mais de 91% destas são provenientes de transferências do Estado, da União e receita dos *royalties* do petróleo (Tabela 7).

Tabela 7 - Composição das receitas correntes, no período de 2015 a 2020

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Transferências correntes do Estado	46,2	45,5	50,9	50,3	48	46,4
Transferências correntes da União	31,1	32,2	25,4	23,7	24,2	29,3
Receita Tributária Total	7,2	7,6	7,7	7,9	9,2	8,1
Royalties	11,1	9,6	12,4	15,2	17,1	15,3
Receita Patrimonial	2,1	2,1	1,2	0,6	0,8	0,2
Receita de Contribuição	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,6
Outras Receitas Correntes	1,9	2,5	1,9	1,8	0,1	0,1

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE, 2021).

Em relação às preocupações do município para com a cadeia avícola, foi destacada a urbanização do campo próximo das unidades produtivas. A migração da população urbana para a zona rural vem causando conflitos. Os migrantes estão cobrando que a prefeitura modifique o ambiente de tal forma que supra às suas necessidades. Como exemplo foi destacado o problema de moscas que normalmente circundam as unidades de produção animal. Já existem processos judiciais em andamento exigindo que os produtores rurais combatam a proliferação dos insetos. Um caso específico já foi julgado e está culminando no fechamento dos galpões.

Percebe-se assim que a chegada dessa nova população pode causar impactos nos processos produtivos ligados à cadeia avícola e encarecer o produto final ocasionando perda de competitividade.

Neste contexto, observa-se a ocupação do território por agentes sociais que estão tentando transformar a realidade local e a função social do espaço rural, que por definição se expressa na forma territorial da vida social, na maneira como seus habitantes se organizam, bem como a ruralidade que detém características essenciais, como maior relevância às atividades primárias, maior dependência da natureza, baixa densidade demográfica, menor grau de diferenciação social e de complexidade (KAGEYAMA, 2004, p. 380).

Por conseguinte, a migração destes agentes da cidade para campo descaracterizará o território, mudará a função social da terra (de área de produção para área de moradia) e transformará as relações socioculturais das pessoas que vivem no espaço rural, as aproximando da forma de viver urbana, e culminando em perda de identidade.

Quanto ao suporte prestado pela prefeitura, este se limita à melhoria de acesso e conservação das estradas para o escoamento da mercadoria e a disponibilidade da patrulha agrícola municipal para o avicultor. Nesse sentido, o órgão percebe que, diferentemente da agricultura, a cadeia avícola na região consegue se desenvolver sozinha, uma vez que possuem responsáveis técnicos, estrutura e cumprem as normas regulamentadoras antes mesmo de iniciarem a produção.

Após esta fala é possível identificar que a ausência da interferência do poder público local no acompanhamento e mensuração das ações, projetos e execução da operação da cadeia avícola, o que pode culminar no desmantelamento dos arranjos produtivos de caráter econômico e social relevantes para a comunidade, descaracterizando o território e levando à perda de sua função social.

O Secretário relatou que a prefeitura está analisando a possibilidade de implementação do SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Neste sistema, os estados e municípios devem comprovar que têm condições de avaliar a qualidade e a inocuidade dos produtos de origem animal com a mesma eficiência do Ministério da Agricultura. Como grande vantagem, os estabelecimentos registrados nesses serviços podem comercializar seus produtos em todo o território nacional, nas mesmas condições de estabelecimentos registrados no SIF (BRASIL, 2017).

Neste contexto, o Secretário disse ainda que na atualidade a prefeitura não possui infraestrutura para prestar serviços de fiscalização aos abatedouros e que os mesmos possuem o selo do Serviço de Inspeção Estadual (SIE). O Secretário afirmou que o município não possui

condições financeiras de criar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), uma vez que é muito custoso, demanda ao menos três funcionários e um carro para a operação. Ainda segundo ele, o investimento não se justifica porque esse tipo de inspeção *só trata da comercialização de produtos dentro do Município*.

Em análise desta fala é possível afirmar que o poder público municipal desconsidera questões críticas referentes à saúde e segurança da população, uma vez o selo SIM garante a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal; leva para o produtor/empresário noções de educação sanitária e ainda combate às fraudes e clandestinidade. O selo SIM certifica que o produto/produtor segue os parâmetros sanitários necessários e dá segurança para o consumidor. Adiciona-se o fato de que é vantajoso para o produtor aderir ao selo e agregar maior valor ao seu produto, de modo que sua venda passa a seguir os tramites e exigências sanitárias previstas em lei, enquadrando como comercialização clandestina a venda de produtos sem o selo.

O Serviço de Inspeção Municipal fortalece a economia dos municípios, abrindo espaço para a integração entre os mesmos, incentivando o desenvolvimento local e dos territórios. Isso poderá promover a implantação de novas unidades agroindústrias e, em consequência, a circulação de maior volume de dinheiro no comércio local, aumentando, também, a arrecadação de tributos nos municípios (BRASIL, 2013).

Quando questionado em relação aos programas de fortalecimento da avicultura, este citou os mesmos que o técnico da Emater-Rio e ressaltou que grande parte dos integrados poderia ser atendida pelo PRONAF, cerca de 80%, mas a maioria não consegue acesso ao programa por conta de problemas na documentação das propriedades, especialmente a matrícula do cartório de registro de imóveis dos estabelecimentos rurais que possuem. Tal fato se dá porque o imóvel passa de um familiar para o outro como herança, sem passar pelos trâmites legais, como a realização de um inventário, por exemplo, que pode custar até 11% do valor da herança transmitida aos herdeiros (REIS, 2022). Posto isso, reflete-se sobre o quanto próprio Estado brasileiro atrapalha a legalização das pequenas propriedades ao cobrar tributos incompatíveis com a arrecadação do produtor rural.

Em relação à escala de produção, foi relatado pelo Secretário de Agricultura que o estado do Rio de Janeiro produz apenas 15% da carne de frango consumida, sendo que destes, 7% é proveniente do município de São José do Vale do Rio Preto. A partir dessa ótica, enfatizou que o cooperativismo é fundamental para favorecer o crescimento e fortalecimento da atividade para atender a uma fatia maior do mercado estadual.

Realmente, a criação de cooperativas pode ajudar os produtores de frango do município. Como boa parte necessita do apoio/financiamento dos abatedouros, a capacidade dos

produtores negociarem preços melhores para seus produtos é pequena. A criação de cooperativas poderia mudar essa realidade pois garantiria, em tese, o desenvolvimento sustentável da cadeia avícola, uma vez que os produtores passariam a controlar boa parte dos processos.

Essa realidade pode ser vista quando se analisa o custo da produção. A ração é o produto que mais impacta no preço final do frango a ser abatido. Os insumos para produzi-la são provenientes da região Centro-Oeste, do sul de Minas Gerais e do estado de São Paulo. Cada empresa integradora possui fábrica de ração própria e realiza a aquisição da matéria-prima de forma independente. Elas controlam todo o processo de produção da ração, desde a compra da matéria-prima até a venda do produto final.

Dada a larga escala como são consumidos os insumos e seu impacto na receita do produtor, há necessidade de criação de mecanismos para baratear os custos e tornar os valores do frango vivo e abatido mais competitivos. O Secretário relatou que já foram feitas tentativas para viabilizar a compra de milho e soja – matérias-primas base para produção de ração – em conjunto, mas os interesses privados dificultam ou não permitem a criação de uma infraestrutura capaz de tornar viável tal processo.

Em análise dos estudos de Belik (2001), percebe-se que grandes grupos empresariais, como Sadia e Avipal, tomaram decisões impactantes no passado e transferiram seus polos de produção para as regiões próximas à produção de matéria-prima na Região Centro-Oeste.

No *front* da produção a empresa partiu para um amplo programa de investimentos em abatedouros e fábricas de ração na Região Centro-Oeste, próximo às fontes de produção de soja e milho. Isto pode ser constatado com o esforço da Sadia para se instalar em Goiás, assim como os elevados investimentos da Avipal na região oeste da Bahia. Neste esforço para deslocar sua produção para áreas mais promissoras, a Sadia tomou a corajosa decisão de vender o seu abatedouro de Américo Brasiliense – um dos mais modernos do Brasil, com capacidade de abate de 180 mil aves/dia (BELIK, 2001, p. 80).

4.3 CONTEXTO PRODUTIVO: AVICULTORES

Como foi salientado na metodologia foram entrevistados 02 produtores que fazem parte da cadeia avícola no 2º estágio da pesquisa. Como forma de diferenciá-los e qualificar o entendimento dos seus posicionamentos eles são denominados no corpo do texto como Produtor 1 e Produtor 2.

O Produtor 1, integrador e avicultor, cujo pai era avicultor desde a década de 1980, afirmou que buscou dar continuidade à atividade do pai e conta com a ajuda do filho (3ª geração) para os trabalhos no escritório. Dada sua grande capacidade de alojamento, foi criada uma empresa formalizada com CNPJ, para formalizar a produção. A empresa possui fábrica de ração, caminhões para transporte de ração e aloja semanalmente 37 mil aves. A propriedade da família tem capacidade para alojamento de 30 mil aves e conta com 4 funcionários, enquanto são integradas mais 7 propriedades, com capacidades de alojamento que vão de 26 a 110 mil aves, em galpões de tamanhos e capacidade de alojamento de aves variados. Os galpões menores podem alojar até 9 mil aves e os maiores podem alojar até 50 mil aves. O produtor relatou que aloja média de 15 a 18 animais por m² (metro quadrado), enquanto a média praticada pelos outros produtores é de 12 animais por m². Ele justificou essa diferença alegando que não consegue vender todas as aves do galpão de uma só vez, liberando mais espaço ao realizar as vendas:

Nossa região não obedece a padrão. Cada granja tem um tamanho porque o pessoal aproveita o terreno devido ao nosso relevo. Tem granja de 100 x 14 metros, tem de 170x18. Não tem um padrão certo não. Mas a média de alojamento que a gente aloja é de 15 a 18 animais por m², porque eu começo a tirar eles pequenos e vou tirando conforme a demanda. O pessoal aloja média de 12 aves por m², mas eu começo a tirar pequenos para vender (ENTREVISTA – PRODUTOR 01, 2023).

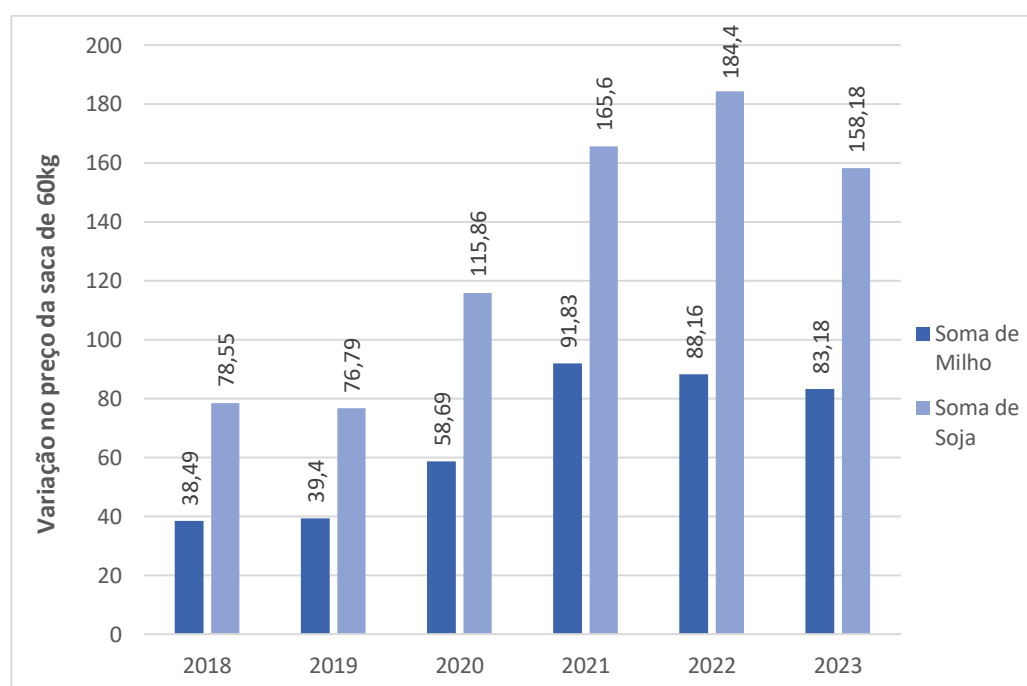
Quando questionado em relação à possibilidade de crédito bancário, o produtor afirmou que buscou os auxílios governamentais, mas não obteve sucesso, fazendo todos os investimentos na empresa com recursos próprios.

Durante a entrevista o Produtor 1 explicou como se dá o processo produtivo. Ele relatou tudo começa com a programação de abate dos abatedouros locais com os quais estabelece contato, afirmando que fornece para praticamente 100% dos abatedouros da cidade. A partir desta informação é possível realizar a compra dos ovos com antecedência de 28 dias. Os ovos são provenientes do estado do Paraná, e são incubados em incubatório local.

A matéria-prima para a produção de ração é proveniente de outros estados, via fretamento do transporte. A empresa tem estrutura para armazenar a matéria-prima por 90 dias. O ideal seria possuir capacidade de armazenamento por 6 meses, mas o custo para construção de silo é alto. Caso a empresa possuísse capacidade de investimento para a construção de novos silos e, consequentemente, ampliação de sua capacidade de armazenamento de matéria-prima, poderia negociar preços melhores e se tornaria competitiva.

Quando começou a operar no setor avícola, o Produtor 1 afirma que o valor para a construção do silo girava em torno de R\$ 70 mil e hoje custa R\$ 500 mil; o custo do milho também vem sofrendo bruscas alterações. Em 2018 a saca de 60kg custava R\$ 35,00; em 2020 custava R\$ 105,00 (2020) e na atualidade custa R\$ 93,00. A Figura 51 apresenta a variação no preço da saca de 60kg do milho e da soja a partir dos indicadores CEPEA/ESALQ¹⁸ no período de 01/2018 a 03/2023.

Figura 51- Variação no preço da saca de 60kg do milho e da soja a partir dos indicadores CEPEA/ESALQ no período de 01/2018 a 03/2023



Fonte: elaboração própria a partir de CEPEA/ESALQ (2023).

¹⁸ Indicador do milho ESALQ/BM&FBOVESPA; indicador da soja CEPEA/ESALQ – PARANÁ.

Os dados apresentados na planilha demonstram que o valor dos insumos básicos para a fabricação da ração para as aves mais que dobraram no intervalo de 6 anos. Esse aumento constante e ininterrupto do valor da saca de soja e da saca do milho tem como consequência o aumento do custo de produção.

Como é demonstrado na tabela abaixo, o custo da ração corresponde a 75% do valor médio para produzir uma ave. Essa realidade tem impacto direto na cadeia avícola, encarecendo o valor do frango e/ou diminuindo a margem de lucro do produtor.

Quando o valor da ração aumenta, os custos para a produção sobem e, consequentemente, o valor médio da ave com idade para abate também aumenta e a consequência imediata desse aumento em cadeia é perda de mercado.

Tabela 8 - Custo médio de produção por ave¹⁹

Custos de Produção	Valor
Pintinho	R\$ 2,45
Custos diversos (gás, cepilho, manutenção, luz, medicação)	R\$ 0,30
Custo carregamento	R\$ 0,10
Ração pré-inicial	R\$ 0,51
Ração inicial	R\$ 2,57
Ração engorda	R\$ 5,47
Total	R\$ 11,40

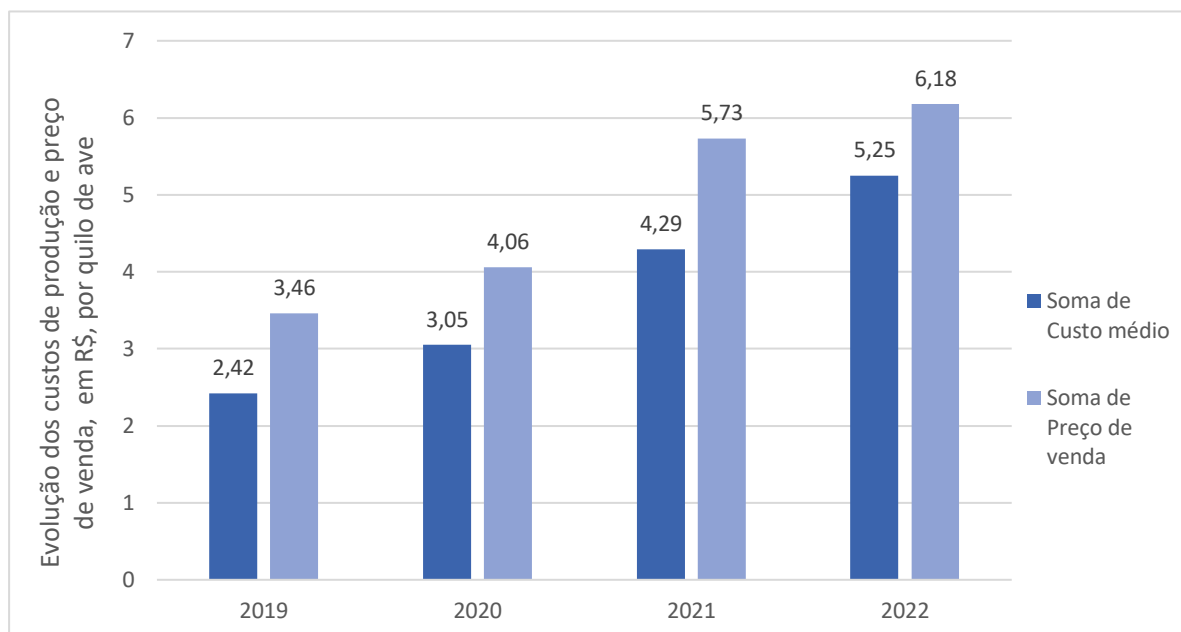
Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (ENTREVISTA – PRODUTOR 01, 2023).

Observando os valores da tabela tem-se o custo de R\$ 11,40. O produtor divide tal custo por 1.9 kg que é o peso médio pago pelo abatedouro, com isso, tem-se o custo de produção de, aproximadamente, R\$ 6,00 por quilo/ave.

A Figura 52 apresenta a evolução dos custos de produção no Município no período de 2019 a 2022, demonstrando o quanto a atividade foi impactada pela inflação dos insumos. Ademais a mesma demonstra o preço médio pago aos produtores pelos abatedouros no mesmo período, onde a margem de lucro do produtor vem sendo reduzida bruscamente. É possível perceber que o custo de produção em 2019 correspondia a aproximadamente 70% do faturamento. Em 2022, os custos para produzir o mesmo produto correspondem a 85% do faturamento do produtor.

¹⁹ Foram considerados como produção aves abatidas com idade média de 36 dias, no ano de 2023.

Figura 52 - Evolução do custo médio de produção (em R\$) do quilo do frango de corte e o preço médio de venda, no Município, no período de 2019 a 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Emater-Rio (2023).

Tal cenário, desencadeado em maiores proporções durante a pandemia, diminui a capacidade do produtor realizar novos investimentos e aumentar sua produção. O parágrafo a seguir está contido no relatório de Relatório de Pequenos e Médios Animais da EMATER-RIO (2022) e corrobora com as informações da figura, demonstrando o impacto dos custos na manutenção da cadeia avícola estadual:

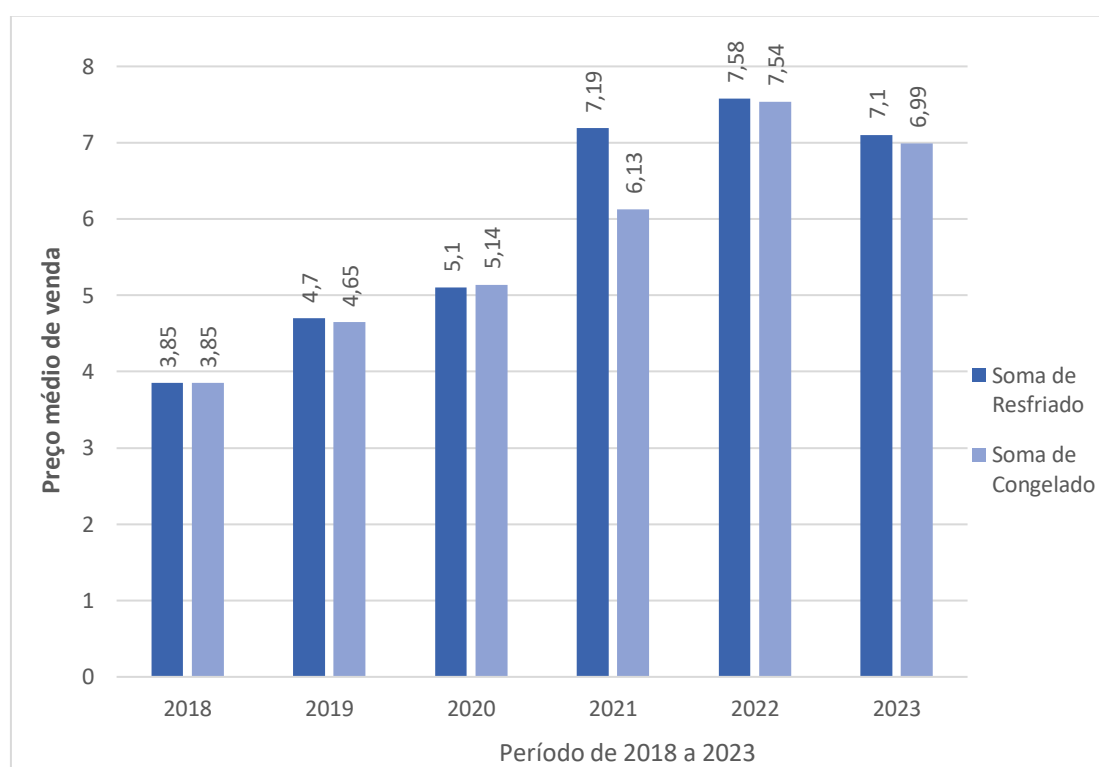
Paty do Alferes informa que a Granja Venturini encerrou suas atividades no RJ deixando de produzir uma estimativa de 3.000 toneladas de carne de aves. O preço dos insumos afetou fortemente a produção de carne de aves apesar do aumento do consumo do produto. Preços altos do milho e soja afetam a produção no RJ. Queda na produção de S.J. do V. do Rio Preto devido ao custo do valor dos insumos. As chuvas do final do ano também atrapalharam na circulação de insumos e no escoamento da produção EMATER-RIO (2022).

Quanto à definição do preço de venda do frango vivo, o produtor informou que por meio de comunicação entre os integradores (não necessariamente via Associação), considerando os custos de produção e os valores do mercado via plataforma Jox (plataforma privada de assessoria agropecuária nacional que apresenta diariamente a oscilação dos valores do mercado) estabelece-se o valor da venda que varia constantemente, mas que não é, obrigatoriamente, praticado por todos.

Contudo, os 6 abatedouros do Município, também organizados de maneira informal, ditam o valor de pagamento final da ave viva. Com base nisso, ocorre o processo de compra e venda da ave onde, mesmo em momentos de inflação do custo de matéria-prima, o produtor não consegue negociar preços compatíveis com sua necessidade para equalizar as despesas e acaba tendo que aceitar o proposto pelos abatedouros, uma vez que não tem outra forma de escoar a produção.

Para fins de compreensão e na ausência dos dados referentes ao estado do Rio de Janeiro, a Figura 53 demonstra o histórico dos preços médios de venda do frango abatido praticados pelos abatedouros no Estado São Paulo²⁰, com distinção do frango resfriado e congelado, no período de 01/2018 a 03/2023:

Figura 53 - Histórico dos preços médios de venda do frango abatido praticados pelos abatedouros no Estado São Paulo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEPEA (2023).

²⁰ Frango inteiro abatido, ntacado, média (R\$/kg) das regiões: Grande São Paulo, São José do Rio Preto e Descalvado.

O Produtor 01 relatou que, no ano de 2023, tem enfrentado problemas na negociação de preços com os abatedouros. Apesar de apresentar seus custos, o preço médio de pagamento por parte dos abatedouros tem se mantido em R\$ 5,00/kg/ave nos últimos meses, e o prazo para pagamento após a entrega da carga para o abate é de até 70 dias. O fato foi justificado pelo excedente de frango congelado que tem chegado ao estado proveniente de outras regiões do país, com valores mais competitivos, longos prazos de validade e produzidos com baixo custo dado que a produção se encontra mais próxima das regiões produtoras das matérias-primas, como Centro-Oeste, sul de Minas Gerais e São Paulo.

Acerca da relação com os integrados, de acordo com o produtor, cabe ao criador integrado cumprir as normas estabelecidas pela empresa referentes ao manejo das aves, organização da granja, limpeza e desinfecção. O manejo das aves obedece a padrões de temperatura, umidade e ventilação na granja, além da oferta de água e alimentação de qualidade, a fim de garantir seu crescimento de forma saudável e alcançar os resultados zootécnicos esperados. Contudo, dado seu curto período de vida e crescimento, falhas no manejo podem comprometer a sanidade do lote e a lucratividade do produtor.

O produtor informou ainda que é responsabilidade do integrado zelar pela sanidade do lote e acionar o responsável técnico da empresa quando observar alguma anormalidade no plantel. Nesse sentido, o produtor informou que a assistência técnica se dá por meio de médico veterinário particular contratado pela empresa.

O Produtor 01 afirmou que todos os integrados recebem o esterco como forma de pagamento. Disse ainda que a comercialização do esterco é responsabilidade do integrado e o valor praticado na região para pagamento é de R\$ 0,25/kg de esterco, que é direcionado para a agricultura.

A fim de compreender e estimar a quantidade de resíduos produzido, o produtor explicou que para se produzir 1 kg de carne é necessário o consumo de 1.6 kg de ração. Deste consumo, cerca de 40% da ração consumida se tornará excremento e, somado a isso, considera-se a adição de 0,5-0,6 kg de material de cama/ave, bem como desperdício de ração sobre a cama, queda de penas, queda de água sobre a cama. Logo, estima-se que cada ave alojada corresponde a 1,6 kg de esterco.

O Produtor 01 relatou também que por conta da busca em oferecer melhores condições de ambiência para as aves, vem sendo feitas melhorias nas granjas, e que na atualidade 80% das instalações já possuem comedouros e bebedouros automáticos. Mesmo com as melhorias realizadas, que torna o trabalho dentro da granja menos braçal, o produtor afirmou que tem grande dificuldade em conseguir mão-de-obra para trabalhar nas granjas.

Seus funcionários são locais, com baixa escolaridade, e com idade média entre 40 e 50 anos. Esses dados apontam que boa parte da população jovem está deixando as áreas rurais e migrando para as áreas urbanas. É uma tendência nacional. Isso pode ser percebido em outra fala do Produtor 01. Durante a entrevista ele manifestou preocupação com o futuro se perguntando se **nos** próximos 10 anos haverá funcionários para trabalhar em suas granjas. Essa reflexão demonstra duas coisas: o produtor percebe que seus funcionários estão chegando a uma idade em que o trabalho braçal já não será possível e que não há perspectiva, pelo menos no curto prazo, de contratação de mão-de-obra mais jovens para substituir os trabalhadores atuais.

Em contrapartida, ele enfatizou que acredita na atividade que começou com seu pai, vê como próspera, que tem o apoio da família e que seu filho que possui ensino superior trabalha com ele na empresa organizando os processos no escritório.

O Produtor 02 representa a terceira geração da família na atividade, atua como responsável técnico das granjas que, diferentemente do Produtor 1, são todas localizadas em 6 propriedades próprias da família, com funcionários registrados. A capacidade de alojamento é de 70 mil aves semanalmente, que são abatidos com idade média de 38 a 40 dias, com peso médio de 2,5 kg e custo médio de produção em torno de R\$ 5,80 por ave (2023). O produtor afirmou que a venda das aves é destinada em 50% para os abatedouros locais e o restante para abatedouros fora da cidade.

Quanto à estrutura, o produtor possui incubatório, fábrica de ração, caminhões para transporte de ração, caminhões graneleiros (para transporte do milho e soja) adquiridos em Minas Gerais e Goiás, e 30 granjas que variam de capacidade de alojamento entre 4 e 30 mil aves, dispersas entre as 6 propriedades. Quanto ao número de funcionários, possui 12 granjeiros com carteira assinada e mais 48 funcionários registrados que atuam nos outros segmentos. O produtor afirmou ainda que a maioria dos seus funcionários trabalha na empresa há mais de 20 anos e possui ensino fundamental incompleto.

O Produtor 02 manifestou preocupação com a mão-de-obra e informou que foram feitos muitos investimentos nos últimos anos para tornar as granjas mais fáceis de manipulação, de maneira a tornar menos árduo o trabalho e garantir a mão-de-obra. Citou como exemplos de melhoria a troca de bebedouros e comedouros manuais, por bebedouros e comedouros automáticos; e a instalação de controladores automáticos de umidade e ventilação. Outrossim, informou que dentre as melhorias foram feitos investimentos em telas para tornar as granjas mais seguras, impedindo o acesso de aves migratórias, reforçando-se a questão da

biosseguridade. Declarou ainda que todas as granjas são registradas junto à Defesa Agropecuária Estadual, e estão em conformidade com a legislação vigente²¹.

O produtor está otimista com os negócios, reconhece que a cadeia avícola está passando por um momento de crise, mas acredita no potencial da avicultura e espera que os filhos deem segmento na atividade quando se tornarem adultos.

Ao analisar as fala dos dois produtores entrevistados é possível identificar que se diferem no sentido de que o Produtor 01, por não ter estrutura para dominar todos os elos da cadeia está muito mais fragilizado que o Produtor 02. A ausência de infraestrutura para incubação dos ovos, ausência de caminhões para buscar a própria matéria-prima, silos de baixa capacidade de armazenamento, a necessidade de galpões de terceiros para conduzir sua produção, fazem com que o Produtor 01 sofra os impactos das oscilações do mercado e tenha mais interferências econômicas na produção, fazendo-o demonstrar sérias preocupações com o futuro de sua atividade.

Enquanto isso, o Produtor 02 aloja em granjas próprias o dobro da quantidade do Produtor 01, possui estrutura para incubação, tem caminhões que se deslocam para buscar a própria matéria-prima, possui diversas propriedades operadas por funcionários próprios, é ele mesmo o responsável técnico de toda produção, o que lhe permite reconhecer os aspectos sanitários de cada lote prontamente. Ademais, a mesma conseguiu estabelecer contato com outros abatedouros, logo, atingiu outros mercados como forma de escoar a produção. Estes fatores agregados, lhe dão maior competitividade para produzir e planejar sua produção, o que torna possível perceber que está mais otimista e mostra maior resiliência para permanecer na atividade que o Produtor 01.

Essa realidade demonstra, mais uma vez, a necessidade da intervenção do estado através da criação de políticas públicas capazes de minimizar essas diferenças ligadas à capacidade de investimento, garantia de autonomia e poder de barganha por preços melhores, ampliando a margem de lucro e garantindo a sustentabilidade da produção agropecuária dos pequenos produtores.

²¹ Instrução Normativa nº 56 de 4 de dezembro de 2007, que dispõem dos procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução, comerciais e de ensino ou pesquisa. Instrução Normativa nº 8, de 17 de fevereiro de 2017, que define o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas, para os estabelecimentos avícolas considerados de maior susceptibilidade à introdução e disseminação de agentes patogênicos no plantel avícola nacional e para estabelecimentos avícolas que exerçam atividades que necessitam de maior rigor sanitário (BRASIL, 2020).

4.4 (IN) EXISTÊNCIA DA COOPERAÇÃO: ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE AVICULTURA E SUINOCULTURA

De acordo com Presidente da Associação Fluminense de Avicultura e Suinocultura, toda a avicultura do estado explora o frango resfriado, uma condição encontrada apenas no Rio de Janeiro. Apesar disso, esta produção é tímida e atinge pouco mais de 12% do *market share*, o que é justificado pelos elevados custos de produção.

A competitividade se expressa na participação no mercado (*market-share*) alcançada por uma empresa ou um conjunto delas [...]. Já para os que associam competitividade a eficiência, seus indicadores devem ser buscados em coeficientes técnicos (de insumo-produto ou outros) ou na produtividade dos fatores, comparados às *best-practices* verificadas na indústria (FERRAZ *et al.*, 1993, p.4).

O Presidente da Associação citou a produção avícola do estado do Paraná como em posição logística favorável ao longo de décadas e com custos mais baixos de produção quando comparado com São José do Vale do Rio Preto. Contudo, ele relatou que devido ao crescimento constante da produção, que coloca o Brasil como maior exportador de aves do mundo, e produção nacional de 6,11 bilhões de frangos em 2022, os estados não estão conseguindo manter seu próprio abastecimento, sendo necessário importar matéria-prima de outros estados. Ao dizer isso, o presidente informou que esta nova tendência do mercado tem equalizado os custos de produção entre o Município e a região sul do país.

Em consonância com esse discurso, tem-se em Belik (2020) que as regiões Sul e Sudeste concentravam o maior número de abatedouros, mas o Centro-Oeste se tornou mais viável para instalação desse tipo de empresa devido à oferta regional de grãos (milho ou soja, insumo essencial à produção). O autor afirma ainda que não há grandes discrepâncias tecnológicas entre as regiões.

Essa fala reforça a necessidade da criação de políticas públicas, via governo do estado e prefeitura de São José do Vale do Rio Preto, capazes de fomentar o crescimento sustentável da cadeia avícola municipal sob pena de perda de competitividade e consequentemente da geração de emprego e renda.

O Presidente da Associação informou que em relação ao alojamento das aves no Município, este se dá em média de 600 mil aves semanalmente, e o custo médio em torno de R\$ 5,80. Ele disse que é característico na cidade o padrão de integração, com o integrador garantindo a entrega dos pintinhos, alimentação, cepilho, medicamentos, mão-de-obra e assistência técnica; enquanto o integrado fornece a estrutura da granja, água e energia. O

pagamento preconizado é por meio do esterco que é vendido pelo integrado para ser seu pró-labore e cobrir as despesas para manutenção estrutural. Outro modelo também destacado pelo Presidente é o arrendamento de propriedades, onde explicou que neste caso o integrador se torna responsável pela manutenção das instalações e em disponibilizar mão-de-obra para conduzir a produção.

Quando questionado quanto ao estado de sanidade dos lotes, o Presidente da Associação afirmou que os desafios sanitários estão controlados, já que os pintinhos vêm vacinados dos incubatórios e informou que as boas práticas de manejo e produção acompanham o padrão nacional, haja vista que os avicultores vêm procurando se profissionalizar mais a cada ano, reformando instalações, automatizando e registrando as granjas junto à Defesa Agropecuária Estadual. Ressaltou ainda o fato de a mão-de-obra no campo ser um fator alarmante, estando escassa no campo.

No que tange à comercialização, o Presidente da Associação disse que os produtores locais realizam compras individuais de insumos e as formas de pagamento dos abatedouros são diversas, onde algumas empresas estão levando até 70 dias para pagar o avicultor, o que fragiliza o mercado e distribuição de renda. Questionado em relação à formação de cooperativas, o presidente vê com bons olhos e reconhece sua importância para o crescimento da produção e alcance de novos mercados.

De acordo com o Presidente da Associação, apesar das dificuldades encontradas, a avicultura valeriopretana vem apresentando crescimento lento apesar dos prejuízos percebidos em vista da retração do consumo, altos preços de matéria-prima acima da inflação nos últimos 4 anos e exportação estável, com maior oferta de produto que a demanda do mercado. Neste cenário, ele não vislumbra expectativa de crescimento da avicultura no Município em curto espaço de tempo.

Dado o exposto, não foi mencionado em nenhum momento ações que a Associação está realizando ou que vai realizar para melhorar a situação do produtor. À vista disso, a Associação não cumpre sua função social, pois não defende os interesses dos produtores. Por conseguinte, sem o apoio de entidades de classes e de representantes eleitos para representá-los junto ao poder público os produtores não têm lugar de fala na cadeia avícola, mesmo sendo a base que a sustenta.

4.5 CONTROLE DO COMEÇO AO FIM: ABATEDOURO

O empresário proprietário do Abatedouro 1, informou que o abate diário (segunda a sexta-feira) neste estabelecimento é de 50 mil aves, provenientes de 3 fornecedores fixos. Disse que é feita uma programação com o avicultor (produtor independente ou integrador) com 60 dias de antecedência para estimar o peso final desejado das aves a serem abatidas e a quantidade a ser alojada.

O proprietário informou que a previsão feita com tamanha antecedência está sujeita às flutuações do mercado, sendo assim, foi ressaltado pelo mesmo que vale a experiência do produtor neste momento para estimar se é necessário alojar mais ou a menos aves, dado o histórico de vendas por período. No entanto, apenas o previsto será adquirido pelo abatedouro, sendo risco do produtor optar por aumentar a oferta.

De acordo com o proprietário, o abatedouro emprega 120 funcionários diretos, consideradas aqui as diversas áreas da operação como escritório, plataforma de abate, graxaria²², vendedores e caminhoneiros. Informou que a fiscalização é realizada pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e o mesmo possui as licenças de operação e ambientais concedidas pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente). No que tange à destinação dos resíduos disse que no passado este era um problema sanitário enfrentado no Município, mas que hoje é totalmente vendido para empresas que os processam e os utilizam, normalmente, para a produção de ração para *pets*, o que traz retorno financeiro para os abatedouros.

Quanto ao mercado consumidor, o proprietário do Abatedouro 01 informou que cerca de 80% da produção de aves é destinada para o mercado de assadeiras e é escoada para todo o estado do Rio de Janeiro – em maior quantidade para o grande Rio e baixada fluminense.

A falta de mão-de-obra foi citada pelo proprietário como um dos maiores desafios da indústria, devido à rotatividade dos funcionários que na fala dele *“já entram pensando em sair. vêem o abatedouro como trabalho temporário, não para fazer carreira”*. Este também citou outros problemas referentes ao aumento do custo de produção, como: alto custo com eletricidade, alto custo com logística para apanha das aves nas granjas – muitas são construídas em localidades inapropriadas e geram muita despesa com manutenção nos caminhões – e concorrência informal.

Aqui é necessário fazer uma reflexão sobre concorrência informal. Na região existem muitos vendedores ambulantes que, sem qualquer registro ou emissão de notas fiscais, vendem

²² A graxaria é a atividade de coleta e reciclagem dos restos de animais gerados pelos abatedouros, açougues e frigoríficos, especialmente de animais como bois e aves (ABRA, 2020).

irregularmente carne de frango no “*porta a porta*”. O preço praticado por esses vendedores é muito abaixo dos praticados pelos abatedouros. Isso acontece porque os vendedores não possuem custo de plataforma e não pagam diversos tributos, como a indústria.

A concorrência desleal é um problema a ser combatido, entretanto, a reflexão a ser feita é mais profunda e complexa porque parte da seguinte premissa: se há vendedores ambulantes há produção de frangos que não passa por fiscalização dos órgãos que deveriam fiscalizar a produção e os aspectos sanitários ligados à produção de aves, desde o incubatório até ao abate, passando pela dispensa do esterco e das entranhas das aves que são abatidas.

Essa realidade é negligenciada pelos órgãos estatais, entretanto, é necessária a ação do Estado para coibir essa prática que, além de trazer impactos econômicos para a economia formal, ainda pode estar colocando em risco a saúde da população do Município.

Nesse sentido cabe ainda outra reflexão referente à importância da identificação dos consumidores com os produtos e marcas locais. É necessário construir uma relação duradoura, estável e positiva entre produtores e consumidores, pois a fidelidade dos consumidores cumpre funções de proteção dos fabricantes locais contra práticas predatórias de produtores externos, ou simplesmente dando-lhes, “pela inércia das decisões dos consumidores, tempo suficiente para eventualmente reagirem ao lançamento de novos produtos ou a mudanças nas condições de produção que alterem de forma significativa os custos e os preços dos produtos” (FERRAZ *et al.*, 1993, p. 93).

Quando perguntado sobre a criação de uma cooperativa, o proprietário do Abatedouro 01 afirmou que ela seria um ganho para a indústria local, pois entende que a quantidade de aves abatida diariamente por todos os abatedouros do Município – em torno de 350 mil aves/dia – é inferior ao abate de uma grande empresa. Para ele, um grande abatedouro tem capacidade de diluir os custos de produção e despesas com vendas, e dessa forma ter maior lucro. Ele afirmou ainda que a logística da indústria seria facilitada e economicamente mais viável quando operada via cooperativa, uma vez que os abatedouros locais “*se acostumaram a fazer as mesmas rotas, e competem pelos mesmos clientes no Rio de Janeiro*”, disse. Por fim, afirmou que neste modelo, via cooperativa, seria possível a produção da cidade alcançar novos mercados.

Questionado sobre suas motivações para permanecer na atividade, o empresário alegou estar muito desanimado por ver a falta de integração, organização e individualismo dos outros empresários, que trabalham de forma (des)integrada, o que pode levar todos à insolvência. Além disso, a retração do mercado e a diminuição das vendas em decorrência da estagnação das exportações, com grande oferta de frangos congelados vindo de outros estados, com preços

abaixo dos possíveis de serem praticados pelos produtores do Município, torna muito preocupante o futuro da avicultura valeriopretana.

4.6 ANÁLISE IRAMUTEQ

O material textual obtido por meio das entrevistas foi transcrito em um documento de texto. Posteriormente, foi organizado em um *corpus*²³ e submetido a diferentes tipos de análise com o auxílio do programa informático IRAMUTEQ versão 0.6 (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud. Este programa é de acesso gratuito e permite diferentes tipos de análise de dados textuais, como: cálculo de frequência de palavras; análises multivariadas como CHD; nuvem de palavras, análise fatorial de correspondência e análise de similitude (CAMARGO, JUSTO, 2013).

Neste trabalho foi realizada a análise de similitude, que permite representar graficamente a estrutura de um *corpus* e distinguir as partes comuns e específicas das variáveis codificadas. O objetivo desta análise é identificar como foi realizada a construção do discurso que compõe o *corpus* textual, identificando a estrutura base que relaciona as formas assim como, os temas por grau de relevância que conectam as partes importantes que caracterizam os textos contidos na base de dados. E ainda a nuvem de palavras, que possibilita identificar graficamente os elementos principais do *corpus*, sendo que quanto maior a palavra e mais central a palavra, maior a sua frequência no *corpus* (CAMARGO, JUSTO, 2013).

A Figura 54, apresenta uma representação gráfica que mostra as relações entre as palavras e suas coocorrências. Foram selecionadas palavras que apresentaram frequência acima de 5 nas entrevistas (Apêndice F, p. 141). Pode-se verificar que o elemento frango aparece como central e apresenta uma forte conexão com o elemento abatedouro, empresa, custo e produção, indicando a forma que os participantes relacionam as palavras evocadas com o termo frango. Cada cor na Figura 54 representa um grupo diferente.

Dessa forma, percebe-se que, a partir da palavra frango como principal, tem-se o grupo de palavras que se associam à produção, sendo aquelas que permitem que a operação ocorra, tais como: funcionário, energia, granjeiro, ovo e inspeção.

²³ Corpus textual é um conjunto de textos adotados pelo usuário para construir o banco de dados utilizado pela maioria dos métodos disponíveis no Iramuteq. O corpus se assemelha a uma amostra, porém na sua construção o pesquisador interfere nos textos para que sua estrutura possa ser entendida corretamente pelo software e o resultado esteja em conformidade com as questões para o qual o banco foi criado.

No que diz respeito ao produto, observa-se a frequência e aproximação com palavras como fresco, qualidade, Município, prefeitura, econômico e logística, frequentemente citados pelos entrevistados.

Este ainda mantém profunda relação com os aspectos sanitários, legislação, onde o manejo adequado garante a qualidade do produto. Neste grupo de palavras, ainda foi relacionada a palavra financiamento, que é fundamental para garantir ao produtor recursos para investir na produção.

Nota-se que além da venda do produto frango, o programa de análise pode identificar a venda do produto esterco foi relevante dentro da frequência observada nas entrevistas.

Quanto ao grupo de palavras referentes aos desafios, tem-se os relacionados a mão-de-obra e à biossegurança.

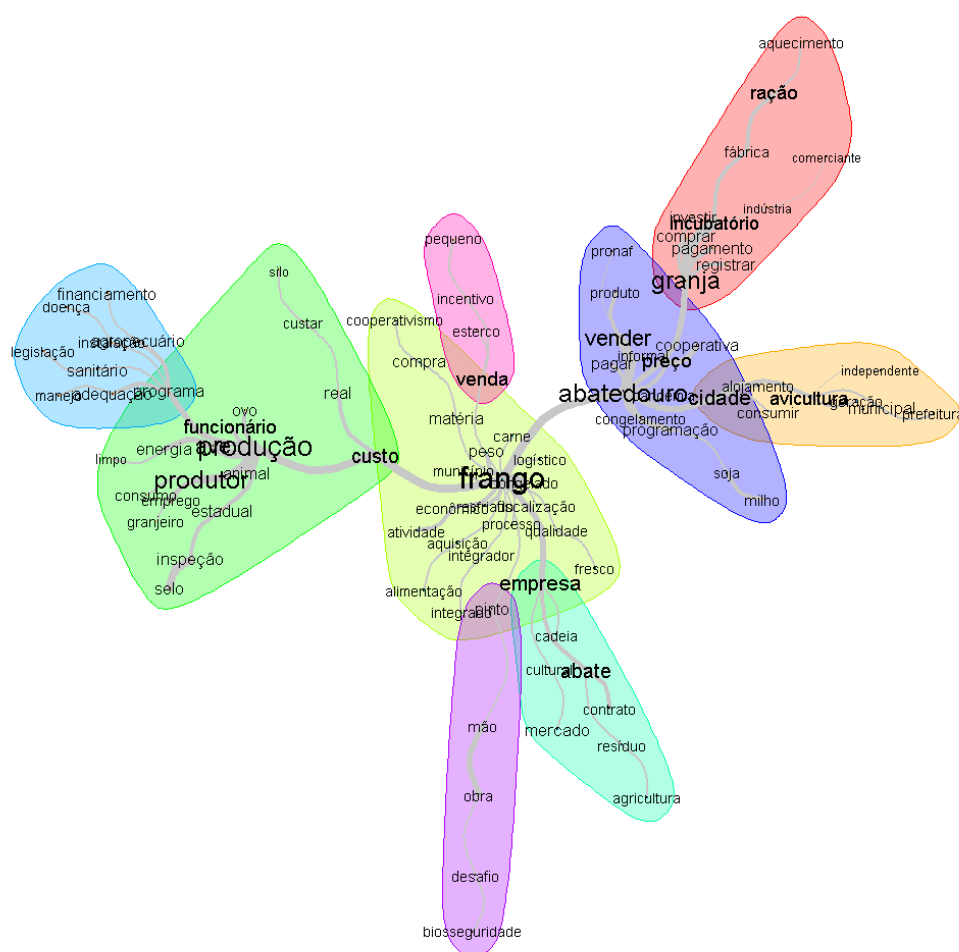
Apesar de sua estrutura familiar, para efeitos de comercialização, os produtores constituem empresas que, a partir da análise se relacionam com a palavra abate. A partir das entrevistas realizadas é possível observar a palavra contrato (ausente nas relações entre produtor e abatedouro). Ademais, o resíduo também foi um tema ressaltado, uma vez que os resíduos da avicultura são importantes para o desenvolvimento da agricultura, enquanto os resíduos da graxaria dos abatedouros são direcionados a outras indústrias e fábricas de ração.

Outro grupo de palavras revelou as relações de compra e venda, operação dos abatedouros, venda de produtos frescos (dada ausência de túnel de congelamento na região). Além disso, a palavra programação é a referenciada pelo grupo de entrevistados “avicultores”, onde é a programação do abatedouro que dita como (qual peso e idade) e o quanto estes devem produzir.

As palavras que manifestam proximidade à produção são aquelas que permitem que a mesma aconteça em campo, como fábrica, ração, aquecimento, incubatório e registrar (referente ao registro junto aos órgãos oficiais).

Não obstante, quanto ao poder público, as palavras mais citadas e que se organizaram de maneira a formar um grupo distinto foram municipal, prefeitura e independente.

Figura 54 - Gráfico da similitude a partir do *software* Iramuteq



Fonte: Elaboração própria a partir de Iramuteq (2023).

A Figura 55 representa a nuvem de palavras referente ao *corpus* “avicultura” analisado. Nota-se na figura que as palavras são posicionadas aleatoriamente de tal forma que as palavras mais frequentes aparecem maiores que as outras, demonstrando, assim, seu destaque no *corpus* de análise da pesquisa.

A palavra frango (n=26) aparece como a mais frequente no *corpus*, seguida de abatedouro (n=20), produção (n=21), produtor (n=17), ave (n=18) e granja (n=16). Observa-se também a referência aos custos, funcionários, energia, ração e preço como relevantes dentro da análise, já que são intrínsecos à atividade agropecuária. Outros ainda ligados ao mercado, ao poder municipal e estadual também são visualmente relevantes, em função do papel de poder fiscal e executivo que detêm.

Mediante o exposto, a partir da análise da revisão bibliográfica e entrevistas realizadas referentes ao cenário em que se estabelece a cadeia avícola valeriopretana, tem-se a construção do Quadro 2 de acordo com a proposta metodológica deste estudo:

Quadro 2 - Análise S.W.O.T. da cadeia avícola valeriopretana

Ambiente Interno	
Forças (S)	Fraquezas (W)
Proximidade do centro consumidor do RJ Alta qualidade do produto Estrutura de integração consolidada Capital próprio para investimento Tradição (conhecimento disseminado) Elevado histórico de consumo regional Domínio das práticas de biossegurança Controle de doenças Investimentos em infraestrutura e tecnologia	Aumento dos custos dos insumos Falta de mão-de-obra especializada Baixa qualificação técnica do produtor Grande distância dos insumos Ausência de <i>marketing</i> do produto regional Ausência de práticas associativistas entre os agentes da cadeia Dificuldade de acesso a crédito para investimento
Ambiente Externo	
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
Crescente demanda pelo produto Criação de um selo de qualidade da região Acesso facilitado aos programas creditícios Incentivo ao turismo rural na região Diversificação do produto Criação de cooperativa Extensão Universitária Implantação de cursos de qualificação	Relevo acidentado Alto índice pluviométrico Tensão elétrica inconstante Vendas clandestinas Ausência de reparos nas estradas Redução da disponibilidade de mão-de-obra Entrada de novos agentes no mercado para o desenvolvimento do setor

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2023).

Os pontos fortes da análise expressam o domínio da produção pelos atores da cadeia avícola e demonstram a facilidade do escoamento do produto dada adjacência com o mercado consumidor das proximidades da capital. O conhecimento adquirido ao longo dos anos, como pioneiros e destaque na produção, deixa claro o quanto a cadeia está consolidada, seja em relação às instalações físicas de alto padrão quanto em resultados técnicos satisfatórios, e o quanto foram desenvolvidas práticas de biosseguridade funcionais, que mitigam o aparecimento de doenças e tornam a produção segura sob aspecto sanitário. Apesar das dificuldades encontradas e instabilidades do mercado econômico, a capacidade ainda preservada de realização de investimento próprio permitiu que a cadeia investisse em tecnologia e infraestrutura, mantendo modelo de produção semelhante aos grandes polos produtivos do país, mantendo-se anualmente em destaque na produção estadual e fornecendo produtos de alta

qualidade para o consumidor. Nesse sentido, é possível compreender a existência de potencial para o crescimento e ampliação da atividade.

Dito isto, em oposição, os pontos fracos podem ser analisados, prioritariamente, a partir da ausência de ambiente associativista na região. Tal cenário faz com que os entes da cadeia sejam vistos, pelos próprios pares do segmento, como concorrentes e inclinados a trabalhar de forma desarticulada, com baixa comunicação e sem planejamento do futuro da cadeia. Os reflexos dessa postura se dão em elevados custos de produção, mediante a compras e vendas individualizadas, alta concorrência e baixa competitividade no mercado.

A competitividade deve ser entendida como a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado [...] O sucesso competitivo passa, assim, a depender da criação e renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo onde cada produtor se esforça por obter peculiaridades que o distingam favoravelmente dos demais, como, por exemplo, custo e/ou preço mais baixo, melhor qualidade, menor lead-time, maior habilidade de servir à clientela, etc. (FERRAZ *et al.*, 1993, p. 4).

A mão-de-obra pouco qualificada e a falta de instrução técnica por parte dos integradores e integrados impedem o alcance de melhores resultados zootécnicos, de maneira a influenciar diretamente nos lucros do produtor, já que podem ser perdidos dada a falta de boas práticas de manejo. Além disso, de acordo com Ferraz *et al.* (1993) as organizações que querem atingir o patamar de desenvolvimento moderno - em termos de qualidade e abrangência - não podem estar alheias às tarefas e exigências da educação, “pois a educação só cumpre a sua finalidade social quando se torna um objetivo social envolvente, a cuja tarefas todos os atores sociais aderem” (FERRAZ *et al.*, 1993, p. 95).

Fazendo uma análise macro da produção de aves no Brasil, é possível afirmar que o preço da ração é o maior custo dentro da estrutura do processo produtivo, contudo, compreende-se que para a cadeia valeriopretana este fator é ainda mais relevante, pois a distância dos centros produtivos de insumos tornam-a mais onerosa que outros estados, considerando os custos referentes ao frete ou manutenção dos veículos de transporte.

A dificuldade do acesso a crédito é tida como uma fraqueza a novos investimentos que constantemente são demandados ao produtor, uma vez que a cadeia está passando por grandes transformações, desde melhoramento genético das aves, até granjas da mais elevada tecnologia. Para tanto, o produtor precisa ter acesso a crédito para manter-se investimento e acompanhando o desenvolvimento da avicultura.

A ausência de *marketing* sobre o produto local também é uma fraqueza da cadeia. É necessário estimular o consumo e promover o engajamento da população com a atividade, reconhecendo sua influência na construção do território e papel histórico decisivo para constituição do Município. Além disso, é necessário demonstrar para a sociedade que a cadeia avícola é a principal fonte de geração de emprego e renda na região e que qualquer impacto negativo no processo produtivo de aves pode desregular a economia regional e local gerando problemas sociais, como o desemprego.

São muitas as oportunidades encontradas para o desenvolvimento da cadeia, tais como as crescentes taxas de consumo, partindo do pressuposto do baixo preço comparado à carne vermelha e o maior engajamento do público com a saúde e qualidade de vida, sendo a proteína do frango eleita preferencialmente por suas propriedades nutricionais (OLIVEIRA, 2014).

O turismo rural vem sendo intensificado na região serrana, o que pode favorecer os produtores de frangos de corte, sendo uma oportunidade a ser desenvolvida nas propriedades, com vistas à recepção de turistas e apresentação da realidade do campo (NATAL, 2005). Neste sentido, o selo de qualidade da região pode ser desenvolvido com o objetivo de enaltecer o produto e a qualidade do frango da cidade, como produto especial regional. A possibilidade do desenvolvimento produtos diversificados, como orgânicos, para atender novos mercados em ascensão também pode ser uma oportunidade para o avicultor.

Uma outra oportunidade que pode ser aventada é a criação de curso de qualificação profissional, a partir de políticas públicas pontuais, com uma perspectiva holísticas, para os profissionais dos diferentes segmentos da cadeia, de maneira a inteirá-los sobre a importância da gestão da cadeia (gestão financeira, de produção e sanitária), de boas práticas de produção e bem-estar animal. As universidades podem firmar convênios com a Prefeitura a fim de participar do desenvolvimento de projetos de formação, pesquisa e desenvolvimento da cadeia. O convênio realizado com esse objetivo proporcionará ganhos para os produtores, pois terão acompanhamento qualificado dos processos, e ao mesmo tempo proporcionará as universidades a oportunidade de colocar em prática o tripé que sustenta sua existência: ensino, pesquisa e extensão.

A análise das ameaças aponta, do ponto de vista ambiental, para o relevo acidentado da região, que contribui para tornar alto o investimento na construção das granjas. A localização da granja também impacta na logística de entrega de pintinhos, ração e apanha das aves, sendo o acesso dificultado devido o território montanhoso. A inconstância da eletricidade na região traz grandes prejuízos à cadeia, como a queima de componentes elétricos de galpões, fábricas

e indústrias, além das chuvas constantes que corroboram para a degradação das estradas que escoam a produção (TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 2023).

O déficit no número de fiscais compromete o controle da produção de aves de forma legalizada. Essa realidade tem impacto relevante no valor final do franco e nos ganhos do produtor porque cria um ambiente propício para o surgimento de um mercado clandestino de produção e venda de aves. Por terem preços mais atrativos, porque não seguem os padrões sanitários determinados pela vigilância sanitária e por não pagarem tributos, essa produção clandestina têm alcançado clientes potenciais dos abatedouros locais, desestruturando a cadeia legalizada e quebrando o avicultor valeriopretano.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente tópico tem por objetivo tecer algumas breves considerações sobre os objetivos e a hipótese da presente pesquisa. Contudo, as conclusões aqui apresentadas se restringem aos casos neste período estudados, e, portanto, não são generalizáveis. Os resultados obtidos com a pesquisa podem vir a contribuir para discussões mais abrangentes sobre o impacto da produção agropecuária sobre o desenvolvimento de pequenos municípios.

A maioria das considerações aqui firmadas, já foram pontuadas e discutidas ao longo do trabalho, apesar disso, considera-se importante elencar algumas ponderações particulares ao estudo. De forma a resgatar a hipótese inicial do estudo, de que a cadeia avícola de São José do Vale do Rio Preto possui grande relevância para a economia local e que, no entanto, como a pesquisa demonstrou, não existem políticas públicas efetivas para a garantia e segurança de seu desenvolvimento sustentável.

Como objetivo específico foi apontada a necessidade de caracterização da cadeia produtiva da avicultura de São José do Vale do Rio Preto. À vista disso, o estudo retrata como fator de força, a estrutura de integração consolidada; como fraqueza, observa-se a ausência associativismo entre todos os agentes da cadeia; uma oportunidade a ser explorada pelos avicultores e abatedouros, é a constituição de uma cooperativa, de maneira a ampliar o alcance de mercado e minimizar o impacto de vendas clandestinas; enquanto ameaça ao setor, observa-se a ausência de políticas públicas efetivas e acesso a programas de créditos que garantam seu desenvolvimento.

Somado a isso, a pesquisa tentou avaliar o impacto econômico da avicultura no PIB e IDH do Município, porém, a inexistência e/ou inconsistência nos dados encontrados impossibilitaram análises mais complexas do cenário encontrado. Diante desse panorama, não foi possível mensurar a capacidade de transferência de benefícios e retorno social da atividade para a população regional. Entretanto, ao cruzar alguns indicadores, é possível afirmar que os dados econômicos existentes sobre o município de São José do Rio Preto são contraditórios.

Segundo dados oficiais, 91% das receitas municipais são provenientes de transferências do Estado, da União e receita dos *royalties* do petróleo. No entanto, os dados oficiais não

conseguem mensurar o impacto da avicultura sobre o desenvolvimento econômico local. Os mesmos dados oficiais apontam que o setor de comércio, o setor de serviços e a administração pública são os principais empregadores e geradores de renda no município. De acordo com as mesmas fontes, o setor agropecuário geraria apenas 13% das vagas ocupadas em empregos formais.

A análise desses dados demonstra o descontrole estatal sobre as informações referentes às receitas do município de São José do Rio Preto, que é o maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro.

Quanto à existência de políticas públicas municipais e estaduais, a pesquisa retrata que, até o momento, não existem programas de real impacto em prol do desenvolvimento da atividade a longo prazo.

Paralelamente, sobre o aspecto de formação social da cidade, a pesquisa ressaltou como se deu a estruturação da economia política regional. De acordo com o breve histórico apresentado, foi possível observar que, conforme ocorreu em diversas outras regiões, a formação do núcleo urbano do atual município de São José do Vale do Rio Preto se deu em diferentes etapas, marcadas por distintos interesses e disputas de poder.

No entanto, os aspectos sociais e econômicos não foram planejados para as transições políticas a fim de garantir a identidade do território, haja vista as diversas alterações de nomenclatura que ocorreram. Além disso, após a crise de 29, altas taxas de desemprego e miséria recaíram sobre a região, e não houve política pública efetiva para auxiliar a população a buscar alternativas para se desenvolver.

Por consequência, a história da avicultura foi guiada pela iniciativa privada, cuja pujança a tornou referência na América do Sul. Contudo, sem o devido planejamento e apoio governamental, entrou em crise e trouxe prejuízos abissais aos produtores. Neste marco, vale a discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico, uma vez que os novos aspectos socioculturais trazidos com a modernidade e com a cadeia da avicultura, alteraram o padrão “arcaico” do modo de vida daquela comunidade, que passou a expressar um único padrão de agir e operar.

A cadeia produtiva da avicultura tem passado por significativas mudanças a partir dos anos 90, onde observou-se a transição do arranjo produtivo existente, que foi marcado pela expressiva produção de ovos para a avicultura de corte, que permanece até os dias atuais. Buscou-se nesta análise compreender a importância da avicultura para o Município de São José do Vale do Rio Preto, partindo da premissa de que é considerado o maior produtor de frangos do estado do Rio de Janeiro.

É notável a existência da cadeia como espinha dorsal da economia do Município, a qual é geradora de emprego e renda, mas verificou-se a negligência do papel do poder público local, o qual deveria ser o promotor de seu desenvolvimento.

Por fim, em função do não reconhecimento de sua importância pelo estado e, principalmente, pela prefeitura, é possível no médio prazo que a cadeia não seja capaz de enfrentar cenários de crise, retração de mercado e surgimento de novos entrantes. A ocorrência deste cenário pode culminar em abalos econômicos ao setor, desemprego sistêmico na região, que trará consigo diversos problemas sociais, como a migração campo cidade, áreas de ocupação irregular, aumento de violência, entre outros. A pesquisa aponta, sendo assim, que se faz necessário políticas que explorem o caráter identitário do território para empoderamento social, a fim de dar continuidade à atividade e ampliar a produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS BRASIL. **Faixas De Desenvolvimento Humano**. 2022. Disponível Em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acesso em: 06 de jan. 2023.
- ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual 2022**. Disponível em: <<https://abpa-br.org/quem-somos/abpa-relatorio-anual/>> Acesso em: 07 mar. 2023.
- _____. **Relatório Anual 2021**. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2021/04/ABPA_Relatorio_Anual_2021_web.pdf> Acesso em: 06 jun. 2021.
- ABRA, Associação Brasileira de Reciclagem Animal. **Cadeia produtiva da indústria de rendering no Brasil** 2020. Disponível em: <<https://abra.ind.br/abra/wp-content/uploads/2020/07/Estudo-Cadeia-Produtiva.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- AFAS. **Estimativa do número de produtores, rebanho, produção e valor da produção em pequenos e médios animais** – Dados do ano de 2022. [comunicação pessoal]. 2022.
- ALENTEJANO, P. R. R. A evolução do espaço agrário Fluminense. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13501>>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- ALERJ. **LEI Nº 8096 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/71c273e1cfb733548325830c005f3373?OpenDocument&ExpandSection=-6%2C-5#_Section6> Acesso em: 06 jun. 2021.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 33-55. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/files/2016/01/Desenvolvimento-Rural-Sustent%C3%A1vel-jalcione.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2021.
- AVELAR, Paulo Ricardo de. **Crescimento econômico e saúde**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2011/08/Aula-7-ecoufjf.pdf> Acesso em: 10 fev. 2023.
- BACHA, Carlos José Caetano; DANELON, Leonardo; Filho, Egmar Del Bel. **Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil - período de 1985 a 2003**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, n. 26, maio 2005. Disponível em: <http://cepeac.upf.br/download/rev_n26_2006_art2.pdf> Acesso em: 05 mar. 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento em 2008**. Visão geral. Washington: Banco Muncial, 2008. Disponível em:

<<https://documents1.worldbank.org/curated/en/197831468328557951/pdf/414560Portuguese10Box334057B01PUBLIC1.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2023.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.

BELIK, Walter. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. 2001. 143. f Tese (livre docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/Muito_alem_da_porteira_Mudancas_nas_formas_de_coordenação_da_cadeia_agroalimentar_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

_____, Walter. **Estudo sobre a Cadeia de Alimentos**. 2010. Disponível em: <<https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2023/03/BELIK-Walter-Estudo-sobre-a-Cadeia-de-Alimentos.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2023.

_____, Walter. **Desenvolvimento Territorial e Soberania Alimentar**. In: FIHO, Niemeyer Almeida; RAMOS, Pedro (org.). Segurança Alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas: Alínea, 2010. p. 169-192.

BRASIL, **Registro e medidas de biosseguridade e de gestão de risco**. Ministério da Agricultura e Pecuária. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pnsa/legislacoes>> Acesso em 12 nov. 2022.

_____. **Portaria nº 210 de 10 de novembro de 1998**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/arquivos/Portaria2101998.pdf/view>> Acesso em 12 nov. 2022.

_____. **Manual de orientações sobre constituição de serviço de inspeção municipal (SIM)**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2013. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/MANUAL%20-%20SIM%20-%20Servico%20de%20Inspecao%20Municipal.pdf>> Acesso em 04 fev. 2023.

_____. **Agricultura Familiar**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em 02 jan. 2021.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 07 jan. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. EESP/FGV 157. 2006. Versão de 31 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2023.

BORGES, Marcio Silva. **Balde Cheio e Proyecto Lechero: fragilidades e potencialidades de políticas inclusivas e inovadoras para os pequenos produtores de leite**. 2014. 179 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de

Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2014. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2898/2/2014%20-%20Marcio%20Silva%20Borges.pdf>> Acesso em: 05 de mai de 2021.

BOSC, P-M.; BERDEGUÉ, J.; GOÏTA M.; PLOEG, J. D. van der; SEKINE K.; ZHANG, L. 2013. **Paysans et entrepreneurs: investir dans l'agriculture des petits exploitants pour la sécurité alimentaire Un rapport du Groupe d'experts de haut niveau sur la sécurité alimentaire et la nutrition**. Roma: CFS-HLPE, (Relatório HLPE, 6). Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-6_FR.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007. 238 p.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas psicol. [online]. 2013, vol.21, n.2, pp. 513-518. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>> Acesso em: 20 abr. 2023.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3 (140), pp. 444-460. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/FwKt39SvPW36Thr993KRrF/?lang=pt>> Acesso em: 01 nov. 2022.

CASSERES, M. B.; LOUREIRO, F. E. L.; MORAES, L. A. F. **A estrutura fundiária do Estado do Rio de Janeiro: uma abordagem sócio-econômica**. In: Jornada de Iniciação Científica do Centro de Tecnologia Mineral, XIV, 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2006. p. 1-7.

CASTRO, J. L. de. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1824)**/ José Luiz de Castro; Orientadora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles. __ Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado) _ Universidade Federal de Goiás, 1998. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CASTRO__Jos__Luiz_de._1998.pdf> Acesso em: 10 jun. 2021.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP. **Indicadores - Frango**. 2023. Disponível em:<<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/frango.aspx>> Acesso em: 11 jan. 2023.

_____. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP. **PIB do agronegócio do Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em:<<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-do-rio-de-janeiro.aspx#:~:text=A%20agropecu%C3%A1ria%20do%20estado%20tem,os%20citrus%20e%20o%20abacaxi>> Acesso em: 11 jan. 2023.

CIDASC, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. **Selos de inspeção de alimentos de origem animal (SIF, SIE e SIM)**. 2019. Disponível em:<

<https://www.cidasc.sc.gov.br/blog/2019/12/14/selos-de-inspecao-de-alimentos-de-origem-animal-sif-sie-e-sim-por-que-sao-importantes/>> Acesso em: 11 jan. 2023.

CHIAVENATO, I., SAPIRO, A. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009. Disponível em: <
http://www.unilago.com.br/download/arquivos/21016/glossario_P.E.PDF> Acesso em: 15 jul. 2022.

CUSATIS, J. de. **História de São José do Vale do Rio Preto**. Biblioteca de Estudos Fluminenses. Niterói. 1990.

DALCHIAVON, E. C.; MELO, C. O. **Eficiência dos gastos públicos em educação, saúde e trabalho para o desenvolvimento dos municípios paranaenses**. Gestão e Desenvolvimento em Revista, 2(2), p. 38-49, 2016. Disponível em: < <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/16157>> Acesso em: 01 dez. 2022.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rlae/a/wSwfj7n6VCZJ4gShkMCF9f/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 09 out. 2021.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: Duarte, J; Barros, A (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação (p. 62-64). São Paulo: Atlas. 2006

EMATER-RIO. **Panorama da avicultura em São José do Vale do Rio Preto**. Dados do ano de 2023. [comunicação pessoal]. 2023.

_____. **Relatório de Atividades Agropecuárias em São José do Vale do Rio Preto**. Estimativa do número de produtores, rebanho, produção e valor da produção em pequenos e médios animais – Dados do ano de 2022. [comunicação pessoal]. 2022.

_____. **Relatório de pequenos e médios animais. Ano 2020**. Disponível em: <
<http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/pequenosemediosanimais2020.pdf>> Acesso em: 09 out. 2021.

_____. **Relatório de pequenos e médios animais. Ano 2017**. Disponível em: <
https://www.emater.rj.gov.br/pdf/Relatorio_de_atividades2017.pdf> Acesso em: 09 out. 2021.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cadeias produtivas: roteiro para estudo de sistemas agroalimentares**. Londrina, PR, 2002. Disponível em: <
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80229/1/Cadeias-produtivas-roteiro-para-estudo-de-sistemas-agroalimentares.pdf>>

FAO. **Década da Agricultura Familiar: Carta aberta de Julio Berdegue**, Representante Regional da FAO. 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1206221/>. Acesso em 29 dez. 2020.

FAVARETO, A.; BARUFI, A. M. **Coesão territorial para o desenvolvimento – análise preliminar de dados para o Brasil no período de 2000-2010**. Relatório de pesquisa Cebrap/UFABC/Rimisp. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264895092_A_dimensao_territorial_do_desenvolvimento_brasileiro_recente_Brasil_2000-2010> Acesso em: 10 set. 2021.

FERRAZ, J.C.; KUPFER, D; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/download/21111/19817>> Acesso em: 10 set. 2022.

FERREIRA, Â. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 18, outubro 2002: 28-46. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/angela18.htm>> Acesso em: 10 set. 2021.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **Levantamento mapeia saúde financeira de municípios brasileiros**. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/firjan-levantamento-mapeia-saude-financeira-de-municipios-brasileiros>> Acesso em: 01 dez. 2022.

FNEM. Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas. **Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2018. Disponível em: <<https://fnembrasil.org/fnem/estado-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 20 jan. 2023.

FUNDAÇÃO CEPERJ. Séries Históricas. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/index.html> Acesso em: 20 mai. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2005.

GUANZIROLI, C. E.; VINCHON, K. Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.57, n.3, p. 353-367, 2019 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.186584>> Acesso em: 20 jan. 2023.

HORTIFRUTI/CEPEA. **Como estão os gastos dos brasileiros com alimentação?** Esalq. Universidade de São Paulo (USP) 2021. Disponível em: <<https://www.hfbrasil.org.br/br/hortifruti-cepea-como-estao-os-gastos-dos-brasileiros-com-alimentacao.aspx>> Acesso em: 07 abr. 2023.

IAQUINTO, B. O. **A sustentabilidade e suas dimensões**. Revista da ESMESC, v.25, n.31, p. 157-178, 2018. Disponível em: <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187>> Acesso em: 05 set. 2021.

IBGE, **Produção agropecuária**. 2021. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>> Acesso em: 05 fev. 2021.

_____. **Indicadores IBGE: Produto Interno Bruto de São José do Vale do Rio Preto**.

2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=piB-por-municipio&c=3305158>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. **Cidades**. 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-jose-do-vale-do-rio-preto/panorama>. Acesso em 07 jan. 2021.

_____. **Censo Agro**. 2017b. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em 02 jan. 2021.

_____. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2017c. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf> Acesso em 02 jan. 2021.

_____. **Indicadores IBGE: estatística da produção pecuária**. (1973-2011). Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72380>>. Acesso em: 05 set. 2021.

_____. **São José do Vale do Rio Preto**. 2010 Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-jose-do-vale-do-rio-preto/panorama>> Acesso em: 11 set. 2021.

INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS. **Jornal Tribuna de Petrópolis**. 1998. [arquivo pessoal].

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Matriz Insumo-Produto**. 2015. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Matriz-Insumo-Produto>> Acesso em 02 ago. 2022.

IPEA, **Cenário do Agronegócio Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/pib-agropecuario/>> Acesso em 02 mai. 2023.

_____. **Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em 02 jan. 2021.

JACOBS, Jane B. **A Natureza das Economias**. São Paulo: Beca, 2001.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <

<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>. > Acesso em: 21 set. 2022.

_____, A. A. Rural e Ruralidade. In: KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2018/04/1-capitulo-REA.pdf>> Acesso em: 11 set. 2021.

LIMONGI, J. O.; LIMONGI, Carlos A. **A Pesquisa e a História. Os sertões do Rio Preto**. 1998.

LUCAS, J. J.; AMORIM, A. C. Manejo de dejetos: fundamentos para a integração e agregação de valor. In: ZOOTEC, 2005. Campo Grande, MS. **Anais...** Campo Grande, MS: ZOOTEC, 2005. p. 1-33.

MACHADO, A. P. **Vem contar a nossa história, vem guardar nossa memória: contribuições ao conhecimento da história de São José do vale do Rio Preto** / Andrielli Pires Machado; João Rodrigo Silveira Fontenelle Bizerril – Poço Fundo Energia: São José do Vale do Rio Preto, 2018.

MACHADO, P. **Avicultura de São José do Vale do Rio Preto**. [comunicação pessoal]. 2021.

MACHADO, R. T. M. **Estratégia e competitividade em organizações agroindustriais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2005.

MAGALHÃES, Alissa. **Setores da economia**. Secretaria de Educação. Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1630088823463~3%C2%AA%20s%C3%A9rie-Geografiav02%20ponte%20do%20saber-EM-EJA-Semanas%206%20e%207.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2023.

MALUF, Renato S. et al. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: **II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar** – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2022.

MAURÍCIO, H. N. **A História de São José do Rio Preto - 5º distrito de Petrópolis. Um pedacinho do meu Brasil**. 1978.

NATAL, Caroline Beserra. **O turismo rural na região serrana fluminense: um estudo de caso – São Pedro da Serra**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. In: Estudos Avançados. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt>> Acesso em: 04 set. 2021.

OLIVEIRA, Joselaine de. **Composição da carne de frangos de corte alimentados com biomassa bacteriana**. Araçatuba, 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128099/000850042.pdf;jsessionid=7AC595F68975B383A9E7891259D78570?sequence=1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PEREIRA, V. S. et al. **Transformações no meio rural fluminense: uma análise das características demográficas dos domicílios**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. Anais... Belém, 2013. Disponível em: <http://www.gregem.ufes.br/51%C2%BA-sober>. Acesso em: 20 dez. 2022.

REIS, André. **Quanto custa um inventário**. Disponível em: <https://andrereisadvocacia.com.br/quanto-custa-um-inventario/> Acesso em: 10 fev. 2023.

REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, nº 151 – Ano XIII – Julho, 1976. [arquivo pessoal].

REVISTA O MUNDO AGRÁRIO. 1957. [arquivo pessoal].

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. 13 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Jorge Nascimento; CARDOSO, Jaime Fidalgo; NUNES, Catarina; EIRAS, Rubem. **50 Gurus Para o Século XXI**. 1. ed. Lisboa: Centro Atlântico.PT, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Editora Garamond, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2008.

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo Iramuteq**: compilação, organização e notas. Planaltina: [s. n.], 2017.

SANTOS FILHO, J. I. dos; MIELE, M.; MARTINS, F. M.; TALAMINI, D. J. D. **Os 35 anos que mudaram a avicultura brasileira. Embrapa Suínos e Aves**. 2011. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/48493/1/Os-35-anos-que-mudaram-a-avicultura-bras.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO. **Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto. 2020**. Disponível: <https://sjvriopreto.rj.gov.br/pagina/id/3/?dados-do-municipio.html> > Acesso em: 10 out. 2021.

_____. **Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto. 2020**. Disponível: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/> > Acesso em: 20 dez. 2022.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 1997.

SESCRIO, Serviço Social do Comércio. **Potências da Baixada**. 2022. Disponível em: <<https://www.sescrio.org.br/noticias/assistencia/potencias-da-baixada-o-que-a-baixada-fluminense-representa-para-mim/>> Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. Universidade Federal de Lavras – UFLA. **Organizações Rurais e Agroindustriais/Rural**. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/210/207>> Acesso em: 18 jun. 2022.

SILVA, Francisco G. da; MARTINELLI, Luís Alberto Saavedra. Fundamentos da Economia. IFPR, 2011, 120 p., 20 aulas. Disponível em: <<https://canal.cecierj.edu.br/072020/38b89e0b9bb3476739c0fdb40c0d1e4f.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2023.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, cap. IV, pp. 77-115. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3130059>> Acesso em: 11 nov. 2022.

SIQUEIRA, K. B.; BINOTI, M. L.; NUNES, R. M.; BORGES, C. A. V.; PILATI, A. F.; MARCELINO, G. W.; GAMA, M. A. S. da; SILVA, P. H. F. da. **Custo benefício dos nutrientes dos alimentos consumidos no Brasil**. Embrapa Gado de Leite. 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133461/custo-beneficio-dos-nutrientes-dos-alimentos-consumidos-no-brasil>> Acesso em: 18 jun. 2022.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J.S. (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, P. M. de; SOUZA, H. M. de; FORNAZIER, A.; PONCIANO, N. J. Análise regional da produção agropecuária do Rio de Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 645-670, out. 2019.

_____, R. P. de. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 57, n. 1, Jan-Mar 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570107>> Acesso em: 20 dez. 2022.

_____, M. C. da S. A. de; ARMADA, C. A. S. **Sustentabilidade: um olhar multidimensional e contemporâneo**. Dados eletrônicos – Itajaí: UNIVALI, 2018. Disponível em: <<https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202018%20SUSTENTABILIDADE%20UM%20OLHAR%20MULTIDIMENSIONAL%20E%20CONTEMPOR%C3%82NEO.pdf>> Acesso em: 04 out. 2021.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**, n. 10, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429/1407>> Acesso em: 04 out. 2021.

TCE. **Demonstrativo da despesa do pessoal - poder executivo**. Disponível EM: <<https://www.tcerj.tc.br/mapa-dados-fiscais-municipios/>> Acesso em: 22 out. 2022.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS. **Após 4 dias, diversos bairros seguem sem luz; moradores cobram satisfação da Enel**. 2023. Disponível em: <<https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/apos-4-dias-diversos-bairros-seguem-sem-luz-moradores-cobram-satisfacao-da-enel/>> Acesso em: 10 abr. 2022.

UFSC, Núcleo de Estudos de Economia Catarinense. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – PNUD**. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/idhm-pnud/>> Acesso em: 10 jan. 2023.

VAITSMAN, J. **O Mundo Agrário**. nº 56 – ANO V – Outubro 1957.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** / José Eli da Veiga e Lia Zatz. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. Editora 34, São Paulo – SP, Brasil, 2015.

VIAL, Luiz Antônio Machado; SETTE, Tânia Cristina Campanhol; SELLITTO, Miguel Afonso. **Cadeias produtivas - foco na cadeia produtiva de produtos agrícolas**. III Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí. 2009. Disponível em: <<https://ens2009.paginas.ufsc.br/files/2015/09/CADEIAS-PRODUTIVAS-UNISINOS.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VOILÀ, Marcia; TRICHES, Divanildo. **A cadeia de carne de frango: uma análise dos mercados brasileiro e mundial de 2002 a 2012**. Revista teoria e evidência econômica, 21(44). Disponível em: <<https://doi.org/10.5335/rtee.v21i44.5357>> Acesso em: 01 jun. 2023.

WANDERLEY, M. N. B., FAVARETO, A. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas**. Parte 3, Pag. 413 a 473. 2013.

WYE GROUP. **Statistics on rural development and agricultural household income**. Nações Unidas, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/wairdocs/am087e/am087e.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

ZORZO, F. B.; LAZZARI, F.; SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. de. **Gestão e Desenvolvimento** | Novo Hamburgo | v. 19 | n. 2 | jul./dez. 2022. Disponível em: <[https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/download/3114/3090/9153#:~:text=O%20desenvolvimento%20troux%20consigo%20transportes,ambientes%20\(CIGNACCO%2C%202009\)>](https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/download/3114/3090/9153#:~:text=O%20desenvolvimento%20troux%20consigo%20transportes,ambientes%20(CIGNACCO%2C%202009)>)> Acesso em: 20 mar. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: AVICULTORES

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mestranda: Juliana da Silva Virginio (E-mail: juliana.virginio@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Marcio Silva Borges (E-mail: marcioborges@ufrj.br)

Prezado (a) produtor (a),

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) está realizando um levantamento sobre a avicultura de São José do Vale do Rio Preto. A metodologia de escolha foi a entrevista, conforme o modelo adotado por Borges (2014), com objetivo de conhecer e analisar o impacto da cadeia avícola sobre o desenvolvimento territorial do Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Logo, sua percepção sobre esse tema é fundamental, o que faz com que a entrevista seja dividida conforme o formulário abaixo.

Para nós, será uma imensa satisfação se o senhor (a) puder nos ceder alguns minutos de seu precioso tempo para responder as perguntas que serão feitas, destacando que serão utilizados de forma sigilosa, estritamente com fins acadêmicos, na elaboração da pesquisa acima mencionada.

O levantamento de informações será utilizado para fins acadêmicos visando a dissertação de mestrado no âmbito do PPGDT. Ter sua colaboração neste projeto será fundamental para o estudo do tema proposto e para as ciências sociais aplicadas.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

I IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

Nº da amostra:

Data da entrevista:

Identificação do (a) respondente: () Proprietário () Arrendatário () Posseiro () Outros

Contato:

Idade:

Escolaridade:

Atividade principal:

Cargo/função: Tempo de exercício:

II CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

1. O que se produz nesta propriedade? Quais produtos?
2. Sempre foi essa atividade produtiva? Já trabalharam com outros animais?
3. Por que escolheu a avicultura?
4. Qual quantidade? Durante qual período (semanal/mensal)?
5. Qual seu trabalho e rotina diária?
6. Familiares trabalham na propriedade? Qual atividade desempenham?
7. Outros funcionários trabalham na propriedade? Quem? Qual função?
8. Quem compra seu produto? Formal ou informal?
9. Atualmente é fornecedor exclusivo de alguma empresa integradora?
10. É emitido GTA? Algum controle fiscal?
11. Como é feito o pagamento?
12. Possui outra atividade econômica? Quais?
13. O senhor (a) cria outros animais?
14. Quais as mudanças observadas nos últimos tempos no tipo da criação das aves?
15. As aves mudaram ao longo do tempo?
16. O senhor (a) faz algum programa de vacinação nas aves?
17. O senhor (a) faz algum tratamento das águas e dejetos das aves?
18. Qual destinação é dada ao esterco?
19. O governo tem programas de assistência ao avicultor?
20. O senhor (a) já fez algum treinamento em avicultura?
21. Quando precisa de assistência técnica quem o senhor (a) solicita para vir lhe dar suporte?

22. A Secretaria de Agricultura Municipal ou a Emater-Rio possuem técnicos que lhe dão assistência?
23. A granja do senhor (a) possui registro no Ministério da Agricultura (Defesa Agropecuária)?
24. O senhor (a) consegue identificar quais seus custos fixos e variáveis ao longo da produção?
25. O senhor (a) possui planilha de custos e consegue identificar seu resultado financeiro e zootécnico no final do lote?
26. O senhor (a) já solicitou algum crédito de instituições públicas ou privadas? Como foi a experiência?
27. Como entende o cooperativismo? Gostaria que existisse uma cooperativa para a avicultura? Por que? Quais benefícios traria para a atividade?
28. Como entende a sucessão familiar? Como sua família vê a atividade?
29. Qual sua motivação para continuar no negócio?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ABATEDOUROS

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Mestranda: Juliana da Silva Virginio (E-mail: juliana.virginio@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Marcio Silva Borges (E-mail: marcioborges@ufrj.br)

Prezado (a) respondente,

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) está realizando um levantamento sobre a avicultura de São José do Vale do Rio Preto. A metodologia de escolha foi a entrevista, conforme o modelo adotado por Borges (2014), com objetivo de conhecer e analisar o impacto da cadeia avícola sobre o desenvolvimento territorial do Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Logo, sua percepção sobre esse tema é fundamental, o que faz com que a entrevista seja dividida conforme o formulário abaixo.

Para nós, será uma imensa satisfação se o senhor (a) puder nos ceder alguns minutos de seu precioso tempo para responder as perguntas que serão feitas, destacando que serão utilizados de forma sigilosa, estritamente com fins acadêmicos, na elaboração da pesquisa acima mencionada.

O levantamento de informações será utilizado para fins acadêmicos visando a dissertação de mestrado no âmbito do PPGDT. Ter sua colaboração neste projeto será fundamental para o estudo do tema proposto e para as ciências sociais aplicadas.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

I IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

Nº da amostra:

Data da entrevista:

Identificação do (a) respondente:

Contato:

Idade:

Escolaridade:

Atividade principal:

Cargo/função:

Tempo de exercício:

II CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

1. Como é a logística do abate?
2. Como começa a relação com a produção?
3. O abatedouro possui aviário ou apenas compra as aves de terceiros?
4. Como é essa dinâmica e maiores desafios da indústria?
5. Por que São José do Vale do Rio Preto comporta tantos abatedouros?
6. Qual a importância socioeconômica dos abatedouros? Quantos empregos e renda gera?
7. Existem projetos sociais desenvolvidos?
8. Existe preocupação com o meio ambiente?
9. Como é feito o descarte dos resíduos do abatedouro?
10. Existe legislação que regulamenta o descarte dos resíduos? Como é cumprida?
11. Quanto ao consumo de água quantos litros são consumidos diariamente? Como é descartada?
12. Quanto ao consumo de energia, existe fonte de energia sustentável?
13. Para onde é escoada a produção?
14. Quais as demais legislações vigentes? Conseguem cumpri-las integralmente? Quais dificuldades?
15. O senhor (a) já solicitou algum crédito de instituições públicas ou privadas? Como foi a experiência?

16. Como é feita a fiscalização do abatedouro?
17. Qual principal motivação para permanecer neste negócio?
18. Como entende o cooperativismo? Gostaria que existisse uma cooperativa para a avicultura? Por que? Quais benefícios traria para a atividade?
19. Como entende a sucessão familiar? Como sua família vê a atividade?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Mestranda: Juliana da Silva Virginio (E-mail: juliana.virginio@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Marcio Silva Borges (E-mail: marcioborges@ufrj.br)

Prezado (a) respondente,

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) está realizando um levantamento sobre a avicultura de São José do Vale do Rio Preto. A metodologia de escolha foi a entrevista, conforme o modelo adotado por Borges (2014), com objetivo de conhecer e analisar o impacto da cadeia avícola sobre o desenvolvimento territorial do Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Logo, sua percepção sobre esse tema é fundamental, o que faz com que a entrevista seja dividida conforme o formulário abaixo.

Para nós, será uma imensa satisfação se o senhor (a) puder nos ceder alguns minutos de seu precioso tempo para responder as perguntas que serão feitas, destacando que serão utilizados de forma sigilosa, estritamente com fins acadêmicos, na elaboração da pesquisa acima mencionada.

O levantamento de informações será utilizado para fins acadêmicos visando a dissertação de mestrado no âmbito do PPGDT. Ter sua colaboração neste projeto será fundamental para o estudo do tema proposto e para as ciências sociais aplicadas.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

I IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

Nº da amostra:

Data da entrevista:

Identificação do (a) respondente:

Contato:

Idade:

Escolaridade:

Atividade principal:

Cargo/função:

Tempo de exercício:

II CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

1. Qual o impacto da avicultura no PIB municipal?
2. Qual a importância para o desenvolvimento da cidade?
3. Quais as maiores preocupações com o futuro da atividade?
4. Considerando que em outros momentos da história houve períodos de dificuldades, que levaram à ruína da atividade, existe planejamento para evitar outro episódio semelhante?
5. Quais os investimentos feitos para fomentar a avicultura nos últimos 10 anos? Alguma contrapartida?
6. Acompanham e possuem registros do início da avicultura?
7. Como começou a avicultura no Município?
8. Quais as principais mudanças observadas?
9. Quais as políticas públicas disponíveis para o setor?
10. Qual apoio a Prefeitura disponibiliza para os avicultores?
11. Existem programas de crédito disponíveis para os avicultores?
12. Considerando a geração de resíduos, quais as políticas que buscam tornar a atividade sustentável do ponto de vista social e ambiental?
13. Como entende o cooperativismo? Gostaria que existisse uma cooperativa para a avicultura? Por que? Quais benefícios traria para a atividade?
14. Como entende a sucessão familiar? Percebe interesse das novas gerações em se estabelecerem no campo e darem continuidade à cadeia avícola?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Mestranda: Juliana da Silva Virginio (E-mail: juliana.virginio@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Marcio Silva Borges (E-mail: marcioborges@ufrj.br)

Prezado (a) respondente,

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) está realizando um levantamento sobre a avicultura de São José do Vale do Rio Preto. A metodologia de escolha foi a entrevista, conforme o modelo adotado por Borges (2014), com objetivo de conhecer e analisar o impacto da cadeia avícola sobre o desenvolvimento territorial do Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Logo, sua percepção sobre esse tema é fundamental, o que faz com que a entrevista seja dividida conforme o formulário abaixo.

Para nós, será uma imensa satisfação se o senhor (a) puder nos ceder alguns minutos de seu precioso tempo para responder as perguntas que serão feitas, destacando que serão utilizados de forma sigilosa, estritamente com fins acadêmicos, na elaboração da pesquisa acima mencionada.

O levantamento de informações será utilizado para fins acadêmicos visando a dissertação de mestrado no âmbito do PPGDT. Ter sua colaboração neste projeto será fundamental para o estudo do tema proposto e para as ciências sociais aplicadas.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

I IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

Nº da amostra:

Data da entrevista:

Identificação do (a) respondente:

Contato:

Idade:

Escolaridade:

Atividade principal:

Cargo/função:

Tempo de exercício:

II CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

1. Quais as políticas públicas voltadas para a avicultura de São José do Vale do Rio Preto?
2. Como o escritório local da Emater-Rio apoia a avicultura?
3. Existe programa de assistência aos avicultores? Quais?
4. Como é oferecida a assistência aos avicultores?
5. Existem programas de crédito disponíveis para os avicultores?
6. Existem programas de incentivo específicos para os abatedouros? Quais?
7. Quais as legislações regem a avicultura, tanto de corte quanto de postura, e devem ser seguidas pelos avicultores e abatedouros?
8. Considerando a geração de resíduos, quais as políticas que buscam tornar a atividade sustentável do ponto de vista social e ambiental?
9. Quanto à fiscalização e evolução da legislação, como vêm a avicultura municipal atualmente?
10. Como interpreta o sucesso da avicultura no Município?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ASSOCIAÇÃO DE AVICULTORES

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Mestranda: Juliana da Silva Virginio (E-mail: juliana.virginio@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Marcio Silva Borges (E-mail: marcioborges@ufrj.br)

Prezado (a) respondente,

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) está realizando um levantamento sobre a avicultura de São José do Vale do Rio Preto. A metodologia de escolha foi a entrevista, conforme o modelo adotado por Borges (2014), com objetivo de conhecer e analisar o impacto da cadeia avícola sobre o desenvolvimento territorial do Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Logo, sua percepção sobre esse tema é fundamental, o que faz com que a entrevista seja dividida conforme o formulário abaixo.

Para nós, será uma imensa satisfação se o senhor (a) puder nos ceder alguns minutos de seu precioso tempo para responder as perguntas que serão feitas, destacando que serão utilizados de forma sigilosa, estritamente com fins acadêmicos, na elaboração da pesquisa acima mencionada.

O levantamento de informações será utilizado para fins acadêmicos visando a dissertação de mestrado no âmbito do PPGDT. Ter sua colaboração neste projeto será fundamental para o estudo do tema proposto e para as ciências sociais aplicadas.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

I IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

Nº da amostra:

Data da entrevista:

Identificação do (a) respondente:

Contato:

Idade:

Escolaridade:

Atividade principal:

Cargo/função:

Tempo de exercício:

II CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

1. Como é a cadeia da avicultura?
2. Onde começa a cadeia da avicultura?
3. Considerando que os insumos vêm de outras regiões do país, como é feita a logística dos produtores?
4. Qual o custo de produção de uma ave?
5. Quanto tempo de vida?
6. Qual a quantidade de aves alojadas pela empresa no Município?
7. Qual o peso médio de cada ave?
8. Qual quantidade de carne produzida semanalmente no Município? Mensalmente? Anualmente?
9. Quais os principais custos envolvidos na produção?
10. Como é feita a fiscalização?
11. Quais os maiores desafios sanitários?
12. Quais programas sanitários são exigidos pelo Ministério da Agricultura e como têm sido cumpridos?
13. De onde vem a assistência técnica?
14. Quais os investimentos feitos em tecnologia nos últimos anos por parte dos produtores rurais?
15. De onde vem a mão de obra para o trabalho no campo? É necessário algum tipo de formação?
16. É possível observar algum tipo de apoio governamental para a atividade?

17. Quais os maiores desafios da produção?
18. Como entende o cooperativismo? Gostaria que existisse uma cooperativa para a avicultura? Por que? Quais benefícios traria para a atividade?
19. Como entendem a sucessão familiar?

**APÊNDICE F: RANKING DE PALAVRAS IRAMUTEQ
UTILIZADAS PARA CONSTRUÇÃO DAS FIGURAS 43 E 44**

Ranking de Palavras Iramuteq		
frango	26	nom
produção	21	nom
abatedouro	20	nom
ave	18	nom
produtor	17	nom
granja	16	nom
rio	15	nom
dia	13	nom
empresa	11	nom
custo	10	nom
cidade	10	nom
ração	9	nom
programa	9	nom
funcionário	9	nom
energia	9	nom
abate	9	nom
venda	8	nom
real	8	nom
preço	8	nom
avicultura	8	nom
pagamento	7	nom
mercado	7	nom
inspeção	7	nom
primo	6	nom
peso	6	nom
ovo	6	nom
matéria	6	nom
financiamento	6	nom
compra	6	nom
ano	6	nom
animal	6	nom
selo	5	nom
programação	5	nom
produto	5	nom
pinto	5	nom
milho	5	nom
josé	5	nom
janeiro	5	nom
cooperativa	5	nom
carne	5	nom
adequação	5	nom
qualidade	4	nom
obra	4	nom
mão	4	nom
maneira	4	nom

instalação	4	nom
indústria	4	nom
granjeiro	4	nom
fábrica	4	nom
fiscalização	4	nom
filho	4	nom
esterco	4	nom
emprego	4	nom
desafio	4	nom
consumo	4	nom
carteira	4	nom
atividade	4	nom
aquecimento	4	nom
alojamento	4	nom
acordo	4	nom
túnel	3	nom
soja	3	nom
silo	3	nom
semana	3	nom
resíduo	3	nom
resfriado	3	nom
processo	3	nom
prefeitura	3	nom
pandemia	3	nom
município	3	nom
mina	3	nom
manejo	3	nom
logístico	3	nom
local	3	nom
legislação	3	nom
incentivo	3	nom
geração	3	nom
falta	3	nom
doença	3	nom
corte	3	nom
cooperativismo	3	nom
contrato	3	nom
congelamento	3	nom
comerciante	3	nom
cadeia	3	nom
aquisição	3	nom
alimentação	3	nom
agricultura	3	nom
ventilação	2	nom
vendedor	2	nom
unidade	2	nom
técnico	2	nom

técnica	2	nom
sistema	2	nom
secretaria	2	nom
salário	2	nom
reforma	2	nom
quilo	2	nom
questão	2	nom
quantidade	2	nom
propriedade	2	nom
potencial	2	nom
paraná	2	nom
padrão	2	nom
origem	2	nom
oferta	2	nom
necessidade	2	nom
mês	2	nom
máquina	2	nom
mosca	2	nom
melhoria	2	nom
material	2	nom
lote	2	nom
investimento	2	nom
insumo	2	nom
instituto	2	nom
imposto	2	nom
importância	2	nom
idade	2	nom
governo	2	nom
goiás	2	nom
galpão	2	nom
forma	2	nom
fomento	2	nom
fabricação	2	nom
estrutura	2	nom
escritório	2	nom
equipamento	2	nom
documentação	2	nom
dificuldade	2	nom
defesa	2	nom
cultura	2	nom
criação	2	nom
criador	2	nom
crescimento	2	nom
consumidor	2	nom
competição	2	nom
comercialização	2	nom
comedouro	2	nom

cepilho	2	nom
carro	2	nom
capacidade	2	nom
caminhão	2	nom
bebedouro	2	nom
ação	2	nom
aspecto	2	nom
armazenamento	2	nom
apoio	2	nom
ambiente	2	nom
alimento	2	nom
órgão	1	nom
ênfase	1	nom
água	1	nom
volume	1	nom
vistoria	1	nom
vista	1	nom
ventilador	1	nom
validade	1	nom
vacina	1	nom
urbanização	1	nom
umidade	1	nom
transmissão	1	nom
tonelada	1	nom
tipo	1	nom
terra	1	nom
teresópolis	1	nom
tecnologia	1	nom
tarifa	1	nom
tabela	1	nom
sustentabilidade	1	nom
suporte	1	nom
superintendência	1	nom
sumidouro	1	nom
sul	1	nom
suinocultura	1	nom
subsídio	1	nom
solução	1	nom
solicitação	1	nom
sol	1	nom
situação	1	nom
serviço	1	nom
segurança	1	nom
saúde	1	nom
sapucaia	1	nom
sabor	1	nom
rua	1	nom

roça	1	nom
roubo	1	nom
rotulagem	1	nom
retração	1	nom
resistência	1	nom
requisito	1	nom
representante	1	nom
relacionamento	1	nom
regulamento	1	nom
região	1	nom
registro	1	nom
rede	1	nom
recurso	1	nom
realidade	1	nom
pujança	1	nom
proximidade	1	nom
providência	1	nom
proprietário	1	nom
projeto	1	nom
profilaxia	1	nom
produtividade	1	nom
procedência	1	nom
previsão	1	nom
prevenção	1	nom
presidente	1	nom
prejuízo	1	nom
prazo	1	nom
praticidade	1	nom
possibilidade	1	nom
posição	1	nom
portaria	1	nom
polícia	1	nom
plataforma	1	nom
plantel	1	nom
placa	1	nom
petrópolis	1	nom
pessoa	1	nom
perna	1	nom
país	1	nom
paulo	1	nom
patrulha	1	nom
parcela	1	nom
pai	1	nom
padronização	1	nom
orientação	1	nom
organização	1	nom
opção	1	nom

olho	1	nom
obrigação	1	nom
objetivo	1	nom
número	1	nom
notícia	1	nom
nota	1	nom
negócio	1	nom
médico	1	nom
motorista	1	nom
motivação	1	nom
momento	1	nom
mentalidade	1	nom
melhoramento	1	nom
medicamento	1	nom
marketing	1	nom
lugar	1	nom
localidade	1	nom
linhagem	1	nom
limpeza	1	nom
licença	1	nom
liberação	1	nom
levantamento	1	nom
lavoura	1	nom
isenção	1	nom
interesse	1	nom
instabilidade	1	nom
inflação	1	nom
industrialização	1	nom
incidência	1	nom
herança	1	nom
gás	1	nom
gestão	1	nom
gelo	1	nom
galinha	1	nom
friburgo	1	nom
frete	1	nom
fraude	1	nom
fornecedor	1	nom
fenômeno	1	nom
facilidade	1	nom
exportação	1	nom
experiência	1	nom
expectativa	1	nom
eventualidade	1	nom
estrada	1	nom
estabilidade	1	nom
estabelecimento	1	nom

espaço	1	nom
escoamento	1	nom
entrada	1	nom
ensino	1	nom
efluente	1	nom
dívida	1	nom
domínio	1	nom
diversidade	1	nom
diferença	1	nom
despesa	1	nom
desinfecção	1	nom
desenvolvimento	1	nom
denúncia	1	nom
demanda	1	nom
deferimento	1	nom
declaração	1	nom
data	1	nom
cuidado	1	nom
crédito	1	nom
crise	1	nom
cortina	1	nom
controlador	1	nom
conjunto	1	nom
condição	1	nom
concorrência	1	nom
comunicação	1	nom
combustível	1	nom
combate	1	nom
codorna	1	nom
cliente	1	nom
clandestinidade	1	nom
cidadania	1	nom
centro	1	nom
ceasa	1	nom
carreta	1	nom
carga	1	nom
carcaça	1	nom
campo	1	nom
cadastro	1	nom
cabeça	1	nom
burocracia	1	nom
boletim	1	nom
boca	1	nom
beneficiamento	1	nom
base	1	nom
barganha	1	nom
aviário	1	nom

avanço	1	nom
aumento	1	nom
atendimento	1	nom
associação	1	nom
associativismo	1	nom
assistência	1	nom
assadeira	1	nom
aptidão	1	nom
aprendiz	1	nom
aperfeiçoamento	1	nom
análise	1	nom
antecedência	1	nom
angola	1	nom
agroindústria	1	nom
afinidade	1	nom
adubo	1	nom
adoção	1	nom
acesso	1	nom

APÊNDICE G: FOTOS COMPLEMENTARES DA PESQUISA DE CAMPO

Figura 1) Granja com aves de 10 dias, dimensão de 60 x 12m, 12 mil aves.

Figura 2) Granja com aves de 21 dias, dimensão de 170 x 18m, capacidade de 50 mil aves.



Figura 3) Chegada das aves no abatedouro.
Figura 4) Etapa de pendura das aves para abate.



Figura 5) Escritório Local Emater-Rio (São José do Vale do Rio Preto).

Figura 6) Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca, Indústria, Comércio e Expansão Econômica de São José do Vale do Rio Preto.